



**DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL
DA FAIXA DE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL
BRASILEIRA:
REFORMAS DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE (1943-2013)**



JADSON LUÍS REBELO PORTO

**CURITIBA
2020**

© Copyright © Jadson Luís Rebelo Porto.

Direitos desta edição reservados ao autor. A reprodução total ou parcial desta obra está autorizada somente com a sua citação e crédito ao autor.

Foto de Capa: Ponte sobre o rio Oiapoque. Jadson Porto.

DOI: 10.29327/516431

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P853d Porto, Jadson Luís Rebelo.
Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira [recurso eletrônico] : reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013) / Jadson Luís Rebelo Porto. – Maringá, PR: Uniedusul, 2020.
14 x 21 cm

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86010-21-3

1. Desenvolvimento geográfico. 2. Brasil – Expansão territorial.
3. Brasil – Fronteiras – Amapá. I. Título.

CDD 981.16

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índice para Catálogo Sistemático

1. Amazônia: Relações internacionais 342.0412

2. Amazônia: Geopolítica 320.1

3. Amazônia: Ciência política 320.1209811

Impresso no Brasil

2020

PREFÁCIO

O Brasil tem uma extensão de 8.515.767,049 km², a quinta maior do mundo. A distância entre o ponto mais ao norte litorâneo, o que vai dar em Oiapoque (no Estado do Amapá), e o mais ao sul, o que vai dar em Chuí (no Estado do Rio Grande do Sul), se percorrida em linha reta, é de 4.175,72 km. Se, de um lado, há um extenso litoral banhado pelo Atlântico, de outro, há nada desprezíveis 15.179 km de fronteiras com 10 diferentes países da América do Sul.

Essas dimensões continentais permeiam todo o belo texto de Jadson Luís Rebelo Porto. Se o seu objeto principal é a fronteira, em especial, a que dá no extremo norte do país, as suas preocupações estão contidas nos generosos números do imenso território de Pindorama. Este “Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira” é, a rigor, o produto de um pós-doutorado bem-sucedido que absolveu junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau. Mas, é também a comprovação de que o Brasil – isto é, o povo e a natureza tão diversos, a gente de tantas origens e seu exuberante entorno físico – existe tanto no Norte quanto no Sul. Aliás, quem disse mesmo que o Amapá está no Norte e o Chuí no Sul? Quem foi que inventou norte e sul? Quem cartografou o mundo?

Jadson Porto é um atuante professor e pesquisador da jovem, mas, desde seus primórdios, promissora Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), de seu Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional. Apesar de sua ativa presença nas tarefas do ensino de graduação e pós-graduação, assim como, também, da investigação e da extensão, ele tem integrado importantes redes de pesquisa, tanto no país como no exterior. Sua produção intelectual, posso afirmar, é considerável e de qualidade. Mas, em tudo o que faz, tem sobressaído, como já dito acima, a sua reiterada preocupação com a “questão” da fronteira.

Como (em face da cartografia hegemônica) se encontra profissionalmente ativo no extremo norte de Pindorama, é sobre as fronteiras do país com aquela vizinhança, sobretudo, com a Guiana Francesa (mas, também, com o Suriname), que se tem debruçado ao longo dos anos. E é lá nesse norte onde vem atuando profissionalmente que o Brasil integra a Amazônia, a monumental Bacia Amazônica, que abarca algo como sete milhões de km². Digo ‘integra’ porque outros oito países também são por ela alcançados. A Floresta Amazônica, propriamente, abrange algo como 5,5 milhões de km² da bacia. É a fração setentrional da Amazônia, portanto, que tem sido o objeto privilegiado dos estudos de Jadson Porto.

Quanto ao texto que o leitor passa a conhecer nas próximas páginas, embora trate de tema que comparece na maioria de suas publicações anteriores, ele traz duas boas novidades. A primeira é que, à luz de novas evidências empíricas (ilustrada por numerosos gráficos, quadros, tabelas e mais de 20 figuras), são apresentadas novas “sistematizações”, por exemplo, no capítulo “A fronteira da Amazônia setentrional: reformas de usos de seu território”. A segunda novidade é que Jadson Porto se vale, pioneiramente, do enfoque do “desenvolvimento geográfico desigual” para lograr tais sistematizações, ou seja, para realizar sua perspicaz análise da errática geografia política do que (recorrendo a certa liberalidade terminológica) se poderia chamar de fronteirização do norte brasileiro. Que, aliás, ninguém se iluda: fronteiras são construções sociais que, enquanto durar o capitalismo, mover-se-ão o tempo todo, para lá ou para cá, submetidas que estão aos intermináveis jogos de poder e aos poderosos interesses econômicos, no Oiapoque como no Chuí. Afinal, não é o continuado aniquilamento do espaço pelo tempo um dos ingredientes que conferem substância ao desenvolvimento geográfico desigual?

A partir do que se expôs, ficam, então, a leitora e o leitor não só convidados a passear pelo belo texto de Jadson Porto para conhecer, em cinco capítulos muito bem escritos, o que vai pelas fronteiras ao norte de Pindorama – cabe lembrar: a ênfase recai sobre a “condição fronteiriça” do Amapá no período entre 1943 a 2013; mas, também, desafiados a entender as lógicas – algumas, inegavelmente, perversas – que governam a permanente construção/desconstrução de fronteiras num mundo cada vez mais submetido aos implacáveis desígnios do desenvolvimento geográfico desigual.

Oxalá, possamos encontrar nas páginas a seguir a inspiração de que precisamos para derrotar ditos desígnios e construir um mundo sem fronteiras!

Blumenau, 18 de agosto de 2018.

Prof. Dr. Ivo Marcos Theis

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB

APRESENTAÇÃO

Conheci o geógrafo, professor e pesquisador Jadson Porto em meados da década de 1990, oportunidade em que ingressamos na Universidade Federal do Amapá como os primeiros docentes concursados. Passaram-se mais de 23 anos dessa larga trajetória. Em determinado momento, tivemos a oportunidade em caminhos paralelos defender ideias e pensamentos distintos. A partir da criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo (2004) e do Mestrado em Desenvolvimento Regional (2006), primeiro programa de Pós-graduação da UNIFAP, passamos a desenvolver um trabalho de cooperação conjunta, Jadson já havia criado o Grupo de Pesquisa “Percepções do Amapá” e por incentivo dele, foi criado em maio de 2004, o grupo “Urbanismo na Amazônia” que mais tarde se denominaria de Arquitetura e Urbanismo na Amazônia.

Desse trajeto de mais 23 anos de experiência e trocas de ideias surgiram inúmeros artigos, livros e trabalhos acadêmicos. Não é nenhum exagero de dizer que nesse período, idealizou-se uma literatura sobre o urbano no estado do Amapá, estimuladas pelo caráter peculiar das produções já elaboradas pelo colega Jadson Porto. Um dos primeiros projetos aprovados pelo CNPq em parceria foi denominado de “Projeto Urbano Amapá”. As primeiras obras de Jadson Porto permitiram a interpretação e transformação do espaço e do território amapaense e foram fundamentais para que posteriormente criássemos outras obras como “Os planos diretores no estado do Amapá em 2006.

Com a produção das dissertações no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional cresceu a produção científica e o entendimento ainda maior da realidade política, econômica, geopolítica e de Planejamento urbano regional no estado do Amapá, fato que agregou um banco de dados expressivo sobre a realidade amapaense. Com todo esse repertório, é fácil explicar os motivos da relevante contribuição do professor e pesquisador Jadson Porto para pesquisa no Amapá e na Amazônia.

Com a criação do OBFRON (Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas) em 2011, as produções sob comando de Jadson Porto cresceram, agora com a participação de outros pesquisadores no avanço de outros temas estratégicos sobre a fronteira e o Platô das Guianas.

A produção científica de Jadson Porto ao largo de mais de duas décadas é vasta e apresenta um amplo repertório de temas que são cruciais para compreender a formação dos territórios federais, os aspectos geopolíticos marcantes e decisivos que contribuíram para o entendimento geopolítico da fronteira, da Faixa de fronteira e das inúmeras transformações espaciais decorridas no desenvolvimento do território do estado do Amapá. São inúmeras as indagações do autor que são pertinentes e vem auxiliando o processo de entendimento, discussão e avaliação de questões tão importantes para o desenvolvimento da região.

O conjunto da obra de Jadson Porto tem sido referência de diversos estudos em áreas diversificadas que auxiliam a desvendar o caráter político, econômico, social e cultural das inúmeras variáveis que tem auxiliado a interpretar o espaço amapaense e as distintas relações com as transformações do território. A discussão sobre o caráter da relação com a fronteira com a Guiana Francesa, algo recheado de expectativas, de possíveis interações físicas com o Platô das Guianas, de novos ajustes a serem criados, construídos, desfeitos, refeitos, decorrentes da perspectiva de mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe tem sido pauta do debate proposto pelo autor nos últimos anos. Foi na pauta desse debate que foi fundado o Observatório da Fronteira na Universidade Federal do Amapá, fato que ajudou a redimensionar os estudos sobre a fronteira, agora ampliado por um conjunto de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

Nesse campo de possibilidades com abordagens técnicas e teóricas, o autor amadureceu a forma de pensar a forma(ta)ção da fronteira amapaense. As análises, estudos e avaliações e muitas outras reflexões ajudaram a formar a base do seu estágio de pós-doutorado. É nesse âmbito que o coloca agora essa experiência em forma de livro onde os temas das discussões das ações expansionistas territoriais; os interesses comerciais; articulações geopolíticas e geoeconômicas; e os interesses internacionais na construção de políticas públicas nacionais estão na pauta das referências sobre o Amapá e a fronteira.

O trabalho evidencia que o Estado do Amapá é um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil (juntamente com Roraima e Tocantins, transformados em estados pela Constituição Brasileira de 1988) e se encontra em processo de construção de sua organização e ordenamento espacial, sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943). A partir de então, alguns aspectos sobre o uso do seu território começam a ser (re)construídos, seja para se pensar as políticas públicas, seja para se investir recursos privados externos com aval do setor público.

Novas configurações ocorreram de 1986 até princípios da década de 1990, com a inserção na Faixa de fronteira e a criação de novos municípios. O estado do Amapá saiu de apenas cinco municípios para um total de dezesseis em curto intervalo de tempo. Dos novos municípios vários foram agregados a Faixa de fronteira. Sobre o território geográfico desses municípios muitos projetos foram implantados decorrentes de ações governamentais, seja em determinado momento por parte da União ou posteriormente pelo governo do estado do Amapá com profundas implicações sobre a espacialidade desses lugares.

O trabalho de Porto parte do pressuposto que o espaço amapaense é resultado de diversos interesses externos, articulados e acionados; reflexo de ações políticas, econômicas e institucionais tardias, as quais garantiram a reformatação e a reconfiguração da sub-região com a chamada “Amazônia Setentrional Amapaense”, definida por Santos (2013).

As abordagens teóricas e a construção das reflexões delineadas pelo autor evidenciam, as ideias de David Harvey sobre Desenvolvimento Geográfico Desigual; de Milton Santos sobre sistemas de objetos, de normas, de ações, os circuitos da economia (superior e inferior) e os tipos de tempos, a fim de identificar a espacialidade do desenvolvimento desigual para o caso do Estado do Amapá (Brasil) na nova formatação da fronteira com o Platô das Guianas, em espacial com a Guiana Francesa e; articulá-las com a análise sobre a fronteira e seus efeitos (barreira e cooperação) para explicar as dinâmicas e os fenômenos geográficos ocorridas nesta linde.

A discussão sobre o caráter do Desenvolvimento Geográfico Desigual (DGD) parte-se do pressuposto de que as concentrações, as contradições e as distintas construções que as forças produtivas exercem no espaço, são capazes de alterar o espaço e; são formas de espacialidades, capazes de gerar desigualdades entre os territórios. Na ideia de Porto a adoção desta diretriz teórica para explicar o uso e o acesso da fronteira é parte integrante do esforço do capital em derrubar qualquer barreira espacial para o intercâmbio e conquistar espaços para acionar suas potencialidades, seus produtos e expandir a área de influência e de interesse do capital externo sobre o local.

O autor define duas categorias que devem ser adotadas para a explicação da fronteira: Escala e a compressão espaço-tempo. A categoria escala é de vital importância para o entendimento do funcionamento do sistema capitalista, e mais precisamente, do desenvolvimento desigual dos territórios. Pois esta categoria, além de se mostrar como produto de mudanças tecnológicas, das formas de organização e das lutas políticas, também pode ser redefinida, contestada e reestruturada em seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. A fronteira, assim, pode ser pensada como escala local, nacional, e internacional, bem como em uma escala transfronteiriça.

Para explicar a compressão espaço-tempo expõe a transformação das relações sociais desiguais, onde nem todos os espaços possuem as mesmas técnicas e tecnologias ao mesmo tempo, exigindo transformações de escala na estruturação espaço-temporal da acumulação do capital, ajustes espaciais para as novas dinâmicas espaciais e fluidez do capital (transporte de produtos, regularidade, velocidade e densidade) decorrentes do desenvolvimento das forças de produção pelo capital.

A exigência de se implantar ajustes espaciais também geram contradições que surgem dentro da dinâmica das transformações espaço-temporais, seja na ampliação da concorrência externa ao seu lócus de investimento do capital, seja na invenção de novas dinâmicas socioeconômicas, seja no uso de novos produtos em espaços também novos.

A utilização da expressão do pensamento miltoniano e suas categorias de análise sobre o espaço decorrem do entendimento do autor e de sua aceitação para as explicações das dinâmicas geográficas que ocorrem na fronteira, principalmente quando se acata que o território usado é uma categoria integradora por excelência, pois é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. O espaço é formado de objetos técnicos. A materialidade artificial pode ser datada por intermédio das técnicas e que estas são um fenômeno histórico. Isso reforça a necessidade de se observar a fronteira não como borda, periferia ou limite, mas com um tempo de sua construção distintas de qualquer outro espaço.

Porto se apropria das ideias de Santos para explicar os circuitos da economia em dois subsistemas: o superior e o inferior. Esses circuitos representam a modernização e a sua capacidade de influenciar na maior ou menor oficialidade, densidade e velocidade de articulação e interação espacial. Como se comporta a fronteira amapaense nesta discussão?

As relações de abordagem da fronteira franco-brasileira são diversas quanto se trata de analisar os efeitos a partir da retomada da cooperação a partir de 1995. Porto em sua obra destaca a terminologia de “território estratégico recomposto periférico e tardio”, onde observa: constantes recomposições territoriais que a linde se (des) (re)constrói, ora como barreira, ora como cooperação; criação e inserção de ajustes espaciais para os novos usos do território em espaços também novos; um processo de transição de relação fronteira para interação transfronteira, com manifestações de efeito-barreira e construções de efeito-cooperação; e redesenhos de sua configuração territorial.

À medida que se implantavam os sistemas de engenharia e os ajustes espaciais no espaço amapaense, ampliaram-se as conexões de sua fronteira ao circuito global e em rede; ampliaram-se as suas interações espaciais, extrapolando o efeito-barreira, formador de uma condição fronteira, para se criar/construir o efeito-cooperação, formador de uma condição transfronteira. Essa mudança de comportamento dos efeitos corrobora para se rever os novos usos do território nas suas diversas escalas e interpretações, os ajustes espaciais, as negociações multiescalares e, os processos de transfronteirização.

Como fator para o processo do caminho crítico orientador, o autor explica a organização do espaço amapaense como desigual contraditória e solidária? Como se comportou a transição do espaço amapaense de periférico para estratégico e seus reflexos para a reformatação de sua condição fronteira para se construir a transição de relações fronteiriças para interações transfronteiriças?

Além das reflexões das questões descritas, dos aspectos da fronteira e da condição das interações transfronteiriças, Jadson Porto já descreveu em outras obras produzidas que o Amapá é uma criação externa. A sua origem enquanto Território Federal foi assentada em uma prótese institucional; a exploração manganésifera, a partir de uma prótese tecnológica; as Unidades de Conservação, mediante a uma prótese jurídica, dentre outros exemplos. Essas invenções são identificadas pelo projeto de domínio, de gestão e do uso do território.

O autor enfatiza as premissas de teor que corroborou para as justificativas de “proteção da fronteira”, defesa nacional”, defesa do meio ambiente”, o poder público inventou um espaço juridicamente delimitado, que possui uma potencialidade natural e posição estratégica de grande interesse do capital. Ao encontrar e mensurar sua potencialidade natural e relacioná-lo à sua posição geográfica, inventa-se a sua “vocaçãõ”.

O capital vocaciona o espaço para induzir o seu uso, as políticas e os investimentos públicos a fim de posicioná-lo na divisão espacial do trabalho. Isso garante o fluxo e a fluidez do capital. Considerando que cada espaço tem seu tempo, a invenção também assim se comporta. Por isso, o espaço é constantemente reinventado.

Seria natural que como produto das reinvenções ocorridas no Amapá: da invenção Território Federal, que originou o Estado; da exploração aurífera, novos minérios foram alcançados; do garimpo, à exploração mecanizada e industrial mineral; do escoamento ferro-portuário para o aeroviário; do vazio demográfico para a macrocefalia urbana; do uso da natureza à área protegida; do extrativismo puro ao trabalho assalariado; do tempo lento ao tempo rápido; do tempo da natureza ao tempo tecnológico; da subsistência para a exportação. Enfim, as reinvenções são infundáveis de acordo com o autor, também sejam incluídas as dúvidas e questionamentos da nossa relação fronteira.

O trabalho apresentado por Jadson Porto é uma relevante contribuição para compreensão da fronteira, das transformações econômicas, geopolíticas que coloca o estado do Amapá no centro do debate das relações institucionais com o desenvolvimento do seu território. A proposta metodológica está dividida em cinco importantes capítulos que enfatizam as questões teóricas, conceituais, além de discutir toda a trama de temas que envolvem diretamente os temas da fronteira e seus desdobramentos, insere o debate sobre o papel dos governos, das políticas públicas, e os temas dos itens da periferia estratégica e como todo esse universo se insere dentro de um contexto capitalista as implicações com as condições globais e regionais que envolvem o estado do Amapá, como ocorre o entendimento desse estado nos mais diferentes estágios de sua formação.

A contribuição do pesquisador Jadson Porto vai além de suas obras, pois como membro integrante da instituição Universidade Federal do Amapá tem tido como o mérito, a provocação para auxiliar a idealização de diversas outras ações estratégicas para discutir o desenvolvimento regional. Esse aspecto resultou hoje para o cenário do estado do Amapá uma grande riqueza literária que está à disposição da sociedade para auxiliar na construção de políticas públicas efetivas, continuadas e responsáveis.

Macapá, 20 de agosto de 2018.

Dr. José Alberto Tostes

Pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas.

PRÓLOGO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Esta obra é resultado do relatório de meu primeiro estágio de pós-doutorado (2014), realizado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, na Universidade Regional de Blumenau (FURB), em Santa Catarina, sob a supervisão do Dr. Ivo Marcos Theis. Desde então, venho apresentando o seu conteúdo em minhas aulas e orientações na graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Amapá, em palestras ou em apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais.

Meu supervisor, meus alunos e pesquisadores que discutem o tema fronteira, Amazônia, desenvolvimento desigual geográfico e outros tópicos aqui apresentados, têm insistido na publicação da obra, que agora disponibilizo para além da biblioteca repositória da FURB.

Em meu segundo estágio pós-doutoral sob a supervisão dos Doutores Rui Jacinto e Lúcio Cunha, no Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Coimbra (Portugal) (2015), expande as discussões da condição fronteira com pesquisadores europeus.

Em 2015, inicio minha participação em um projeto coletivo CLACSO intitulado *Espacios Globales para la Expansión del Capital Transnacional: a) Frontera México-Estados Unidos, b) Proyecto Mesoamérica; c) Amazonía; d) Andino-patagónico*, sob a coordenação do Dr. Juan Manuel Sandoval Palácios (Instituto Nacional de Antropología e Historia – Universidad do México), que logo, em 2016, foi conformado como grupo de trabalho CLACSO *Fronteiras, Regionalização e Globalização*, onde tive a oportunidade de expor as ideias aqui lançadas para a América Latina, principalmente estimulado pelo Dr. Alejandro Schweitzer (Universidad Nacional de La Patagônia Austral/CONICET/Argentina), onde tive a oportunidade de expor as ideias aqui lançadas para a América Latina, principalmente estimulado pelo Dr. Alejandro Schweitzer, que me recebeu como supervisor de meu 3º estágio de pós-doutorado, em 2017.

Em 2020, participo de meu 4º estágio pós-doutoral, supervisionado pelo Dr. Nilton Marques de Oliveira, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Tocantins, financiado pela Capes, pelo Edital Procad Amazônia-2018. Durante este estágio, ocorre uma pandemia mundial de um vírus (COVID-19), em que provocou a necessidade de se manter em quarentena, refazer agendas e execuções de trabalhos acadêmicos para serem executados em *home office*. Consegui manter algumas agendas pré-estabelecidas com meu supervisor e resgatar outras paradas, como a publicação desta obra.

Resolvi, então, publicar este relatório como foi apresentada ao Dr. Ivo Theis (FURB), em 2014.

Tenho consciência que muitas mudanças quanto ao uso do território amapaense desde 2013, tais como: A queda do porto de Santana em 2013, sendo que até a publicação desta obra não foi reconstruído ou construído um novo; A inserção do Amapá na expansão do agronegócio brasileiro, após 2016; a ampliação das interações transfronteiriças com a liberação da ponte binacional sobre o rio Oiapoque (2017); a lenta mudança da condição urbana amapaense para uma condição urbana-metropolitana; e o impacto da expansão do coronavírus (COVID-19) na economia mundial e seus reflexos nas dinâmicas sociais, econômicas, territoriais e políticas públicas amapaenses.

Agradeço imensamente a todos aqueles que contribuíram para a construção desta obra, as discussões e os resultados em dissertações e teses alcançados pelas provocações aqui lançadas; À Universidade Federal do Amapá, pelas condições de trabalho cedidas até hoje; Ao Colegiado de Arquitetura e Urbanismo da Unifap, por acreditar em minhas ideias; Ao Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá, pelo seu envolvimento nas pesquisas sobre o desenvolvimento da Amazônia setentrional; Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau,

por ter me acolhido em suas instalações para a realização desta obra. À Capes e CNPq, que financiaram minhas pesquisas que resultaram nesta obra.

Grato ao Dr. Ivo Marcos Theis, por aceitar em me supervisionar e provocar reflexões profundas sobre o desenvolvimento geográfico desigual, e ao Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR/FURB), que me acolheu e me estimulou para a conclusão deste estágio.

Aos pesquisadores Gutemberg Silva, Eliane Superti, José Alberto Tostes, Alejandro Schweitzer, Juan Manuel Sandoval Palácios, Marcela Orozco, Saint-Clair Trindade Jr., Daniel Santiago, Iuri Cavlak, José Francisco de Carvalho Ferreira, Miguel Dhenin, Walterlina Brasil, Ana Zuleide Barroso da Silva, Armim Mathis, Durbens Nascimento, Adalberto Ribeiro e Emmanuel Santos, por me estimularem nas reflexões aqui lançadas e por acreditarem que é possível construir novas ideias em um ambiente com ideias novas. Aos pesquisadores por mim supervisionados em seus pós-doutoramentos Roni Mayer Lomba e Christian Nunes da Silva.

Aos professores Wilson Cano (*In memoriam*, a quem dedico esta obra, em agradecimento aos conhecimentos compartilhados, ensinados e dialogados), Lia Osório Machado, Aldomar Rückert, Lourdes Furtado Saint-Clair Trindade Júnior, Maria Goretti Tavares, Genylton Rocha e Edna Castro, meus grandes estimuladores intelectuais.

Ao Grupo de Pesquisa Percepções do Amapá, pela construção e pelo acompanhamento nesta trajetória acadêmica.

Aos meus orientados de graduação e de mestrado Magdiel Ayres, Rodolfo Paixão, Rodrigo Monteiro, Lúcia Furlan, Giselly Thalez, Charles Chelala, Thammy Quintas, Paula Gabriele Sena dos Santos, Mario Torrinha, Magno Mendonça, Luzimar Azevedo, Marcus Webster Araújo, Aldeci Dias Cristiane Valéria dos Santos Nascimento, Karoline Fernandes Siqueira Campos, Joao Paulo de Almeida Amorim, Katricia Milena Almeida Correa, Tiago Luedy, Thayná Costa e Evandro Siqueira, e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo (em especial à Turma 2012, que durante às disciplinas ministradas pudemos avançar nas discussões sobre a condição fronteira amapaense) que construíram comigo essas reflexões.

Aos professores que sempre me acompanharam na construção do pensar sobre a fronteira e sobre a Amazônia.

Para além do aspecto intelectual, nada seria sem a base necessária para tudo isso. Assim, dedico este registro à minha esposa Adriana Porto e meus filhos Ana Beatriz e Ivan Luis pela construção de um lar; Eunice Porto, minha mãe, pelos ensinamentos de vida; Jorge Ivan e Júnia Carolina, meus irmãos, pela fortaleza de seus amores a mim cedidos; Caio e Camila Feldberg Porto, pelo ensino de que não basta ser tio, tem que participar; a pequena Carolina Araújo Porto, pela alegria de viver; à Moisés e Maria do Socorro Pereira Rebelo (*In memoriam*), pela origem de um sonho e pela busca da sabedoria e do conhecimento; e à Eliana Feldberg, pelos estímulos à ciência na Amazônia.

Por fim, àqueles que me acompanharam na construção de minha carreira intelectual,

Meus profundos agradecimentos.

Curitiba, 16 de maio de 2020.

SUMÁRIO

	Pag.
INTRODUÇÃO	10
ESPAÇO, FRONTEIRA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL GEOGRÁFICO: REFLEXÕES TEÓRICAS	14
DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL: UMA (RE)LEITURA PARA NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS	14
SISTEMAS DE NORMAS E DE OBJETOS: DA (DES)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AO USO DO TERRITÓRIO	18
CIRCUITOS SUPERIOR E INFERIOR: SUBSISTEMAS PARA OS PROCESSOS ECONÔMICOS E DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	20
O circuito superior e a forma de organização do território	20
O circuito inferior como produto da modernização do território	21
FRONTEIRAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO ESTRATÉGICO RECOMPOSTO	22
Fronteiras e os efeitos para a construção do território lindeiro	22
O território estratégico recomposto: A fronteira sendo (des)(re)usada	26
A FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL E AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	29
O USO DO TERRITÓRIO COMO PARTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS CENTRALIZADAS NO GOVERNO FEDERAL: A ATUAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS	29
A ARTICULAÇÃO DA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL NO PLATÔ DAS GUIANAS	32
A FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: REFORMAS DE USOS DE SEU TERRITÓRIO	36
A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE E A REFORMATAÇÃO DA FRONTEIRA	36
A formação histórica e delimitação da fronteira franco-brasileira	36
As políticas públicas federais e o uso do território amapaense: a fronteira como construção externa	41
A inserção da fronteira amapaense na fronteira-rede	43
O ESPAÇO AMAPAENSE COMO INVENÇÃO DO CAPITAL	44
A FRONTEIRA AMAPAENSE: UM ACONTECER SOLIDÁRIO E CONTRADITÓRIO EM CONSTRUÇÃO	50
A fronteira amapaense enquanto efeito-barreira	51
A fronteira amapaense enquanto híbrido de efeitos barreira/cooperação	53
A fronteira amapaense enquanto efeito-cooperação	56
A RECOMPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO PARA O PLANEJAMENTO DA FRONTEIRA: A REGIÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE	57
A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE: CONSTRUÇÕES DE UMA FRONTEIRA TARDIA	66
FENÔMENOS GEOGRÁFICOS DE EXPANSÃO NA FRONTEIRA AMAPAENSE: DA POLÍTICA PÚBLICA A MATERIALIZAÇÃO DAS INTERAÇÕES ESPACIAIS	80
CONCLUSÕES	89
REFERÊNCIAS	92



INTRODUÇÃO

A forma(ta)ção da fronteira amapaense como parte integrante de um sistema-mundo tem sido observada desde o século XVII, quando teve início de sua participação como: parte integrante de ações expansionistas territoriais; parte envolvida de interesses comerciais; parte inserida em articulações geopolíticas e geo-econômicas; parte articulada de interesses internacionais e; parte construída por políticas públicas nacionais.

Embora o Estado do Amapá seja um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil (juntamente com Roraima e Tocantins, transformados em estados pela Constituição Brasileira de 1988) e se encontra em processo de construção de sua organização e ordenamento espacial, sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943)¹. A partir de então, alguns aspectos sobre o uso do seu território começam a ser (re)construídos, seja para se pensar as políticas públicas, seja para se investir recursos privados externos com aval do setor público.

Destaque-se, também, que até 1986, todo o Estado do Amapá estava inserido dentro da faixa de fronteira brasileira quando possuía somente 5 municípios (Oiapoque, Calçoene, Amapá, Macapá e Mazagão). A partir de 1987, novos municípios foram criados, sendo alguns deles saíram da faixa (Macapá e Mazagão), e outros foram criados fora desta faixa (Santana, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho) e um novo município dentro da faixa (Laranjal do Jari); na década de 1990 foram criados quatro municípios fora desta faixa (Cutias, Porto Grande, Itauba e Vitória do Jari) e também novos foram inseridos na faixa (Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba).

Este trabalho parte do pressuposto que o espaço amapaense é resultado de interesses externos, articulados e acionados; e é reflexo de ações políticas, econômicas e institucionais tardias, as quais garantiram a reformatação e a reconfiguração da sub-região chamada por Santos (2013) de Amazônia Setentrional Amapaense.

Para a construção das reflexões aqui tecidas, foram adotadas as abordagens de David Harvey sobre Desenvolvimento Geográfico Desigual; de Milton Santos sobre sistemas de objetos, de normas, de ações, os circuitos da economia (superior e inferior) e os tipos de tempos, a fim de identificar a espacialidade do desenvolvimento desigual para o caso do Estado do Amapá (Brasil) na nova formatação da fronteira com o Platô das Guianas, em espacial com a Guiana Francesa (Figura 1) e; articulá-las com a análise sobre a fronteira e seus efeitos (barreira e cooperação) para explicar as dinâmicas e os fenômenos geográficos ocorridas nesta linde.

Ao se optar pelo Desenvolvimento Geográfico Desigual (DGD), parte-se do pressuposto que as concentrações, as contradições e as distintas construções que as forças produtivas exercem no espaço, são capazes de alterar o espaço e; são formas de espacialidades, capazes de gerar desigualdades entre os territórios. A adoção desta diretriz teórica para explicar o uso e o acesso da fronteira é parte integrante do esforço do capital em derrubar qualquer barreira espacial para o intercâmbio e conquistar espaços para acionar suas potencialidades, seus produtos e expandir a área de influência e de interesse do capital externo sobre o local.

A partir destas observações, duas categorias devem ser adotadas para a explicação da fronteira: Escala e a compressão espaço-tempo. A categoria escala é de vital importância para o entendimento do funcionamento do sistema capitalista, e mais precisamente, do desenvolvimento desigual dos territórios. Pois esta categoria, além de se mostrar como produto de mudanças tecnológicas, das formas de organização e das lutas políticas, também pode ser redefinida, contestada e reestruturada em seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. A fronteira, assim, pode ser pensada como escala local, nacional, e internacional, bem como em uma escala transfronteiriça.

¹ Os Territórios Federais foram resultados de ações que conduziram à formação de estruturas capazes de inseri-los em um mundo globalizado e em rede; que envolveram relações de políticas econômicas; que expuseram condições para atender as elites locais delimitando um espaço juridicamente definido e; territorializando suas relações de poder (PORTO, 2005b). Sobre os Territórios Federais, vide Medeiros (1944; 1946); Mortara (1944); Benevides (1946); Capes (1957); Rosa (1972); Temer (1975); Mayer (1976); Freitas (1991) e; Porto (2003).



Figura 1 - Localização do Estado do Amapá (Brasil).

Ao se optar pelo Desenvolvimento Geográfico Desigual (DGD), parte-se do pressuposto que as concentrações, as contradições e as distintas construções que as forças produtivas exercem no espaço, são capazes de alterar o espaço e; são formas de espacialidades, capazes de gerar desigualdades entre os territórios. A adoção desta diretriz teórica para explicar o uso e o acesso da fronteira é parte integrante do esforço do capital em derrubar qualquer barreira espacial para o intercâmbio e conquistar espaços para acionar suas potencialidades, seus produtos e expandir a área de influência e de interesse do capital externo sobre o local.

A partir destas observações, duas categorias devem ser adotadas para a explicação da fronteira: Escala e a compressão espaço-tempo. A categoria escala é de vital importância para o entendimento do funcionamento do sistema capitalista, e mais precisamente, do desenvolvimento desigual dos territórios. Pois esta categoria, além de se mostrar como produto de mudanças tecnológicas, das formas de organização e das lutas políticas, também pode ser redefinida, contestada e reestruturada em seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. A fronteira, assim, pode ser pensada como escala local, nacional, e internacional, bem como em uma escala transfronteiriça.

A compressão espaço-tempo expõe a transformação das relações sociais desiguais, onde nem todos os espaços possuem as mesmas técnicas e tecnologias ao mesmo tempo, exigindo transformações de escala na estruturação espaço-temporal da acumulação do capital, ajustes espaciais para as novas dinâmicas espaciais e fluidez do capital (transporte de produtos, regularidade, velocidade e densidade) decorrentes do desenvolvimento das forças de produção pelo capital.

A exigência de se implantar ajustes espaciais também geram contradições que surgem dentro da dinâmica das transformações espaço-temporais, seja na ampliação da concorrência externa ao seu lócus de investimento do capital, seja na invenção de novas dinâmicas socioeconômicas, seja no uso de novos produtos em espaços também novos.

Quanto à opção pelo pensamento miltoniano e suas categorias de análise sobre o espaço decorrem do entendimento do autor e de sua aceitação para as explicações das dinâmicas geográficas que ocorrem na fronteira, principalmente quando se acata que o território usado é uma categoria integradora por excelência, pois é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. O espaço é formado de objetos técnicos. A materialidade artificial pode ser datada por intermédio das técnicas e que estas são um fenômeno histórico. Isso reforça a necessidade de se observar a fronteira não como borda, periferia ou limite, mas com um tempo de construção distintas de qualquer outro espaço.

Outra abordagem miltoniana diz respeito aos circuitos da economia em dois subsistemas: o superior e o inferior. Esses circuitos representam a modernização e a sua capacidade de influenciar na maior ou menor oficialidade, densidade e velocidade de articulação e interação espacial. Como se comporta a fronteira amapaense nesta discussão?

Sobre a fronteira franco-brasileira, defende-se aqui que esta se comporta como um “território estratégico recomposto periférico e tardio”, onde observa: constantes recomposições territoriais que a linde se (des)(re)constrói, ora como barreira, ora como cooperação; criação e inserção de ajustes espaciais para os novos usos do território em espaços também novos; um processo de transição de relação fronteiriça para interação transfronteiriça, com manifestações de efeito-barreira e construções de efeito-cooperação; e redesenhos de sua configuração territorial.

À medida que se implantavam os sistemas de engenharia e os ajustes espaciais no espaço amapaense, ampliaram-se as conexões de sua fronteira ao circuito global e em rede; ampliaram-se as suas interações espaciais, extrapolando o efeito-barreira, formador de uma condição fronteiriça, para se criar/construir o efeito-cooperação, formador de uma condição transfronteiriça. Essa mudança de comportamento dos efeitos corrobora para se rever os novos usos do território nas suas diversas escalas e interpretações, os ajustes espaciais, as negociações multiescalares e, os processos de transfronteirização.

A opção de se analisar a (re)formatação do espaço amapaense e a sua (re)configuração fronteiriça para transfronteiriça, sua transição de velhos usos para os novos usos da fronteira, decorre dos seguintes fatores:

- Com a criação dos Territórios Federais do Amapá e de Roraima (1943), a fronteira da Amazônia Setentrional teve uma nova dinâmica territorial, pois foram criados entes federativos que, a partir de políticas e investimentos públicos e privados, reorganizaram e reformataram a configuração desta linde brasileira. Com isso, esses “embriões de estados” cresceram e nasceram com as suas estadualizações;

- O espaço amapaense, após a década de 1950, recebeu investimentos externos de empresas internacionais visando a exploração mineral (Manganês, tantalita, caulim, cromita, ouro, ferro) que dinamizaram seu espaço central pelo grupo Caemi; no seu espaço meridional, pelo Complexo Industrial do Jari (CIJ) após a década de 1980 ; no setentrional, os investimentos criaram expectativas para as novas dinâmicas geoeconômicas após a década de 1990;

- A articulação viária interna do espaço amapaense em três momentos: a) 1950-1970: pela conexão do centro amapaense com as construções da BR-210 e da ferrovia Serra do Navio-Santana, conectando a mina de manganês ao porto de exportação mineral; b) 1970-1985: com a construção do trecho norte da BR-156, conectando o município de Oiapoque a Macapá, consolidando as relações fronteiriças deste estado; c) 1985-1991: com a construção do trecho sul da BR-156, conectando Laranjal do Jari a Macapá, articulando conexões internas com o CIJ e; d) pós-1995, os novos investimentos da BR-156 entre Macapá e Oiapoque, como reflexos das expectativas criadas com o Acordo-Quadro entre Brasil França. Com isso, os grandes projetos minerais instalados no espaço amapaense encontram-se conectados e articulados via rodoviária. Neste sentido, percebe-se o esforço do grande capital em conectar espaços novos, acessar produtos novos, articular novos interesses, inventar novos usos do território, inventar novas dinâmicas aos fenômenos geográficos e criar novas interações espaciais;

- A estadualização amapaense (1988), criando expectativas de desenvolvimento para este ente federativo reformatado, atraindo migrantes de outros estados brasileiros estimulados pelas expectativas inerentes a quaisquer novos espaços em construção; pelos concursos públicos; pela criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) (1992); pelos investimentos de obras públicas e privadas na região; pavimentação da rodovia BR-156, iniciada em 1976, em 2003, a pavimentação chega em Calçoene, porém até 2103 não havia sido completada a obra; pela recuperação da economia mineira (2004); a construção da ponte binacional (2004-2010); e as construções de usinas hidrelétricas (UHE) nos rios Araguari (Ferreira Gomes e Caldeirão) e Jari (Santo Antônio) pós-2010.

- Com a assinatura do Acordo Quadro Brasil-França (1996), estimulou-se novos usos da fronteira amapaense, que vem se configurando a partir dos seguintes fatores: criação de expectativas para a interação transfronteiriça em substituição às relações fronteiriças, dos velhos usos da fronteira; ampliação do porto de Santana (1996); criação de ensaios de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa, mas com incipientes diálogos diplomáticos entre Brasil-França sobre este espaço; conexão Saint-George/Caiena (2004) estabelecida e pavimentada; pavimentação do trecho norte da BR-156, que embora estivesse incompleta até 2013, acelerou as dinâmicas geográficas do trecho pavimentado (Macapá/Calçoene), faltando somente 100 km para sua conclusão (de um total de

590 km); a construção da ponte binacional no rio Oiapoque (2010), porém até 2013 não havia sido inaugurada; e o envolvimento do Amapá em políticas de integração internacional (IIRSA, INTERREG IV – PO AMAZONIE).

- A criação e instalação de unidades de conservação e de terras indígenas, criando espaços com restrições de uso do território capazes de inibir a expansão selvagem do capital e redefinir a política de uso, ocupação e de desenvolvimento do espaço amapaense, sem, contudo, inibir o uso das potencialidades de produtos naturais neles encontrados.

Para a construção das ideias aqui trabalhadas adotou-se as seguintes questões orientadoras: Como explicar a organização do espaço amapaense como desigual, contraditória e solidária? Como se comportou a transição do espaço amapaense de periférico para estratégico e seus reflexos para a reformatação de sua condição fronteira para se construir a transição de relações fronteiriças para interações transfronteiriças?

Para responder essas questões, elaborou-se esta obra em cinco capítulos.

O capítulo 1 retrata três abordagens teóricas para explicar a fronteira amapaense como um território estratégico recomposto periférico e tardio. As abordagens são relacionadas ao pensamento de David Harvey sobre o desenvolvimento geográfico desigual e os seus fatores para a construção do território; o segundo se baseia no pensamento de Milton Santos sobre a formação do espaço geográfico, sua temporalidade e o uso do território; o terceiro resgata algumas reflexões da polissemia dos significados de fronteira e seus efeitos de manifestação: barreira e cooperação.

O capítulo 2 analisa a fronteira da Amazônia setentrional e as políticas públicas a partir da experiência dos Territórios Federais e a sua articulação com o Platô das Guianas.

O capítulo 3 discute a formação do espaço amapaense e as suas dinâmicas e fenômenos geográficos que corroboraram para a reformatação da sua fronteira com a Guiana Francesa, a partir de quatro discussões: a sua formação histórica; o uso do território amapaense como parte de políticas públicas centralizadas no Governo Federal, a inserção da fronteira amapaense na fronteira-rede global e as propostas de regionalização do espaço amapaense.

O Capítulo 4 analisa a construção da condição fronteira amapaense a partir da interpretação miltoniana da idade do lugar, indicando a este espaço uma condição tardia de uso do território, os fatores para construção desta condição e os resultados alcançados com pelas permanências deixadas à medida que este espaço era ocupado e materializado pelo capital.

O Capítulo 5 parte do entendimento do espaço amapaense como um grande negócio, capaz de materializar propostas de desenvolvimento, cujas manifestações geográficas atuaram para expor e ampliar a desigualdade local e (inter)nacional, sendo pensada por gestores locais como periférico-estratégica, mas pelo capital como estratégico-periférica, em uma execução de capitalismo tardio periférico da periferia.



ESPAÇO, FRONTEIRA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL GEOGRÁFICO: REFLEXÕES TEÓRICAS

Muito tem se discutido a respeito do debate sobre de desenvolvimento. Inúmeros economistas, cientistas políticos, sociólogos, geógrafos têm se preocupado com o tema e inserido novas abordagens para focalizar suas reflexões. Há debates profundos sobre desenvolvimento regional, local, sustentável, econômico. Enfim, é um tema com variadas e ricas discussões multifocal, multiescalar e multidisciplinar que cada vez mais tem atraído pesquisadores.

Para as reflexões aqui trabalhadas, serão adotadas as abordagem de David Harvey (1990; 2004, 2005 a e b; 2006 e 2008), sobre o Desenvolvimento Geográfico Desigual (DGD); e as categorias de sistemas de objetos, de normas, de ações, os circuitos da economia (superior e inferior) e os tipos de tempos trabalhadas por Milton Santos (1996 e 2004). A partir deste diálogo, nos capítulos posteriores, identificar as suas características e identidades para a (re)formatação da fronteira amazônica, como um território estratégico e recomposto.

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL: UMA (RE)LEITURA PARA NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Segundo Harvey (1990, p. 376), o que constitui o chamado “Desenvolvimento Geográfico Desigual”² são “las vastas concentraciones de fuerza productivas de unos lugares contrastan con regiones relativamente vacías. Las fuertes concentraciones de actividad em un lugar contrastan con zonas em que el desarrollo está muy diseminado”. Esta proposta visa compreender o funcionamento do capitalismo no âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios (SANTIAGO; CARVALHO, 2008).

Para Santiago e Carvalho (2008) há 4 dimensões teóricas do DGD que contribuíram diretamente para a estruturação da ‘teoria unificada’ de David Harvey sobre os desenvolvimentos desiguais no capitalismo. São elas: a) interpretação historicista; b) argumentos construtivistas; c) visões ambientalistas; e d) explicações geopolíticas.

A primeira relata que o DGD é causado pela forma com que o desenvolvimento político-econômico dos países centrais penetra nos territórios, na economia, na política e na cultura dos países periféricos.

Para a segunda, as desigualdades são decorrentes das práticas exploratórias (tais como, imperialismo, colonialismo e neocolonialismo) dos países mais poderosos sobre os países subdesenvolvidos. O desenvolvimento desigual dos países é explicado, por este argumento, pela forma que alguns países exploram outros, fazendo com que as discrepâncias entre os países aumentem cada vez mais.

A terceira enfatiza a questão do desenvolvimento desigual como resultado das adaptações humanas para as diferenciações ambientais dos países. Essas diversidades ambientais explicam o modo como são criadas as especializações territoriais, divisões do trabalho e as diversidades regionais (culturas regionais).

E, por último, a interpretação geopolítica vê as desigualdades regionais como consequência dos conflitos políticos e sociais entre forças territorialmente organizadas em diversas escalas geográficas (local, regional, nacional, internacional e global).

² A expressão no original é “uneven geographic development”. Na versão mexicana, o termo é conhecido como “desarrollo geográfico poco uniforme”.

Essas dimensões possuem forte impacto sobre as áreas de fronteira devido às condições territoriais existentes em cada espaço de contato entre estados-nações e, principalmente, como um atributo material de valor de uso do território. Dentre essas condições, destacam-se: As escalas trabalhadas nos espaços lindeiros, que perpassam do local ao internacional; as relações sociais, econômicas, culturais e políticas trabalhadas com efeitos de barreira e/ou de cooperação; as construções geopolíticas dos espaços fronteiriços conflituosos, interados ou integrados entre si; enfim, as dinâmicas espaciais existentes nos espaços fronteiriços e suas construções para relações transfronteiriças fazem com que sejam adequadas o uso do DGD para explicar as dinâmicas, as (des)construções e as (des)organizações espaciais fronteiriços.

Outra categoria trabalhada por Harvey (2006) é a escala. Esta é de vital importância para o entendimento do funcionamento do sistema capitalista, e mais precisamente, do desenvolvimento desigual dos territórios. Ou seja, acompanhando o raciocínio de Santiago e Carvalho (2008) as escalas são produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, das formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas; são perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações.

Se forem inseridas análises quanto às estruturas regionais, Santiago e Carvalho (*op. cit.*) concordam com Harvey (2006) que tais estruturas têm que ser entendidas como inerentemente instáveis ao mesmo tempo em que a volatilidade do capital e trabalhadores entre eles se tornam endêmicos para o DGD no contexto do capitalismo. Neste rumo, defende-se, nas reflexões aqui tecidas, que os espaços (trans)fronteiriços possuem essas configurações.

Outra categoria trabalhada por Harvey (1998, p. 237-256) diz respeito à “compressão espaço-tempo”. Segundo Chauí (2003, p. 10), esta expressão indica que

a fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias da informação, a compressão do espaço – tudo se passa aqui, sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa agora, sem passado e sem futuro.

Esta “compressão” tem estimulado cada vez mais o processo de DGD, uma vez que “la transformación radical de las relaciones sociales no ha ido avanzado uniformemente. Ha avanzado más rapidamente em unos lugares que em outros” (HARVEY, 1990, p. 376). Ou seja, nem todos os espaços possuem as mesmas técnicas e tecnologias ao mesmo tempo, na mesma geração tecnológica, ubiquamente. Assim, relembra-se a contribuição de Santos (1996) sobre as dinâmicas de tempo-rápido articulado com o tempo-curto, que estimulam uma “modernização da superfície”³.

Santiago e Carvalho (2008) identificaram em Harvey (2006) que “a aniquilação do espaço através do tempo, por exemplo, exige transformações de escala na estruturação espaço-temporal da acumulação do capital”. Com isso, criam-se hierarquias de escalas, e tais hierarquias representam a criação de organizações escalares próprias e distintas para proporcionarem a circulação e a reprodução do capital. A capacidade de circulação de capital pode ser apresentada em diversos aspectos de discussão. Tais como: circulação de mercadorias, circulação financeira, densidade da circulação, condições de mobilidade, trajetória da circulação, dentre outros.

Neste sentido, Harvey (1990, p. 379), ressalta que “la capacidad para transportar las mercancías de un lado a outro define la movilidad del capital em forma de mercancías. Esta movilidad depende de las relaciones de transporte, modificadas por los atributos de las mercancías como su peso, tamaño, fragilidad, si son perecederos, etc.”. Além disso, também identifica 4 fatores para explicar este comportamento (p. 379-380):

O primeiro ressalta que “la industria del transporte produce valor por que es una 'esfera de producción material' efectua un cambio material em una 'objeto sobre que recae el trabajo, un cambio em el espacio, [un] cambio de lugar”.

O segundo lembra que o custo do movimento não é a única consideração a ser tratada, mas deve ser tratada “la regularidad y confiabilidad de los flujos de transporte pueden reducir la necesidad de inventarios de materias primas y de productos terminados (...)”.

³ Brito (2001) trabalha a expressão “modernização da superfície” ao discutir o processo de desenvolvimento da Amazônia durante o século XX. Tal processo impulsiona a modernização de suas estruturas, especialmente as econômicas, através de uma política conduzida pelo Estado. Contudo, as transformações nas diversas áreas sociais, não foram atingidas igualmente pelos princípios da sociedade moderna, resultando na superficialidade da modernização promovida pelo desenvolvimento na Amazônia.

O terceiro, destaca que “la velocidad del movimiento también es vital”. Pois a velocidade com que se chega ao destino, impõe um novo ritmo e dinâmicas espaciais.

O quarto, ao resgatar os fatores anteriores reforça que todos eles “se deben al desarrollo de las fuerzas de producción por el capital”.

Um aspecto fundamental exposto por Harvey (1990, p. 180), que será aqui adotado para explicar o objeto de estudo, a construção da fronteira tardia amapaense, está na sua leitura de Marx, ao afirmar de “el capital debe 'esfocarse por derribar cualquier barrera espacial... para el intercambio, y conquistar toda la tierra para su mercado', debe 'aniquilar este espacio com el tiempo, a fin de reducir el tiempo de rotación del capital a 'un abrir y cerrar de ojos' ”.

Observa-se este comportamento na fronteira amapaense com: a construção de rodovias ligando o centro à periferia, a construção de pontes internacionais (o “derribar cualquier barrera espacial”); a mudança de comportamento fronteiriço para transfronteiriço (“para el intercambio, y conquistar toda la tierra para su mercado”); a pavimentação de rodovias de inte(g)ração (a fim de aniquilar este espacio com el tiempo, a fin de reducir el tiempo de rotación del capital a 'un abrir y cerrar de ojos'); a modernização de técnicas e tecnologias de transporte, como o aumento das dimensões dos meios de transportes, transportando mais mercadorias, bem como de seus sistemas de transferência de relações nodais (portos, aeroportos, ferroviárias). Enfim, os transportes proporcionam mais densidade de fluidez.

Completando esta discussão a respeito do DGD, Theis (2006), ao identificar dois componentes fundamentais na obra de Harvey (2004) (A produção de escalas espaciais e a produção de diferenças geográficas), acaba por consolidar a importância das escalas espaciais e as diferentes construções espaciais em diferentes tempos sociais e tecnológicos.

No primeiro caso, há relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas, onde comportamentos pessoais podem produzir efeitos locais e regionais que culminam em problemas continentais. Para Harvey (2004, p. 109)

as escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende [...] das inovações tecnológicas [...] bem como de várias condições político-econômicas mutáveis [...] elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo em que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes.

O segundo, diz respeito à geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva das formas sociais, as quais tem

(...) produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida sócio-ecológicos [...] Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas.

Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sócio-ecológicos que ocorrem no momento presente (*op. cit.*, p. 111).

Um avanço teórico elaborado por Harvey (1998), retomado em sua obra de 2004, que é fundamental para as reflexões à proposta de DGD, diz respeito à aniquilação do espaço pelo tempo que engendra transformações de escala na estruturação sócio-temporal da acumulação de capital. Embora haja hierarquia de escala e à medida que técnicas e tecnologias são inseridas em diversas áreas de ação do capital, principalmente nos setores de transportes e comunicações, Harvey (2004, p. 111) relata que,

o capital mesmo gera suas próprias escalas de circulação. (...) a escala de regionalidade que faz sentido num tempo não necessariamente faz sentido noutra. Estruturas regionais precisam ser entendidas como inerentemente instáveis, ao mesmo tempo em que a volatilidade dos fluxos de capital e trabalho se tornam endêmicos aos DGD do capitalismo.

Harvey (2005a) relata que na década de 1970 tenta abordar o tema da sobrevivência do capitalismo à luz da análise dos “ajustes espaciais”⁴ e seu papel no interior das contradições da acumulação de capital. À medida que os “fenômenos geográficos de expansão e desenvolvimento” foram se manifestando em excedentes do capital, o autor indica duas formas para absorver tais excedentes como saídas possíveis: a expansão geográfica e a reorganização espacial.

⁴ Segundo Harvey, (2005a, p. 9), “a tese do ajuste espacial somente tem sentido se relacionada com a tendência expansiva do capitalismo, entendida teoricamente mediante a teoria marxista da queda da taxa de lucros que produz crises de super-acumulação”. Na versão brasileira dos “Limites do capital” (2013), na introdução à edição inglesa de 2006, Harvey indica que “ajustes espaciais” são entendidos como expansões/reestruturações geográficas (p. 22). Porto et. al. (2007), por sua vez, interpretaram que “ajustes espaciais”, são as adaptações que são efetivadas no espaço, visando a garantia da instalação, existência, fluidez, manifestação e reprodução do capital.

Para o primeiro caso, o autor chama a atenção que “expansão geográfica frequentemente acarreta investimentos em infra-estruturas físicas e sociais de longo prazo (redes de transporte e de comunicações, educação e pesquisa, por exemplo) (...) (HARVEY (2005a, p. 10)”. A reorganização espacial decorrente desta expansão, esta implica em novas formas de uso do território, mediante à inserção de novas elites, novos atores, novas técnicas e tecnologias, novas infraestruturas, e novos sistemas de normas.

Essas lentes conceituais permitem interpretar a (re)formatação da fronteira amapaense e a sua caracterização como fronteira tardia, bem como na construção de sua condição fronteira como estratégico-periférica ou periférico-estratégica, dependendo como a fronteira for analisada, cuja discussão será mais explorada no capítulo 5.

Outra categoria trabalhada por Harvey (2005a) diz respeito ao que o autor identificou como “ajuste espaço-temporal”⁵, cuja ideia principal é que a super-acumulação em um dado território implica em um excedente de mão-de-obra e excedente de capital. Segundo o autor (p. 11-12),

Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) uma re-orientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar; c) alguma combinação de a e b.

Para o autor (*op. cit.*) a combinação de a e b é particularmente importante quando há o enfoque do capital fixo de natureza independente imobilizado em um ambiente construído, pois providencia as infraestruturas físicas necessárias para que a produção e o consumo se mantenham no espaço e no tempo. Com isso, um setor econômico menor, é capaz de absorver massivas quantidades de capital e de mão-de-obra, particularmente sob condições de rápida expansão e intensificação geográfica. Quanto à realocação do excedente de mão-de-obra e capital por tais investimentos, requer a mediação das instituições financeiras e/ou estatais, que têm capacidade de gerar e oferecer crédito.

Tais “ajustes” também geram contradições que surgem dentro da dinâmica das transformações espaço-temporais, sendo essas contradições assim identificadas por Harvey (2005a., p. 13-14):

- Se o excesso de capital e de força de trabalho existe em dado território e não pode ser absorvida internamente, então devem ser enviados a outro lugar a fim de encontrar um novo terreno para sua realização rentável para não serem desvalorizados;
- Mercados para excedentes de produtos podem ser encontrados, mas os espaços aos quais se enviam os excedentes devem possuir reservas de meio de pagamentos como o ouro ou dinheiro ou bens intercambiáveis;
- Se o território não possuir reservas ou bens para trocar, ele ou deve achá-las ou deve receber crédito ou assistência. Neste caso um território recebe o empréstimo ou a doação do dinheiro com que compra o excedente de mercadorias geradas no território em questão;
- Simples transações comerciais e de créditos deste tipo podem aliviar problemas de super-acumulação ao menos em curto prazo;
- Em condições de DGD, os excedentes disponíveis de um território são compensados pela carência dos mesmos em outro local;
- O recurso ao sistema de créditos volta aos territórios vulneráveis aos fluxos de capital especulativo e fictício;
- A exportação de capital, particularmente quando acompanhada pela exportação de força de trabalho, opera de maneira bastante distinta e frequentemente e surte efeitos em prazos mais longos;
- Os excessos de capital e trabalho são enviados a outros lugares para pôr em movimento a acumulação de capital no novo espaço, criando novos e dinâmicos centros de acumulação nestes territórios, gerando uma demanda de bens;

⁵ Para Harvey, (2005a, p. 12), “O ‘ajuste’ espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora para soluções das crises capitalistas mediante adiamento temporal e expansão geográfica. A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais são formas de absorver excedentes de capital e mão- de-obra”.

- À medida que haja o amadurecimento do capitalismo nos novos territórios até o ponto onde eles, também, comecem a produzir super-acumulação de capital, os velhos territórios podem se beneficiar daqueles por um período considerável de tempo;
- Os investimentos de portfólio podem manter a construção do capital fixo requeridas como base para uma sólida acumulação no futuro;
- A taxa de retorno dos investimentos em longo prazo no ambiente construído depende da evolução de uma forte dinâmica de acumulação nos novos territórios;
- As contradições surgem porque os novos espaços dinâmicos de acumulação de capital geram excedentes que devem ser absorvidos através da expansão geográfica.

Por fim, Harvey (*op. cit.*, p. 15) conclui que

(...) o resultado final é um aumento na ferocidade da concorrência internacional na medida em que múltiplos e dinâmicos centros de acumulação de capital emergem para competir no cenário mundial em meio a importantes correntes de super-acumulação. Como nem todos podem ter sucesso em longo prazo, ou os mais fracos sucumbem e caem em sérias crises de desvalorização ou confrontos geopolíticos emergem na forma de guerras comerciais, guerras monetárias e até mesmo confrontos militares (do tipo que nos deram duas guerras entre potências capitalistas no século XX). Neste caso o que se exporta é desvalorização e destruição e os ajustes espaço-temporais assumem formas mais sinistras.

Em outro texto, Harvey (2008, p. 125), acrescenta que “o desenvolvimento geográfico desigual foi tanto um resultado da diversificação, da inovação e da competição entre modelos de governança nacionais, regionais e mesmo metropolitanos quanto foi da imposição de algum poder hegemônico externo (...)”. Assim, duas expressões podem ser ressaltadas nesta citação: resultado e imposição.

Segundo Porto e Theis (2013), quando se pensa em resultados, tal contexto lembra que para alcançá-los, objetivos foram traçados, técnicas e tecnologias foram adotadas, investimentos foram efetivados, ou seja, o uso do território será reflexo pela busca daqueles resultados indicados na citação acima. Isso só é possível quando há relações desiguais, em espaços distintos. Ao se adotar a imposição, inspira-se na incapacidade das relações locais e seus agentes ou elites internas em elaborar suas próprias ações, por considerar o poder hegemônico externo como o melhor, o mais apropriado e, com isso, o mais adequado para alcançar os resultados esperados dos seus investimentos e daqueles oriundos das políticas públicas sobre o espaço. Assim, a busca pelo desenvolvimento será manifestado no espaço desigualmente e combinado. Quando este espaço é a fronteira, isso fica bem evidente.

SISTEMAS DE NORMAS E DE OBJETOS: DA (DES)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO AO USO DO TERRITÓRIO

Lembrando que o objeto de estudo aqui adotado é a fronteira, a maneira como ela é (des)(re)usada, serão adotadas as reflexões de Milton Santos (1994 e 1996), nas seguintes categorias quanto ao uso do território: a idade do lugar como materialidade artificial e; os sistemas de normas e de objetos.

De acordo com Souza, (2005, p. 253), Milton Santos propõe que o território usado seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. A autora ressalta que território usado é uma categoria integradora por excelência e que, especialmente no planejamento, vem definitivamente terminar com as falsas premissas da possibilidade da gestão inter-setorial à partir da justaposição do setorial na elaboração dos planos.

Segundo Santos (1994), é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Seu entendimento é fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. O autor assim distingue o “território” de “território usado”: o primeiro é forma, ao passo que o segundo são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

A inserção de novas construções espaciais e funcionamento do território, tendo por base, esta nova maneira de se analisar, pode ser muito bem adotada para explicar as *horizontalidades* e as *verticalidades* pelas quais as dinâmicas que a fronteira brasileira vem passando desde a década de 1990.

Santos (1996, p. 45) ressalta que “o espaço é formado de objetos técnicos (...). O trabalho supõe lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão”. Com isso, o autor (*op. cit.*, p. 46-49) tece reflexões a respeito da “idade de um lugar”. O autor relembra os critérios históricos e geomorfológicos que são adotados para se explicar essa “idade”. Contudo, ele insere a atuação da técnica como elemento para exercer papel semelhante àqueles critérios. Pois “a materialidade artificial pode ser datada por intermédio das técnicas (...). As técnicas são um fenômeno histórico”.

Saquet (2002, p. 11), ao resgatar as reflexões miltonianas (SANTOS, 1996) sobre a dialética espaço-tempo, enaltece “que cada momento histórico tem seu tempo e seu espaço e cada espaço tem seu tempo, resultado do encontro dos eixos do tempo histórico e do tempo das coexistências”. Com isso, reforça-se a necessidade de se observar a fronteira com outros entendimentos, não como borda, periferia ou limite, pois o tempo de sua construção, de sua organização, de suas dinâmicas são distintas de qualquer outro espaço de uma nação.

À medida que a fronteira se insere, ora com mais profundidade, ora com mais superficialidade no circuito internacional, ela pode ser analisada como porta de entrada de um país, como também pode ser a última a ser alcançada. Pode ser analisada como uma rota de passagem à medida que inte(g)rações espaciais sejam mais estimulados (como acontece em várias fronteiras europeias quando foi criada a União Europeia), ou como ponto de distribuição, quando são criadas condições comerciais de parada, a exemplo dos *duty free* na linha de fronteira⁶.

Santos (1996, p. 48), sugere que é “o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica”. E não há técnicas isoladas, mas o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pela disponibilidade de seu acesso, da intensidade e de seu tempo de uso. Assim, os lugares redefinem as técnicas. Ou seja, há um “acontecer solidário” (*op. cit.*, p. 132) que definirá um espaço.

Outras duas categorias abordadas por Santos (1996, p. 50) são os elementos “fixos” e “fluxos”. Para o autor, “os elementos fixos permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam”. A interação desses expressam a realidade geográfica, principalmente quando o autor considera que atualmente os fixos são cada vez mais artificiais e os fluxos mais diversos, amplos, numerosos e rápidos.

Considerando que as técnicas e tecnologias para instalação de fixos não são as mesmas disponíveis para todos e que, também, não atuam nas mesmas condições nos espaços quanto à densidade de velocidade e fluidez dos fluxos, a dialética espaço-tempo se reflete nas dinâmicas, nas (des)(re)configurações e nas suas (des)(re)construções territoriais.

O que é fundamental entender na obra miltoniana é que o espaço é o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação, solidário (SANTOS, 1996, p. 51) e contraditório. Para o autor, “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (*op. cit.*, p. 52).

Um outra categoria trabalhada é o tempo. Santos (*op. cit.*, p. 212) indica 4 tipos de tempos: o longo, o curto, o lento e o rápido. O primeiro, identifica as estruturas, os movimentos de fundo, incompletamente apreendidos através do tempo curto; o segundo é característico das situações conjunturais; o terceiro e o quarto dizem respeito à contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar, sem identificar tempos absolutos, ou seja o importante não é considerar o tempo das máquinas ou instrumentos em si, mas o das ações que animam os objetos técnicos.

Tais ações e objetos técnicos, solidários e contraditórios são fundamentais para se entender o uso do território na fronteira.

⁶ Em 10 de setembro de 2012, foi sancionada a Lei Ordinária 12.723/2012, que autoriza a criação de lojas francas, as *duty free shops*, na fronteira. Os estabelecimentos poderão ser instalados em cidades que tenham uma “cidade gêmea” do outro lado da linha divisória nacional.

CIRCUITOS SUPERIOR E INFERIOR: SUBSISTEMAS PARA OS PROCESSOS ECONÔMICOS E DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Segundo Santos (2004, p. 32) a história, a formação e a transformação dos espaços periféricos, confunde-se com a história dos países-pólos, que os identificou como “espaços derivados”, e que dependem de dois fatores: 1) o momento da intervenção das primeiras forças externas; e 2) os impactos sucessivos de outras modernizações. A partir desta orientação, identifica-se na fronteira condições que permitem avançar no debate sobre os processos econômicos e a organização do espaço, pela atuação dos “circuitos da economia” miltoniano.

O autor, ao elaborar uma abordagem teórica da urbanização em países subdesenvolvidos, sugere uma reflexão que denominou de “circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”. Esses circuitos são compostos por dois subsistemas que não são fechados mas complementares e interdependentes entre si: o superior e o inferior. Enquanto o primeiro é definido pela sua forma de organização, o segundo é um produto da modernização e que está em processo de transformação e adaptação permanente. Ou seja, o que está em jogo são: comportamento e uso do território; o conjunto de atividades realizadas em certo contexto e; o setor da população envolvida essencialmente pela atividade e pelo consumo.

O que vem a destacar nas reflexões miltonianas que envolvem as discussões sobre esses subsistemas, são análises de uma periodização que representam a modernização, isto é, a “generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente (*op. cit.*, p. 31)”.

O circuito superior e a forma de organização do território

Segundo Santos (2004, p. 22), este subsistema “originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior”. Os elementos que constituem este circuito são: Bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores (p. 40).

O autor identifica (p. 43-48) as seguintes características deste circuito:

- Utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia de 'capital intensivo', imitativo;
- As suas atividades manipulam grandes volumes de mercadorias, embora haja também a mobilidade de quantidades reduzidas daquelas empresas especializadas onde os preços são muito altos devido à qualidade do produto oferecido e de sua demanda e clientelas específicas;
- Os capitais são volumosos em relação à tecnologia utilizada;
- O emprego é resultado dessas variáveis;
- Emprega um número importante de estrangeiros, variável segundo o grau de industrialização e e modernização do país;
- Seus preços são geralmente fixos, onde o limite inferior não pode estar muito abaixo dos preços de mercado, sob pena de colocar em risco o futuro de firma, e as manipulações dos preço supões uma margem de lucro contabilizável por longos prazos;
- Acumula capitais indispensáveis à continuidade das atividades e sua renovação em função dos progressos técnicos;
- O lucro corresponde ao volume de produção e não por unidade;

- Quanto às atividades: dispõem do crédito bancário; está embasada na publicidade, a fim de modificar gostos e deformar perfil de demanda; seus custos fixos importantes aumentam com o porte da firma para cada lugar e ramo de fabricação; a reutilização de bens de consumo duráveis é quase nulo; usufruem direta ou indiretamente da ajuda governamental; tende a controlar a economia por inteiro; aquelas realizadas localmente não integram-se numa outra cidade de nível superior, no país ou no exterior;
- O funcionamento baseia-se nas necessidades de uma produção 'capital intensivo' local ou exógena;
- O consumo é seletivo embora haja o uso dos meios de publicidade suficientes para criar novos gostos e atrair clientela; e
- Os elementos de sua articulação serão buscados fora da cidade e de sua região.

O circuito inferior como produto da modernização do território

Este subsistema é “formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres, é bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região” (SANTOS, 2004, p. 22). Para o autor, este é um elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e para encontrar medidas para atribuir uma produtividade mais elevada, garantir um crescimento sustentado e conservar sua função de fornecedor de empregos. Os elementos que integram este circuito são: formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não modernos-fornecidos 'à varejo' e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão (p. 40).

Quanto às suas características, o autor identifica (p. 43-48) as seguintes:

- Utiliza 'trabalho intensivo' e frequentemente local ou localmente adaptado ou recriado, com um potencial de criação considerável;
- Quanto à suas atividades: são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido, sendo o crédito com uma larga porcentagem de ser pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidades de acumular; Tanto no comércio quanto na fabricação, trabalham com pequenas quantidades; Aquelas com 'trabalho intensivo' utilizam capitais reduzidos e podem dispensar uma organização burocrática; A reutilização de bens duráveis é uma das suas bases; Não dispõem de apoio governamental e frequentemente são perseguidas; Não necessita de um *overhead* capital para sua instalação; Tende a ser controlado, subordinado, dependente;
- O emprego é resultado dessas variáveis, onde raramente é permanente e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital; o contrato assume a forma de acordo pessoal entre patrão e empregado; a média de ocupados por unidade de produção é baixa, mas o número total de pessoas ocupadas é considerável;
- Os preços regateados, pechinchados, são regras, e as margens de oscilação dos preços são muito importantes;
- O prazo curto é o que prevalece;
- A acumulação de capital não se constitui a primeira preocupação, ou não há tal preocupação. Trata-se de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte de certas formas de consumo particulares à vida moderna;
- O resultado total do controle de preços neste subsistema é pequeno e a margem de lucro por unidade é elevada devido ao grande número de intermediários entre o fornecedor e o consumidor final;
- A publicidade não é necessária, graças aos contatos da clientela e à margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e sua família;
- O seu funcionamento apoia-se no consumo, resulta da demanda;
- Sua integração ocorre na escala local;
- Os elementos de sua articulação encontram-se na cidade e sua região.

FRONTEIRAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO ESTRATÉGICO RECOMPOSTO

As discussões sobre fronteira é muito presente na literatura de geopolítica, geografia política, ciências políticas, economia, dentre outras ciências⁷. Para melhor orientar nossas discussões, adotar-se-á as observações de Silva (2013), que distingue fronteiras e limites, como também identifica a fronteira franco-brasileira como um “território estratégico recomposto” (mas que não se aprofunda na discussão). Enquanto a *fronteira* é um perímetro instaurado por um poder político, cujo interesse e ações são o de se afirmar e se distinguir de outras entidades territoriais igualmente soberanas; o *limite*, é a marca divisória de dois sistemas políticos soberanos.

Além de existir diferentes maneiras de se analisar a fronteira e suas dinâmicas territoriais, o que se deve evidenciar nas reflexões aqui estabelecidas são as constantes recomposições territoriais que a linde (re)constrói, ora como barreira, ora como cooperação. Contudo, quando essas recomposições ocorrem no processo de transição de barreira para cooperação, os *ajustes espaciais*⁸ são criados para os novos usos do território, ampliando seu grau de relações espaciais fronteiriças para imprimir um enfoque transfronteiriço. Com isso, mudanças estruturais modificam as estratégias territoriais para o desenvolvimento lindeiro.

Fronteiras e os efeitos para a construção do território lindeiro

Silva (2013) elabora uma profunda leitura sobre o tema fronteira e identifica vários autores que abordam o assunto no cenário internacional no pós-1980, apresentando autores que pressupunham a emergência de um novo mundo “sem fronteiras” (a partir do qual as barreiras simbólicas e físicas tornar-se-iam insignificantes); um certo reforço no controle e proteção de diferentes fronteiras; e o mito de abolição das fronteiras-limite.

Esse autor encontra em Paasi (2002), um modelo que visa esclarecer as diferentes possibilidades de estudar as fronteiras no âmbito da geografia, que define 4 grandes sub-campos (geografia cultural, geografia política, geografia econômica e geografia regional), com uma série de variações e perspectivas de análises que contemplam praticamente todos os campos da geografia humana.

Outro enfoque identificado Silva (2013) diz respeito aos estudos de Kolossov (2005), que desdobrou em 06 campos esquemáticos (estágio/período, aproximação dominante e método, conteúdo, concepção central e realização, autores e aplicações práticas) o desenvolvimento dos estudos fronteiriços na sequência de 04 estágios (Quadros 1 e 2).

⁷ Considerando o forte comportamento e construção para atender interesses externos, com relações globais, Foucher (2009, p. 13-18) sugere 4 etapas de mundialização e as relaciona na formação de fronteiras. A primeira delimitava uma fronteira para administração das novas terras descobertas e os acordos entre os reis de Portugal, Espanha e a autoridade espiritual católica nos séculos XV e XVI; a segunda, segue o efeito da revolução industrial e condição da manutenção do equilíbrio do acordo das nações europeias nos séculos XVII e XIX, materializando jogos de forças econômicas; a terceira, diz respeito à metafronteira de porte ideológico e estratégico planetários do século XX; e a quarta se traduz por uma reorganização sistemática e provavelmente sistêmica de territórios estaduais e nacionais, renegociando um jogo de forças, retomando desenhos existentes, com diversas características geopolítica.

⁸ Os ajustes espaciais permitiram que o Amapá fosse (re)acionado pelo capital interessado pelas suas potencialidades naturais, inicialmente mineral (manganês, ferro, ouro, caulim, tantalita, cromita); posteriormente por terras para silvicultura, alimentos (pesca, açaí) e cosméticos (óleo da castanha); pelas relações comerciais internacionais via exportação de *commodities* e importação pela ALCMS; e, mais recentemente, pela inserção do Amapá na oferta de serviços ambientais, pelo crédito de carbono (2010); pela inserção de banda larga, vinda pela Guiana Francesa, via rede mundial da internet (2013); e pela oferta de exportação energética (previsto para 2014). A fronteira amapaense se torna mais articulada e mais dinâmica, mais global (PORTO; SUPERTI; SILVA, 2013), embora seja tardia.

Estágio/ período	Aproximações dominantes e método	Etapas do conteúdo	A concepção central e realização	Alguns Autores	Aplicações práticas
Desde o final do século XIX	A. Enfoque Histórico-geográfico	Acumulação de dados empíricos, mapeamento detalhado da estrutura econômica e social em regiões de fronteira, estudos de caso numéricos	Representação da evolução das áreas de fronteira e dos limites no espaço-tempo; exploração dos recursos das fronteiras e morfologia do balanço de poder entre estados vizinhos; crescimento e declínio da teoria das fronteiras naturais.	J. Ancel (França), O. Bowman (EUA), R. Hartshorn (EUA), E. Banse (Alemanha)	Alocação, delimitação e demarcação no pós-guerra das fronteiras europeias; delimitação das possessões coloniais na África e Ásia.
	Tipologia de fronteiras.	Tipologia numérica e classificação da fronteira do Estado; estudos da relação entre o limite e o contato funcional da fronteira.	Concepção de limites e fronteiras, sua evolução e morfologia.	Lord Curson, T. Holdich; C. Fawcett (Grã-Bretanha), S. Boggs (EUA).	Estratégia geopolítica, divisão do mundo em áreas de influência de poder; aplicação global da concepção europeia de fronteira como uma linha fixada.
Desde os anos 1950	Enfoque funcional.	Estudo de fluxos transfronteiriços de pessoas, bens, informação etc., e uma influência mútua da fronteira e da diferença entre elementos naturais e sociais na paisagem	Modelo de interações transfronteiriças, diferentes níveis espaciais e tipologias de fluxos transfronteiriços; entendimento de fronteiras como multidimensional e um fenômeno social altamente dinâmico; concepção de paisagem fronteira e da evolução das áreas de fronteira.	J.R.V. Prescott (Austrália), J.W. House (Inglaterra), J. Mingui, O. Martinez (EUA), M. Foucher (França), G. Blake (Inglaterra).	Negociação de limites, práticas de cooperação fronteira e gestão de processos sociais em áreas de fronteira, delimitação e demarcação de novas fronteiras políticas (incluindo fronteiras marítimas)
Desde os anos 1970	Aproximação com a Ciência Política	Estudo do papel das fronteiras dos Estados e de sua importância nos conflitos internacionais	Relação entre fronteiras, recursos e seu papel no comércio, evolução e resolução de conflitos fronteiriços; fronteiras são mais frequentemente consideradas como uma realidade dada.	G.Goertz e P. Diehl, T. Gurr, H. Starr, A. Kirby (todos EUA) e outros.	Resolução de conflitos internacionais, construção ou manutenção de paz.
Desde os anos 1980	Sistema mundo e identidades territoriais	Estudos da fronteira como diferencial de inter-relação dependente do nível de evolução da identidade territorial e do papel do limite na hierarquia da fronteira política como um todo.	Modelização de relação entre fronteira e a hierarquia das identidades territoriais.	A. Paasi (Finlândia), D. Newman (Israel) J. O'Loughlin (EUA) P.Taylor; J. Ackleson (Inglaterra).	Uso do problema fronteiriços e conflitos da nação na construção do Estado; princípios de cooperação na fronteira política, criação e fortalecimento das regiões transfronteiriças.
	B. Enfoque geopolítico	B.1 impactos da globalização e integração nas fronteiras políticas.	Representação sobre processos de des-territorialização e re-territorialização (re-distribuição da função entre fronteiras de diferentes níveis e tipos) e sobre a evolução do sistema político-administrativo da fronteira		
		B.2 Fronteira na perspectiva do militarismo, político, segurança, etc.	Papel da fronteira na securitização dos países e regiões, separação das representações tradicionais e pós-modernas sobre o papel, estudos e influência da cultura geopolítica e funções da fronteira como campo da segurança.		
	C. Fronteira como representação social	Fronteira como construção social e como espelho da relação entre passado e presente, papel das fronteiras como um símbolo social e importância no discurso político.	Enfoque dos estudos de fronteira como elemento importante da etnia, nação e outras identidades territoriais.	A. Paasi (Finlândia), D. Newman (Israel) J. O'Loughlin (EUA) P.Taylor; J. Ackleson (Inglaterra) T. Lundem (Suécia).	Uso do problema fronteiriços e conflitos da nação na construção do Estado; princípios de cooperação na fronteira política, criação e fortalecimento das regiões transfronteiriças.
	D. O enfoque da prática-política-percepção	As relações entre determinação política e transparência da fronteira, a sua percepção pelas pessoas e as práticas de atividades relacionadas com a fronteira.	Influência da política fronteira, práticas e percepção da gestão das regiões e cooperação fronteira.	H. van Houtum and O. Kramsch (Holanda); J. Scott (Germany).	Gestão das regiões de fronteira e cooperação fronteira, regulação da migração internacional e de outros fluxos transfronteiriços na política regional
	E. Ecopolítica	Relação entre fronteira política e natural.	Funções das fronteiras políticas e naturais como um sistema integrado de gestão transfronteira do sistema sócio-ambiental.	O. Young, G. White (EUA); N. Kliot (Israel); S. Dalby (Canadá), S. Gorshkov; L. Korytny (Russia).	Estudo dos problemas ambientais em nível global e regional; gestão internacional de bacias hidrográficas, etc.

Quadro 2 - O desenvolvimento dos estudos de fronteira, estágio 4

Fonte: Silva (2013), adaptado de Kolossov (2005, p. 608-10).

Para o caso brasileiro, destaques devem ser feitos aos trabalhos realizados pelo grupo Retis (www.retis.igeo.ufrj.br) e pesquisadores associados (BRASIL, 2005), que deslocou o enfoque de uma concepção 'linear', própria à noção de limite ou divisória internacional, para uma concepção de área ou região de fronteira, em que se introduziu uma distinção relevante entre faixa e zona de fronteira.

A faixa de fronteira brasileira é normatizada pela a Lei Ordinária nº 6.634/1979, que define um espaço de faixa de 150 km a partir da linha de lindeira. Esta Lei também preconiza que toda vez que existir interesse para a Segurança Nacional, a união

poderá concorrer com o custo, ou parte deste, para a construção de obras públicas a cargo dos municípios total ou parcialmente abrangidos pela Faixa de Fronteira. Os recursos serão repassados diretamente às prefeituras municipais, mediante a apresentação de projetos específicos. A zona de fronteira, por sua vez, é composta por ‘faixas’ territoriais de cada lado do limite internacional, sendo sua extensão geograficamente limitada a algumas dezenas de quilômetros a ambos os lados da linde.

Um aspecto fundamental para se entender as dinâmicas que existem nas fronteiras, diz respeito ao o que Perkmann e Sum (2002) *apud* Silva (2013) chamaram de “estratégias territoriais sobre zonas de fronteira”, as quais são conectadas a uma série de grandes tendências que têm afetado o status dos limites nacionais nos últimos anos, tais como: o crescimento de atividades econômicas transfronteiriças através do aumento do movimento de bens, serviços e pessoas; transferência de poderes específicos do Estado, ou seja, a passagem de uma concepção unidimensional à multidimensionalidade do poder; e o fim da Guerra Fria e a tendência à integração e cooperação transfronteiriça.

Com isso, as mudanças estruturais modificaram as estratégias territoriais para o desenvolvimento das zonas de fronteira em três aspectos principais (SILVA, 2013):

- a) a permeabilidade crescente das fronteiras abriu o espaço para uma variedade de transações que podem produzir configurações transnacionais mais ou menos duráveis, o que vai depender do jogo de poder nas articulações transfronteiriças;
- b) o movimento das capacidades do estado previamente exercitadas no nível nacional em direção a autoridades supranacionais e subnacionais tem alterado a posição anterior de Estados nacionais como os recipientes únicos do poder da administração pública;
- c) o fim da Guerra Fria incentivou novos esforços na transformação econômica nas fronteiras políticas. Em tal contexto, a CT foi e ainda é uma estratégia para explorar oportunidades de desenvolvimento regional.

Quanto à interação entre os estados territoriais na zona de fronteira, esta se expressa frequentemente através da vinculação social e cultural, adotando-se reciprocamente usos, costumes, valores e expressões idiomáticas que são próprias e distintas das cidades que, mesmo separadas por um limite estabelecido, criam um lócus de interação próprio, só perceptível naquele espaço geográfico (BRASIL, 2005).

Será aqui adotado o entendimento de Silva (2013), que defende que tanto as zonas quanto as faixas de fronteira, estão diretamente ligadas com o perfil funcional das fronteiras. Por este motivo, a integração física como questão central do interesse nacional de vários países, atribui às suas fronteiras, zonas e faixas, um novo papel estratégico. Estes espaços geográficos constituem-se pontos de interpenetração, tornando as relações transfronteiriças um tema prioritário das relações internacionais.

No que diz respeito aos limites internacionais, à fronteira e aos temas relacionados, o fundamental a ser entendido é a funcionalidade dos limites internacionais. Silva (2013) relata que a constituição dos limites até à sua plena consolidação, com todas as suas premissas, passa por três etapas: definição, dada pelos tratados internacionais; delimitação, a cargo dos cartógrafos, e demarcação do território, quando os países envolvidos tem a clareza de onde começa ou, dependendo do ponto de vista, termina seu domínio territorial. A necessidade de definir os limites nasceu das funções que eles exercem. Acrescente-se, também, que o limite também tem outra função de fundo: a de incluir alguns e excluir outros.

À medida em que as fronteiras se tornam cada vez mais interativas e integradas, percebe-se o desenvolvimento de uma sociedade em movimento mais ou menos marginal, muitas vezes conquistadora e outras vezes na defensiva; e podem também caracterizar-se por distintos gradientes de abertura para a circulação de pessoas e bens de um lado ao outro.

Ou seja, à medida que *sistemas de engenharia*⁹ são construídos para garantir maior intensidade e fluidez na fronteira, tornando-a transfronteiriça, com a construção de rodovias, pontes, túneis, as relações extrapolam o entorno onde tais são afetados, seja estimulando novos ritmos e dinâmicas territoriais, seja reorganizando novas dinâmicas territoriais. Des-re-territorializando a fronteira.

Silva (2013) identifica dois efeitos que ocorrem na fronteira: o efeito-barreira e o efeito-cooperação. Sobre barreira, o autor a define como qualquer condição ou ação que impede ou restringe a livre circulação e interação de pessoas, capitais, produtos, serviços e ideias. A partir de então, indica que o gradiente de abertura e/ou fechamento é chamado de efeito-barreira e que os principais fatores que funcionam como barreira são: Diferenças de caráter econômico; Distâncias culturais e linguísticas; Incompatibilidades institucionais; Diferenças históricas; e Falta de recursos locais e dependência de financiamentos externos para implementação das políticas públicas e do diálogo.

No que diz respeito ao efeito-cooperação, Silva (2013), entende como uma cooperação efetiva de articulação entre duas áreas vizinhas de países soberanos. Abrange todas as nuances da vida diária e o desenvolvimento de programas conjuntos, de prioridades e de ações. A cooperação pretende, por um lado, atenuar a ausência de quadros jurídicos e de circuitos financeiros pertinentes nas zonas de fronteira e, por outro, tornar estas áreas em lugares de oportunidade e de criatividade.

Por fim, para o autor (*op. cit.*) as relações transfronteiriças podem assumir formas muito distintas, segundo o grau de permeabilidade dos limites e o peso da política nacional, os acordos interestatais e as iniciativas regionais que as alimentam e estimulam. A integração transfronteiriça pode estar guiada pelo mercado e basear-se na proliferação de relações econômicas e sociais ou pode depender da política e apresentar-se como construção de relações de cooperação entre autoridades públicas que compartilhem alguns interesses como, por exemplo, de enfrentar problemas ambientais comuns ou criar espaços econômicos transfronteiriços.

Essas relações acabam por efetivar 7 etapas para se consolidar uma cooperação transfronteiriça (Figura 3), que vão desde o contato inicial, perpassando por níveis como atração, interação, transação e relacionamento, até o efetivo sucesso (HOUTUM, 1998, apud SILVA, 2013).

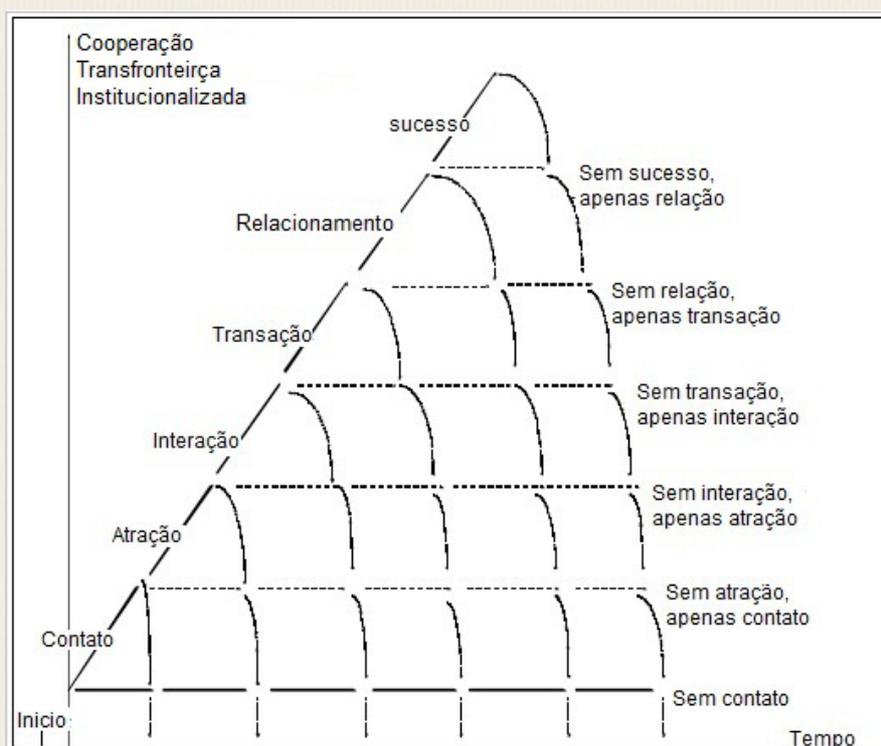


Figura 3 – Etapas no processo de cooperação transfronteiriça.
 Fonte: Silva (2013), adaptado de Houtun (1998, p. 96)

Ao se refletir sobre “cooperação transfronteiriça”, percebe-se que a expressão expõe:

- Duas palavras: cooperação e transfronteiriça. A primeira significa “prestação de auxílio para um fim comum, solidariedade”; a segunda expressa “travessia, passagem”;
- um objetivo solidário mútuo que não se encerra nos limites entre dois Estados, mas se completam, complementam e expandem a territorialidade das relações espaciais;
- O envolvimento de uma territorialidade multi-escalar e com múltiplos atores e agentes;

⁹ Os sistemas de engenharia são entendidos aqui como “um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho” (SANTOS, 1997, p. 79).

- Densidades distintas de fluxos e fluidez das relações sócio-econômicas;
- Necessidades de um sistema de normas para a organização territorial transfronteiriço;
- Desiguais construções históricas, econômicas, sociais, políticas dos países envolvidos e dos seus espaços fronteiriços;
- A formação de “espaços derivados” e suas consequências a partir das ações de intervenção e dos impactos pelo usos de objetos técnicos no território;
- Necessidades de ajustes espaciais;
- Reformatação, reconstrução e recomposição dos territórios fronteiriços envolvidos.

Quanto ao processo de transfronteirização e regiões transfronteiriças, Rückert e Grasland (2012) defendem que este são conceitos em construção e que visam explicitar os atuais processos em curso em diferentes realidades macro e micro regionais. Os autores acatam a definição do adjetivo transfronteiriço de Reitel e Zander (S/D), que assim explicitam:

O adjetivo transfronteiriço traduz a travessia, a passagem, a transgressão: ele se aplica a priori a todo movimento, toda relação através de um limite político entre dois Estados. No entanto, a noção de transfronteiriço(a) é profundamente ligada a de proximidade, às relações entre dois Estados acentuando, em regra, o transnacional. As relações transfronteiriças se estabelecem entre unidades espaciais pertencentes a duas regiões contíguas separadas pelo limite do Estado (RÜCKERT; GRASLAND, 2012, p. 94).

Esta abordagem é fundamental para se compreender a nova fase pela qual passa a fronteira setentrional amazônica, pela escala amapaense, pois esta nova fase se enquadra na interpretação de Rückert (2013), ao defender que os usos políticos das regiões fronteiriças (lembrando que o capital é ágil, mas a política tende a ser lenta) estão mudando em processos de negociações multiescalares.

Rückert e Grasland (2012, p. 94) também resgatam as associações que os conceitos “regiões transfronteiriças” e o “processo de transfronteirização”, são elas:

- formações regionais que se estendem por uma ou mais fronteiras nacionais;
- processos de relativização da escala nacional e a emergência de várias escalas regionais;
- ligações aos fluxos e aos atores que atravessam a fronteira, à conexão ou ainda à vontade política de criar a continuidade e a proximidade territorial;
- ao que se passa na fronteira quando a linha que separa não pretende mais bloquear as práticas e o sentimento de pertencimento e;
- como um conjunto de processos de aproveitamento e de valorização de uma fronteira, limite territorial que separa dois sistemas políticos, econômicos e/ou socioculturais.

O território estratégico recomposto: A fronteira sendo (des)(re)usada

A primeira referência sobre a fronteira como um território estratégico recomposto foi exposta por Silva (2013). Embora o autor não tenha se preocupado em aprofundar esta interessante interpretação, busca-se aqui ampliar o debate. Segundo Porto (2013), Gutemberg Silva ressalta que as fronteiras são classicamente territórios estratégicos. No entanto, existe uma recomposição das formas com que tal percepção é visualizada em regiões fronteiriças onde a cooperação está se impondo em diferentes temáticas, como educação, turismo e economia, no padrão de contenção, defesa e estranhamento do país e dos habitantes do outro lado do limite internacional, como ocorre onde as fronteiras são rígidas.

Por território estratégico recomposto se entende por espaços conectados a espaços mais dinâmicos, articulando-se a interesses externos, integrando-se à rede de relações sociais, espaciais, econômicas e políticas, cujos territórios são recompostos em sua forma e em seu conteúdo. Quanto maior a densidade das articulações criadas e construídas, mais estratégico este território se configura. Quanto mais acionados são, mais agentes transformadores do espaço se manifestam, interagem no território, e são estimulados, recompondo as estratégias territoriais outrora inseridas, as suas dinâmicas e configurações territoriais.

Feito este esclarecimento, adotar-se-á quatro reflexões geográficas para explicar a fronteira como um território estratégico recomposto, são elas: Bertha Becker sobre o uso político do território (1983), Milton Santos sobre o uso do território (1994); David Harvey sobre ajustes espaciais (1994; 2005a e b) e; Iná de Castro (1995; 2005), sobre as escalas geográficas.

Becker (1983, p. 15), partindo do pressuposto ratzeliano de território, onde este emerge da expressão concreta das unidades políticas no espaço e define a existência física da entidade jurídica, administrativa e política que é o Estado, a autora expõe as relações de espaço e poder, bem como as estratégias e conflitos sobre a emergência de novos territórios e os limites da ação governamental, a partir da experiência brasileira.

Neste texto, a autora constata a existência de múltiplos poderes em diferentes níveis espaciais, dentre elas a atuação de organizações supranacionais que vêm confrontando o poder do Estado de forma cada vez mais vantajosa àquelas com influência de capital internacional. Com isso, a partir do enfoque da “multidimensionalidade do poder”, o conceito de território estatal deve assimilar os poderes de escalas inferiores ao estatal, presentes dentro do âmbito jurídico e político do Estado, como também os poderes de escalas superiores (supranacionais).

Santos (1994) avança esta discussão ao propor que o território usado deve ser compreendido como objeto da análise social. Esta interpretação diz respeito aos objetos e ações e não às formas do território. Ou seja, o que está em questão não é somente à sua caracterização, à sua aparência (forma); mas a essência (conteúdo) da sua organização, da formação e da construção.

Harvey (2005a), ao inserir os “fenômenos geográficos de expansão e desenvolvimento” no debate, entende que à medida que se manifesta os excedentes do capital, “ajustes espaciais” são necessários para a expansão geográfica (com investimentos em infraestrutura físicas) e a reorganização espacial (com novas formas de uso do território) pelo capital. Isso implica em reorientações temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais e reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar.

Seja quais forem os “ajustes”, contradições sociais, econômicas, técnicas, tecnológicas, políticas e culturais são geradas, novas dinâmicas territoriais são estimuladas, novas manifestações de luta de classes são evidenciadas e novos objetos técnicos são produzidos.

Castro (1995), por sua vez, defende que a análise geográfica de fenômenos investigativos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos, ora como um enunciado, ou como um ponto de partida para considerar que o fenômeno observado. Ao se articular o espaço a determinadas escalas, ganha um sentido particular, mas que quando se mudar a escala os resultados podem variar. A fronteira, então como território de contato, qualquer movimentação local pode gerar conflitos binacionais.

Para Ruckert e Rambo (2010), a metodologia das escalas ganha relevância em razão da multidimensionalidade do poder resultante da descentralização político-administrativa do Estado ocorrida no Brasil no pós-1980. Assim, para esses autores, diferentes atores pertencentes ao Estado, à sociedade civil e ao mercado – em diferentes escalas, agem sobre o território, ora estabelecendo relações conflituosas, ora sinérgicas. Ruckert e Dietz (2013), ao analisarem os usos políticos das regiões fronteiriças e inserindo a escala em suas observações, observam que o capital é ágil, mas a política tende a ser lenta.

Seja qual for a ação do capital ou da política, dependendo da escala de análise geográfica adotada para explicar a fronteira, os reflexos serão distintos e complementares, mas suas orientações são para atender as demandas externas.

Quanto ao caso da fronteira franco-brasileira como um território estratégico recomposto, deve-se entender que esta linde também se caracteriza como fronteira tardia (PORTO; THEIS, 2013), cuja discussão será aprofundada no capítulo 4, e analisada como estratégico-periférica ou periférico-estratégica (PORTO, 2010a e b).

Partindo do pressuposto que as atuais fronteiras estão conectadas ao circuito global e em rede, estas são acionadas à medida que as interações espaciais são estimuladas para se extrapolar o efeito-barreira, formador de uma condição fronteiriça, para se criar/construir o efeito-cooperação, formador de uma condição transfronteiriça (Vide as etapas para se consolidar uma cooperação transfronteiriça acima indicada na Figura 3).

Por outro lado, por se posicionarem distantes dos centros, à medida que as fronteiras são articuladas por vias de comunicação e informacional, novos agentes acabam por interagir no território fronteiriço, gerando novas elites e dinâmicas locais. Com isso, gradativamente a fronteira isolada e desconectada, se torna articulada. Se houver investimentos, para estimular a

reprodução do capital, a periferia se torna estratégica com estímulo a atividades econômicas que buscam atuar em relações transfronteiriças, e não mais em relações fronteiriças, recompondo suas diretrizes espaciais.

Percebe-se, então que a integração física da fronteira com outros espaços é fundamental para garantir a sua maior intensidade e fluidez de contato para além de sua área de atuação. Isso fortalece o entendimento de que a construção da fronteira é externa.

A mudança de comportamento dos efeitos que ocorrem na fronteira, de barreira para cooperação, mediante relações transfronteiriças é outra condição para a manifestação do território estratégico recomposto, pois somente ocorre cooperação se houver acordos para tal. Neste sentido, usos políticos, geopolíticos, econômicos e de gestão territorial, acabam sendo adotados para ocorrer o uso político do território, novos usos do território, ajustes espaciais, negociações multiescalares e, processos de transfronteirização.

Com isso, o (des)(re)uso da fronteira e a mudança de relações fronteiriças para transfronteiriças são decorrentes das mudanças de estratégias territoriais nela inseridas, à medida em que: ocorra uma variedade de transações públicas e privadas que produzam articulações para além do local haja orientações do Estado na gestão de suas ações e do território por ele administrado; e do maior ou menor grau de inserção do espaço limdeiro na fronteira-rede¹⁰.

¹⁰ Para Arbaret-Schulz (2004) “(...) tout territoire qui se construit porte en lui les germes de frontières. Mais la frontière est également un objet mis en place par un pouvoir dont le projet politique est de s’affirmer et de se distinguer des autres entités territoriales. Nous entendons par pouvoir toute entité qui possède la “capacité à agir sur une situation de manière à en modifier le contenu ou le devenir” (Lévy, Lussault, 2003) et par politique, tout ce qui “concourt à structurer une société” (Piermay 2002). L’intérêt de son étude géographique est alors de comprendre les mécanismes et les manières dont se gèrent politiquement les discontinuités spatiales et sociales qu’institue toute délimitation. De ce fait, elle ne se résume pas au seul partage de souveraineté entre deux États, propriété à laquelle on la réduit trop souvent. Pour singulariser la frontière par rapport à des notions voisines, J.-P. Renard (2002) suggère une gradation conceptuelle entre les notions de limite “qui circonscrit deux ensembles spatiaux dont on souligne les différences” qui ne sont pas forcément structurantes, la discontinuité qui suppose des structures d’organisation de l’espace, et enfin la frontière, séparation structurante qui exprime ou révèle l’exercice d’un pouvoir. La frontière suppose bien la discontinuité qui elle même implique la limite.

Dans son expression concrète, la frontière peut recouvrir différentes formes spatiales: ponctuelle, linéaire, aréolaire ou réticulaire”.

Point	Ligne	Aire	Réseau
Frontière nodale, point de passage	Frontière linéaire, ligne de démarcation	Marche, front	Réseaux-frontières



A FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL E AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A fronteira amazônica . um assunto que vem sendo estudada h. muito tempo, seja no contexto histórico, geopolítico, diplomático, econômico e, mais recentemente, no social. A ocupação do espaço amazônico exigiu uma gama de criações e construções de ações de políticas territoriais que estabelecessem um mínimo de organização territorial, mas uma variedade de dinâmicas socioeconômicas que estivessem muito além das velocidades de criação e construção de políticas públicas neste espaço.

Neste sentido, pensar o uso do território (seja no aspecto político, social ou econômico) ainda é um grande desafio para se pensar o contexto amazônico. Quando se pensa em políticas públicas para tentar organizar este espaço, como ocorreu com os Territórios Federais brasileiros, e a intenção de articulação da sua fronteira com o Platô das Guianas, percebe-se que mais estudos precisam ser realizados, pois novas dinâmicas, tempos e densidades de articulação, interação e integração espaciais são manifestados após a década de 1950.

Este capítulo visa refletir sobre o uso do território pelos Territórios Federais como um espaço específico de política pública precária, mas que serviram de “embrião de estado” (FERREIRA FILHO, 1975), e sua articulação fronteiriça para a construção de espaço transfronteiriço.

O USO DO TERRITÓRIO COMO PARTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS CENTRALIZADAS NO GOVERNO FEDERAL: A ATUAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS.

Ao se pensar políticas públicas e seus impactos sobre o território, adota-se aqui o pensamento de Becker (1983), quando lança reflexões sobre o uso político do território. A autora indica duas reflexões a serem levantadas sobre o tema: As relações espaço-poder e; a questão política das estratégias de ação.

Para o primeiro aspecto, a autora resgata o ponto vulnerável das discussões teóricas geopolíticas: “a carência de reflexão sobre o espaço e a ausência de uma teoria explícita do Estado, dificultando a compreensão das relações político-econômicas e dessas com o espaço” (*op. cit.*, p. 16). Com a existência de diferentes pontos de vista para se analisar o papel do estado nas relações político-econômicas e o espaço, a autora identifica duas concepções de poder: um poder unidimensional e; um poder multidimensional.

Sobre o poder unidimensional, a autora expõe três abordagens (*op. cit.* , p. 17-18):

- 1) que “o poder do estado se acentua no plano interno e ele é o mediador entre os interesses internacionais e o espaço nacional”. Assim, o Estado se apresenta “como aparato político governamental que controla a produção o uso do território nacional. (...) o Espaço é concebido ou como estrutura autônoma ou como reflexo das relações sociais de produção. (...) como um objeto de manipulação ” (*op. cit.* , p. 17).
- 2) Há o entendimento de que o “o espaço não possui realidade própria” (*op. cit.* , p. 18), cuja produção é um reflexo, uma projeção do corpo social, ao invés de espaço produzido.
- 3) O espaço como um produto da estrutura social, onde a determinação da superestrutura de base econômica é substituída pela combinação de várias estruturas, instâncias ou sistemas.

Quanto ao poder multidimensional, a autora (*op. cit.* , p. 18 e 19) entende que o Estado é uma concepção que vai além da concepção governamental. É um aparato político global. E justifica esta postura ao resgatar o pensamento de Lojkin ao expor que

“uma concepção de estado mais coerente com o mundo contemporâneo é aquela que a entende como produto de uma realização social, elemento da infraestrutura com características próprias, e não como fator de coesão de uma formação em que o político supera a determinação econômica”. Com isso, recupera a noção de território (como um produto “produzido” pela prática social, e também um produto consumido, vivido e utilizado como meio) e de uma visão materialista de espaço (onde se processa a reprodução social) para a construção desta concepção.

Dentre a literatura que expõe o contexto amazônico nas discussões sobre o desenvolvimento regional, a sua integração ao território e mercado nacional, as ações de políticas públicas econômicas para a formatação do espaço amazônico, a sua inserção na economia mundial, o ponto convergente nessas discussões diz respeito à importância das riquezas e das potencialidades naturais e a sua biodiversidade nas suas relações extra regionais.

Uma experiência de política pública administrativa territorial ocorrida na fronteira brasileira com quatro casos amazônicos e que precisam ser mais analisados diz respeito aos Territórios Federais. Esses entes federativos iniciaram a suas construções territoriais por resolução de questões fronteiriças (Geopolíticas), aquisição de terras (Vide o caso acreano), sem qualquer orientação e regulamentação jurídica territorial e administrativa (Política pública) e pelas justificativas de defesa nacional (Geografia política).

Com as orientações da política territorial e dos investimentos efetivados nos Territórios Federais, identificam-se os usos políticos, os usos sociais e os usos geográficos desses entes federativos para a configuração da fronteira nacional e construção de suas relações (trans)fronteiriças. Dentre as várias interpretações sobre o comportamento do uso do território desses entes, os fatores do desenvolvimento geográfico desigual, expostos no capítulo 1, estão muito presentes neste contexto.

Segundo Porto (2003; 2009), a origem espacial dos Territórios Federais no Brasil é diversificada. Por exemplo, ela se insere no processo de desmembramento de unidades federativas existentes, que à exceção do Acre, apresentavam extensões muito grandes (BENEVIDES, 1946; MEDEIROS, 1946; 1944; MORTARA, 1944). Ainda nesta direção, tais unidades eram abordadas a partir do conceito “vazio demográfico”.

A partir deste viés, a Amazônia tem sido historicamente encarada como um espaço a ser ocupado independentemente das populações ali existentes. No período colonial, muitos dos seus ocupantes originais eram desconhecidos pelos conquistadores. Com isso, o espaço desconhecido era entendido como desocupado; e sua população original, desconsiderada.

À medida que este espaço foi ocupado pelo capital e seus representantes físicos e jurídicos, pensaram-se em espaços que se adequassem aos aspectos políticos-administrativos e jurídicos conhecidos pelos novos ocupantes. Foram inventadas estruturas políticas-administrativas e institucionais capazes de garantir as novas estruturas de poder, tais como: Vilas, cidades, Províncias, Estados, Territórios Federais.

Dentre as políticas públicas centralizadas no Governo Federal, discute-se aqui a criação e a instalação dos Territórios Federais no Brasil. Freitas (1991) e Porto (2003) concordam que um dos fatores que corroborou para a criação/instalação desses entes federativos, diz respeito às suas localizações em áreas fronteiriças que outrora foram conflituosas ou em posições estratégicas.

Segundo Porto (2003), estes entes federativos inexistiam nas suas configurações jurídicas brasileira, na Constituição de 1891. A primeira experiência brasileira foi consequência da expansão da indústria gomífera sobre o território boliviano e do conflito ocorrido no Acre, envolvendo brasileiros e bolivianos no final do século XIX. As negociações diplomáticas entre esses países foram dirigidas pelo Barão do Rio Branco, que resultaram na incorporação do Acre. Internamente, seguiu-se uma discussão em face da pretensão do Estado do Amazonas e de Mato Grosso sobre o novo território; ou se seria criado um novo Estado (TEMER, 1976, p. 17).

A opção encontrada foi a organização de uma novidade de política pública no cenário brasileiro: um Território Federal. Segundo Medeiros (1944; 1946) o Brasil baseou-se na experiência norte-americana para instalar este tipo de ente federativo em seu território. Ressalte-se, também, que ocorreram este modelo de entes federativos no México e na Venezuela, na configuração político-administrativa desses países no século XIX. Esta proposta foi uma alternativa àquelas opções acima citadas, com a promessa do Acre se transformar em estado futuramente. A Lei 1.181, de 24 de janeiro de 1904, encerrou a contenda interna criando o Território Federal do Acre, administrado pela União, cujo modelo seria utilizado para a criação de novos Territórios Federais na fronteira brasileira.

O primeiro Território Federal no Brasil não estava previsto na Constituição brasileira então vigente. Na Carta Magna de 1891, a República dos Estados Unidos do Brasil era composto por Estados, Municípios e Distrito Federal. Ou seja, o Território Federal não era reconhecido juridicamente, institucionalmente e nem configurava como parte integrante da formação política-administrativa brasileira.

No entender de Porto (2003), a criação do Território Federal do Acre (1904) se constituiu como alternativa adotada pelo Governo Federal para resolver a questão litigiosa com a Bolívia sobre a exploração da borracha existente em seu espaço.

Juridicamente no Brasil, o ente Território Federal teve sua efetivação constitucional 30 anos após a sua criação com o Acre (1904), pela Carta Magna de 1934. Foi inventado no Brasil um ente federativo com características administrativas diferenciadas, identificadas por Medeiros (1944, p. 516) como uma “entidade precária”.

Com a Constituição de 1934, art. 1o, o Território Federal foi expressamente incorporado ao direito constitucional brasileiro. Até a Constituição de 1937, o Território Federal se caracterizava como uma adição ao espaço nacional, submetido diretamente à União, com a vocação de se converter em estado-membro da federação. Sob as orientações desta Carta Magna, ocorreu a primeira abordagem legal sobre os Territórios Federais por desmembramento. Nos artigos 3o e 4o desta Carta Magna, estabelecia que os Territórios Federais eram entidades constitutivas do Estado Federal e eram administrados pela União.

Até então, só existia o Território Federal do Acre. Durante a segunda guerra mundial, foi criado o Território Federal de Fernando de Noronha (1942), e em 1943 foram criados mais cinco localizados em faixa de fronteira justificando-se o ato na defesa nacional: Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã e Iguazu (esses dois últimos retornaram aos seus estados de origem pela Constituição de 1946). Com exceção do Acre, incorporado ao Brasil a partir de aquisição de parte do território boliviano, os demais foram criados por desmembramento de unidades federativas brasileiras.

Há diversos entendimentos sobre a definição e criação de um Território Federal no Brasil, são citados por Porto (2003) na visão de vários autores como: Medeiros (1944) como “entidade precária”; Temer (1975) que entendeu como sendo uma “autarquia territorial”; Ferreira Filho (1975) como “Estado-embrião”; O Decreto no 411/1969 conceituou-os como “Unidades descentralizadas da administração federal, com autonomia administrativa e financeira, equiparados aos órgãos de administração indireta”. Porto (2003) se refere aos Territórios Federais como uma experiência de ações onde não podem ser tomados somente como uma ação política, mas deve-se considerar, também, outros aspectos, como o geopolítico, o jurídico, o econômico, o geográfico, e a ligação com o federalismo. Mas o que ficou evidente para Porto (2003), é que em 84 anos de existência dos Territórios Federais no Brasil, não ficou devidamente esclarecido o que seria este ente na administração e nas políticas públicas brasileiras.

No que tange ao contexto constitucional, a atual Carta Magna Brasileira (1988), ainda reconhece a figura dos Territórios Federais na configuração territorial do Brasil, e muitas propostas desses entes foram sugeridas no Congresso Nacional (a exemplo dos Territórios Federais do Marajó, do Oiapoque, Rio Branco e Alto Solimões¹¹), mas ainda não foram acatados pelo plenário.

Com a instalação e a construção de infra-estruturas nos Territórios Federais (outrora distantes, periféricos, desorganizados, desarticulados) novas elites foram se inserindo na fronteira; novas riquezas foram exploradas, novas modalidades espaciais foram criadas; novas relações político-administrativas foram instaladas, com novos municípios e toda a sua relação de poder; novos usos do território foram construídos. Com a estadualização desses entes, outras construções são executadas nesses espaços.

Com isso, criaram-se condições para se acessar e acionar esses espaços, que permitiram estabelecer uma “compressão espaço-tempo” harveyniano; identificar suas potencialidades geográficas como estratégicas; organizar melhores condições para se usar o território e; estabelecer novas articulações em redes políticas, sociais e econômicas multiescalares.

Ou seja, à medida que houvesse maior densidade nas redes econômicas, sociais e políticas criadas e articuladas, maior intensidade de produção do território era manifestada e construída, bem como maior possibilidade de reformatação e reorganização do território era recomposta estrategicamente.

¹¹ Vide Ribeiro (1996); Rocha (2001); Brasileiro (2003).

Aqueles entes federativos serviram como instrumentos de indução à organização do espaço econômico regional sob a tutela do Governo Federal. Este, por sua vez, destinou recursos e investimentos públicos na instalação de infra-estrutura, a fim de criar condições de acesso às economias externas e materializar as condições de se ampliar as vantagens competitivas regionais.

A ARTICULAÇÃO DA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL NO PLATÔ DAS GUIANAS

Segundo Superti (2011) e Porto, Superti e Silva (2013), desde a década de 1960, a construção de condições para a articulação da Amazônia ao cenário nacional, via rodoviária, tem sido estimulada. A mobilidade que, até então, era efetivada pelos rios, recebe uma alternativa: a rodovia; As cidades começam a crescer com as costas viradas para o rio; recursos naturais em terra firme são acessados pelo grande capital através dos grandes projetos na região; novas configurações espaciais e políticas públicas devem ser criadas para ajustarem-se às necessidades do capital.

Dentre os vários planos voltados para a busca pela integração do território brasileiro, destaca-se aqui, o Avança Brasil e a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA)¹². Segundo Superti, Martins e Porto (2011), o Plano Brasil em Ação, assim como o Avança Brasil que o sucedeu, buscava, no âmbito da economia internacional, assegurar a inserção competitiva do país via modernização produtiva.

Contudo, esses autores ressaltam que não se tratava apenas de eliminar os gargalos, melhor preparar e interligar a infraestrutura econômica interna, algo que não era novidade nas ações do Estado. Em um cenário de comércio mundializado, em que as estratégias de mercado se voltavam para a articulação de blocos econômicos, tornava-se imperativo a promoção da integração física do país as nações sul-americanas.

No Brasil, assim como na América do Sul, a ampliação do comércio regional e o aumento da participação no comércio global passaram a ser entendidos como elementos indispensáveis para o desenvolvimento econômico. A integração representava a ponte de ligação entre a regionalização e a globalização das economias sul-americanas. Isto, por sua vez, exigia um sistema de infraestrutura eficiente capaz de garantir competitividade e permitir a exploração novos espaços de acumulação de capital.

O enfoque da integração de mercados fez com que a Amazônia ocupasse uma posição central diante das estratégias do Estado brasileiro. Primeiro, porque é através da região amazônica que o país tem conexão física com seis outros Estados sul-americanos¹³ e com a Guiana Francesa. Isso torna suas fronteiras internacionais importantes espaços estratégicos. Segundo, a região amazônica, mais uma vez, é encarada como fronteira de recursos que apresenta grande potencial para exploração econômica, apesar de, e mesmo considerando suas especificidades ambientais. Aberta a múltiplas possibilidades por conta de seus estoques incomparáveis de biodiversidade, bens culturais imateriais e materiais, assim como recursos naturais inexplorados a região desperta interesse do grande capital e das redes internacionais por seu forte potencial de capitalização.

A retomada da concepção de fronteira de recursos e dos projetos de infraestrutura econômica na região amazônica surgiu em contraste à luta de movimentos locais de preservação ambiental e melhoria das condições de vida das comunidades extrativista, à atuação de ONG's ambientalistas nacionais e internacionais e à tendência crescente de políticas públicas estatais preservacionistas que marcaram o período imediato pós-regime militar. O Estado nacional foi obrigado a dar respostas na forma e políticas públicas de proteção ambiental considerando as fortes pressões internas ligadas aos conflitos sociais e ambientais e; a mobilização internacional e nacional que denunciava os malefícios da depredação ambiental promovida pelas políticas de ocupação via colonização e exploração de seus recursos minerais e hidrelétricos e, pelos debates e compromissos assumidos nos eventos internacionais sobre meio ambiente promovidos pela ONU.

Contudo, se por um lado o meio ambiente adquiriu espaço na agenda política externa e interna pela atuação de importantes forças políticas, inclusive amazônicas, por outro, se tornou evidente a força do imperativo macroeconômico como definidor das políticas territoriais a partir de meados da década de 1990. A participação do país no sistema internacional marcado pelas reformas econômicas neoliberais dependia de sua capacidade em alcançar novos mercados e incrementar competitividade externa de seus produtos.

¹² Análises mais aprofundadas sobre o assunto, vide: Vide Silva (2008; 2013); Carvalho (2009); Santos (2013); Scheibe (2013).

¹³ Através de seu espaço amazônico, o Brasil faz fronteira com: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, além do Departamento Ultramarino Francês.

Para Superti, Martins e Porto (2011), o planejamento do Estado incluía a Amazônia na perspectiva macroeconômica de inserção do país no mercado supranacional. Sua forma de organização e articulação das ações dava-se através dos Eixos Nacionais de Integração (ENID)¹⁴. Esses eixos balizaram a organização espacial das ações estatais considerando o território nacional com um espaço geoeconômico aberto, delimitando regiões de planejamento que não respeitavam necessariamente o recorte político-administrativo.

A função principal da execução das ações previstas no estudo dos eixos era a “integração entre as economias regionais e destas com os mercados internacionais, aspecto elevado à condição de peça fundamental para o desenvolvimento e o crescimento econômico do país” (CURADO, 2010, p 84). A lógica que orientou a formulação dos eixos estava fundada na inserção competitiva do país na economia mundial. E, desse modo, privilegiaram as obras de transporte, energia e telecomunicações capazes de garantir a acessibilidade do capital e o escoamento da produção.

Dos nove eixos definidos, quatro impactam na Amazônia Legal e destes dois são amazônicos e representam corredores logísticos de integração nacional e internacional da região. O Madeira – Amazonas, como saída para o Atlântico, e o Arco Norte, como saída para o Caribe e elo de intercâmbio regional com Guiana Francesa, Suriname e Guiana.

A área total dos dois eixos abrange os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Neles se destaca os projetos de ligar por estradas pavimentadas o Amapá a Guiana Francesa, ou seja, o Brasil e a França, país membro da Comunidade Econômica Europeia, e Roraima a Venezuela, permitindo o tráfico rodoviário entre Manaus e Caracas. A articulação com a República Cooperativa da Guiana não integra o ENID. Ambas as ligações são significativas para composição de um novo cenário geopolítico e a segunda coloca a Zona Franca de Manaus, grande produtora de eletroeletrônicos, em uma posição estratégica para o comércio com o mercado sul americano. Entretanto, segundo Kohlhepp (2001) o fator principal do planejamento infraestrutural presente nos projetos dos eixos amazônicos foi o de possibilitar o transporte da produção agrícola, conectando sistemas de transportes multimodais.

Ao se concretizar os corredores logísticos da Amazônia brasileira se integrará 8.272 km² de fronteiras internacionais com seis dos sete países, além do Brasil, parceiros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)¹⁵ e com o departamento ultramarino francês.

O Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (assinado 1978 por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela)¹⁶, é o instrumento jurídico que reconhece a natureza transfronteiriça da Amazônia. Este documento prevê o incremento da pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, a utilização racional dos recursos naturais, a liberdade de navegação, a preservação do patrimônio cultural, os cuidados com a saúde, a criação de centros de pesquisa, o estabelecimento de uma adequada infraestrutura de transportes e comunicações, e o incremento do turismo e do comércio fronteiriço¹⁷.

No que tange à integração física, no seu artigo X, expõe que os signatários coincidem na conveniência de criar uma infra-estrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações. Conseqüentemente, comprometem-se a estudar as formas mais harmônicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões, rodoviárias, de transportes fluviais, aéreos e de telecomunicações, tendo em conta os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais.

Considerando que a Guiana Francesa não seja signatária do TCA, não integra a OTCA e não seja envolvida pela IIRSA; que não se insira nessas iniciativas de políticas públicas de integração na América do Sul; passados 30 anos da assinatura do TCA, a articulação da Guiana Francesa em políticas públicas que visassem a integração no norte da América do Sul somente foi efetivado com a proposta de integração regional da União Européia conhecida como INTERREG IV, através do Programa de

¹⁴ Esses eixos seriam construídos, resumidamente, a partir dos critérios: malha multimodal de transportes; hierarquia funcional das cidades; identificação dos centros dinâmicos e os ecossistemas existentes. Os eixos totalizam em nove grandes cortes espaciais: Arco Norte; Araguaia – Tocantins; Madeira – Amazonas; Oeste; Rede Sudeste; Sudoeste; Sul; São Francisco e Transnordestino.

¹⁵ Em 1995, os países amazônicos decidiram fortalecer institucionalmente o Tratado de Cooperação Amazônica com a criação de uma Secretaria Permanente dotada de personalidade jurídica, cuja decisão foi implementada em 1998, com a aprovação do Protocolo de Emenda àquele Tratado que instituiu oficialmente a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

¹⁶ Embora a França, pela Guiana Francesa, não seja signatária do TCA, não significa dizer que este espaço ultramarino francês não faça parte da Amazônia, mas que a sua condição amazônica não foi considerada para a sua inserção, mas sim uma condição política-administrativa.

¹⁷ Embora o TCA reconheça a natureza transfronteiriça da Amazônia, a abordagem econômica era entendida com uma “condição fronteiriça”.

Operação da Amazônia - PO Amazonie, para o período 2007-2012. Por este Programa, intenciona-se integrar fisicamente Suriname, Guiana Francesa e Brasil (pelos estados do Amapá, Pará e Amazonas).

Com isso, o PO Amazonie corrige o vazio que o TCA e o IIRSA não atendia: a integração da Guiana Francesa no norte da América do Sul. Sendo que no Brasil, o único ponto de contato entre essas políticas de Integração se localiza no município de Oiapoque, no Estado do Amapá.

Os investimentos nos Eixos amazônicos permitirão ligações estratégicas com o mercado sul-americano e o aparelhamento de corredores de exportação, por meio da ampliação de aeroportos, pavimentação de rodovias, ampliação da rede elétrica, e aparelhamento de portos.

O novo contorno de atuação do Estado Nacional nas regiões de fronteira internacional se deu, também, pela articulação política dos países da América do Sul para a implantação do IIRSA, com relação direta e complementar com a concepção dos ENID brasileiro e atrelada às ambições de sua política externa para América do Sul.

Tanto o IIRSA, quanto as políticas internas deste primeiro decênio do século XXI, foram construídos com a mesma orientação, qual seja: promover a integração competitiva a partir de volumosos investimentos em infraestrutura organizados em eixos de integração e desenvolvimento. A IIRSA em nível sul-americano, como bloco regional; os PPA's e o PAC em nível nacional, acelerando a economia e colocando o Brasil em situação vantajosa em relação ao mercado sul-americano.

A Amazônia é cruzada diretamente por três eixos, o do Amazonas, do Escudo das Guianas e eixo Peru-Brasil-Bolívia, tanto na direção leste-oeste quanto norte a sul. Para Thery (2005, p.46), com o IIRSA, a “Amazônia torna-se o centro do continente, em vez de ser a periferia dos países que a compõem, mesmo não sendo a parte do continente onde passam os fluxos mais densos, (...)”. Isso corrobora para a configuração da condição estratégico-periférica das fronteiras com os países amazônicos.

Nos eixos amazônicos do IIRSA, a pavimentação de rodovias, a abertura de vias navegáveis, permitindo inclusive a união bi-oceânica – Atlântico/Pacífico - no eixo do Amazonas, a interconexão de portos, e o incremento de infraestrutura de integração entre os países nas áreas de tríplexes fronteiras, são elementos definidores do que eles significam. Todos tem foco no escoamento da produção, no aproveitamento do potencial hidroelétrico e na exploração dos recursos minerais e florestais da região.

Destaque nesta discussão diz respeito ao não envolvimento e inserção da Guiana Francesa na proposta do IIRSA. Contudo, desde meados da década de 1990 há a intenção de se buscar a integração do Brasil (pelo Amapá), com a França (pela Guiana Francesa), cujo primeiro passo foi a assinatura do Acordo-Quadro, em 1996, como suporte para o estabelecimento de novos planejamentos territoriais para a fronteira franco-brasileira. Para Silva (2008, p. 76), este acordo inicia um período de “novos usos políticos-territoriais” para essa fronteira.

Segundo Porto e Santos (2012), a partir de então, uma série de iniciativas, institucionalizadas, vem sendo elaboradas e implementadas no espaço fronteiro franco-brasileiro, implicando em novos planejamentos e, portanto, novos usos dessa fronteira. A construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque e a implantação da banda larga no estado do Amapá via Guiana Francesa¹⁸ são os elementos mais tangíveis entre as ações de cooperação regional entre Brasil e França. No entanto, estas são apenas duas de uma série de medidas, politicamente pensadas e estrategicamente construídas que estão ditando novos ritmos ao espaço amapaense.

O vazio não ocupado pela proposta do IIRSA no que tange à Guiana Francesa, é preenchida por uma outra política internacional de integração, o INTERREG. Proposta esta que não tem por objetivo imediato a integração sul americana, mas a integração europeia. Contudo suas ações refletem no norte da América do Sul. Assim como o extremo norte brasileiro é

¹⁸ Há um conjunto de ações em andamento sem horizonte de finalização, envolvendo o Governo do Estado do Amapá, a empresa Guyacom e o Governo do Departamento da Guiana Francesa. Estas ações tem como ponto focal a interligação Cayenne - Saint Georges de l'Oyapock – Oiapoque por parte do lado Francês em primeiro estágio e, em segundo, a interligação Oiapoque – Calçoene, para, a partir daí, chegar até Macapá via rota com cabo óptico já existente da Eletronorte no trecho Calçoene – Macapá (SILVA, 2011 apud ADAP, 2010). Em 2012, o Governo do Estado do Amapá assinou o convênio com a empresa OI para instalar inicialmente condições de fluidez de 4gb de internet, saindo de Fortaleza (BR) até Miami (EUA). Com derivação na Guiana Francesa e Caribe. Contudo, a conexão primeira virá pelo Norte da América do Sul, via Guiana Francesa. A conexão sul, com a margem direita do rio Amazonas, depende da construção do linhão de Tucuruí, pela Eletronorte. Em março de 2014 a conexão norte foi efetivada e inaugurada.

contemplado com políticas territoriais propostas pela IIRSA, também a Guiana Francesa é respaldada com uma série de políticas públicas de cunho territorial para sua fronteira com o Amapá. Porém, as políticas públicas da IIRSA não dialogam com aquelas propostas pela UE/França para sua região ultraperiférica¹⁹, a Guiana Francesa, pois a IIRSA não contempla a Guiana Francesa, embora seja uma iniciativa de integração para América do Sul (PORTO; SANTOS, 2012) (Figura 4).



Figura 4 - O Eixo do Escudo das Guianas - Localização e área de influência
 Fonte: IIRSA (2010) apud Silva (2013).

¹⁹ Na Europa das políticas comuns de harmonização, a existência de regiões com características singulares (afastamento, insularidade, pequena superfície territorial - exceto a Guiana Francesa, relevo e climas difíceis, e dependência econômica em relação a um pequeno número de produtos), abriu caminho para que se admitissem políticas de exceção. É nesse contexto que surge o conceito de região ultraperiférica (1987) que serviu de ponto de partida para a definição de políticas específicas a seu favor (CEM, 2005; FRANÇA, 2007; FORTUNA, 2009).



A FRONTEIRA DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: REFORMAS DE USOS DE SEU TERRITÓRIO

Este capítulo visa analisar o processo de formação e a reformatação do uso do território amapaense, com uma atenção mais profunda para a linde com a Guiana Francesa. Inicialmente identificam-se quatro discussões sobre a formação da fronteira amapaense cujo eixo condutor das reflexões tecidas envolvem a materialidade artificial para a sua formação histórica e que se reflete o uso desta fronteira como resultado de maior ou menor intensidade de sua inserção na economia-mundo.

Posteriormente, identifica-se o espaço amapaense como um invenção do capital capaz de: garantir a sua maior ou menor inserção em uma rede global de relações econômicas, políticas, geopolíticas; criar estruturas político-administrativas em área distante das relações econômicas, políticas e territoriais dos centros regional e nacional; criar ajustes necessários iniciais para usar as potencialidades naturais da região e, depois, recriar condições e mecanismos para frear esses mesmos usos.

Em seguida, defende-se a fronteira amapaense como um acontecer solidário e contraditório, onde os eventos são solidários e não superpostos. Com isso, a manifestação deste acontecer como solidário decorre da interdependência que as redes geográficas e econômicas exercem sobre o território, seja como barreira, seja como cooperação. Quanto ao contraditório, este se explica pelas desiguais construções espaciais e desiguais interesses construídos pelos diferentes territórios.

Por fim, adota-se a interpretação foucheriana da função da região fronteira como de costura, de trocas, de interações. Com a ampliação das densidades de relação espacial da fronteira amapaense, encaram-se essas costuras, essas trocas para além da sua fronteira, recompondo o território para o transfronteiriço. Neste sentido, criaram-se algumas propostas de regionalização do espaço amapaense para induzir ações de planejamento do território. Para as reflexões aqui tecidas, adota-se a proposta da Amazônia setentrional amapaense, por entender que o espaço geográfico é muito dinâmico e relacional, cuja dinâmica socioeconômica tem se intensificado e apresentado diferenciações internas cada vez mais particularizados.

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE E A REFORMATÃO DA FRONTEIRA

Três discussões devem ser tomadas quanto à formação da fronteira amapaense. A primeira diz respeito à formação histórica, com os conflitos e acordos diplomáticos estabelecidos para a delimitação e reconhecimento do território. A segunda, reflete o uso do território amapaense como parte de políticas públicas centralizadas no Governo Federal, seja para implantação de um novo ente federativo, o Território Federal, e na sua estadualização, seja na instalação de sistemas de engenharia capazes de criar novos tempos para o uso do território, seja como uma construção externa. O terceiro aborda a inserção da fronteira amapaense na fronteira-rede global.

A formação histórica e delimitação da fronteira franco-brasileira

A construção histórica da fronteira amapaense é remetida ao período colonial com a inserção de ingleses, irlandeses, holandeses e franceses²⁰. As terras do atual Estado do Amapá, na época da vigência do Tratado de Tordesilhas, localizavam-se no lado espanhol, tendo sido concedidas pelo Rei Carlos V a Francisco Orellana em 1544 sob a denominação de Adelantado de Nueva Andaluzia, nome que se passava a atribuir a todo aquele espaço onde incluía-se também a Guiana (REIS, 1949, p. 14).

²⁰ Sobre a fronteira Brasil/França, vide Reis (1949; 1993); IBGE (1957); Silva (2010); Granger (201b); Romani (2002).

Este espanhol, no entanto, não chegou a tomar posse, sendo a terra também abandonada pelos outros concessionários agraciados pela Coroa Espanhola (IBGE, 1957, p. 24). Nessa época foi desenvolvida pelos colonizadores uma política visando a ocupação, defesa e exploração das terras recém descobertas, com a finalidade de impedir a expansão do domínio dos estrangeiros não católicos (ingleses, franceses e holandeses) sobre as colônias ibéricas na América do Sul, sendo os franceses os principais atores entre os rios Maroni (rio que separa a Guiana Francesa de Suriname) e Araguari, no Amapá.

Três abordagens sobre a atuação dos franceses neste território são identificadas:

a) A (des)organização territorial do Platô das Guianas como reflexo das grandes navegações europeias.

À medida que novos territórios além-mar foram acessados pelos europeus, a organização social de nativos da América foi desconstruída e de desorganizada. Para o caso da fronteira franco-brasileira, houve concessões de terras a franceses e portugueses, embora também ocorressem inserções de ingleses, holandeses e irlandeses. Reis (1949; 1993) resgata as ações francesas nos séculos XVI-XVII, expondo questões econômicas e políticas de interesses europeus sobre a Amazônia e em especial no Platô das Guianas. Dentre os levantados, destacam-se:

- A Coroa Ibérica sentindo-se ameaçada por tais inserções, adotou as "expedições guarda-costas", que, dentre outros feitos, expulsaram os franceses de São Luís (1615) e fundaram o Forte do Presépio, originando a cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará (1616), garantindo assim a posse da foz do Rio Amazonas (Canal Sul). Em seguida, rumaram em direção ao Norte e expulsaram ingleses e holandeses instalados na margem esquerda da foz do Rio Amazonas. Do conflito entre portugueses, ingleses e holandeses, fortes foram conquistados e/ou construídos pelos portugueses. Reis (1993, p. 65-87) relata a reação luso-brasileira sobre os estrangeiros localizados entre os rios Oiapoque e Araguari no século XVII.

- A falta de maior envolvimento de Daniel de La Touche, Sieur de La Ravardiere, que recebeu por uma concessão do seu Rei, Enrique IV, as terras localizadas entre o Rio Amazonas e a ilha Trinidad (1605). Como consequência, holandeses montaram em 1627, em pleno território pleiteado pelos franceses, um comércio à margem do Rio Oiapoque, tendo criado ainda a Companhia do Cabo Norte, que funcionava nas águas "que não estivessem sob o domínio espanhol", entre os rios Amazonas e o Orinoco, mediante a permissão de navegação e comércio aos holandeses (REIS, 1993, p. 67). Em 1663, foi constituída a Companhia da França Equinocial, mais tarde absorvida pela Companhia das Índias Ocidentais (REIS, 1993, p. 68). O platô das Guianas se insere nas relações internacionais econômicas a partir do século XVII. Foucher (2009, p. 13) identifica este momento como a 1ª etapa de mundialização.

- Em 1633, foi revista a proposta comercial com os holandeses pelo imperador francês Luís XIII e pelo Cardeal Richelieu; priorizando, agora, a livre passagem pelo Rio Amazonas aos navios franceses. Em resposta, a Coroa Ibérica criou a Capitania do Cabo Norte, cedida a Bento Maciel Parente, em 1637, cuja área estendia-se desde o Rio Oiapoque até o Rio Amazonas, margeando o Oceano Atlântico e subindo o Rio Amazonas até seu afluente na margem esquerda, Rio Tapuiussus (atual rio Paru), abrangendo os povoados de Gurupatuba e Surubiú (atualmente Monte Alegre e Alenquer) (REIS, 1949). Este contexto é contemporânea às "expedições guarda-costa".

b) Reflexos de políticas e conflitos na Europa se manifestando na organização territorial das colônias.

Segundo Silva (2010, p. 42), a movimentação dos franceses no norte da América do Sul em direção ao Rio Amazonas é reflexo de tratados diplomáticos entre França e Holanda no século XVII. Dois desses tratados são citados pelo autor: O Tratado de Nimegue (1678) entre França, Holanda, Espanha e Inglaterra; e o Tratado de Ryswich (1797) entre França, Holanda, Espanha. No primeiro, a França adquire terras da Espanha e da Holanda. No segundo, todas as terras adquiridas pelo Tratado de Nimegue, deveriam ser restituídas aos seus países de origem, como também não haveria invasões a nenhum país signatário. Em 1795, foi assinado o Tratado de Haia, que preconizava a não agressão entre França e Holanda.

Considerando que a Guiana Francesa possui fronteira com o Suriname (ex-colônia holandesa) e Brasil (ex-colônia portuguesa), os franceses não tinham outra alternativa de possível expansão territorial a não ser em direção ao território português. À medida que o território era ocupado e riquezas minerais (ouro) foram encontradas, os interesses pelas terras correspondentes ao atual estado do Amapá, foi se ampliando.

Em 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht, onde Portugal obteve o reconhecimento do seu direito de posse das ambas as margens do rio Amazonas e diversas limitações de expansão francesa sobre o território brasileiro, a partir da Guiana Francesa, dentre elas reconhecendo o rio Vincente Pinzón como o rio Oiapoque (Figura 5).

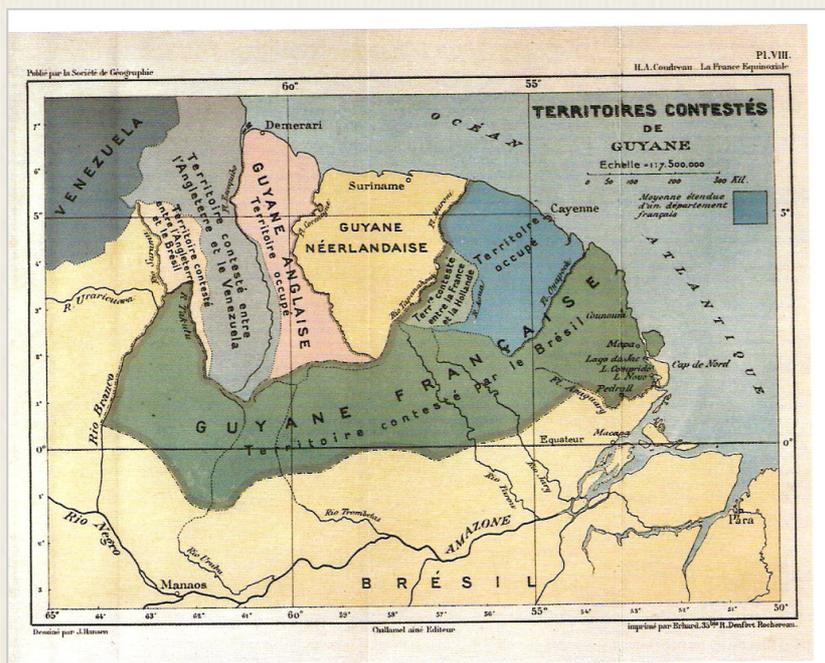


Figura 5 - Os Territórios reivindicados no platô das Guianas

Fonte: Granger (2012b) *apud* Silva (2013)

Outro momento histórico diz respeito à expansão de Napoleão Bonaparte à Península Ibérica, fazendo com que a família real portuguesa fosse transferida para o Brasil em 1808, para a cidade do rio de Janeiro. Como retaliação à invasão das terras portuguesas, D. João VI determinou a ocupação da Guiana Francesa. A Guiana Francesa retornou ao domínio francês em 1817 pelo Tratado de Paris (GRANGER, 2012a).

No século XX, quatro momentos na história da Europa também possuem reflexos na organização do Platô das Guianas:

- O primeiro diz respeito à Segunda Guerra mundial, quando a Alemanha invade a França e ocupa Paris na década de 1940, com isso a Guiana Francesa em tese tornar-se-ia em “Guiana Alemã”. Este foi um dos motivos para a criação do Território Federal do Amapá.
- O segundo se refere ao período de crise na Europa na década de 1970, influenciando ao processo de descolonização de colônias na África e na América do Sul, a exemplo da ex-Guianas Inglesa e Holandesa, atualmente denominadas de República Cooperativa da Guiana e Suriname, respectivamente.
- O terceiro, corresponde inserção da Guiana Francesa em programas espaciais, a partir da construção do Centro Espacial de Kouru, na década de 1970, como alternativa aos programas executados pelos EUA. Este Centro integra a Agência Espacial Europeia composta pela Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Países Baixos, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal Reino Unido, Suécia e Suíça. A localização de Kouru próxima à linha o Equador é estratégica porque viabiliza lançamento de foguetes mais econômicos²¹.

²¹ Na América do Sul, há somente duas bases de lançamento de foguetes: O Centre Spatial Guyanais (CSG) em Kouru (Guiana Francesa), instalado em 1965 e o primeiro lançamento ocorreu em 1979 (Vide www.cnes-csg.fr e o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, no Maranhão (BR), criado em 1983 (Vide www.cla.aer.mil.br). Quando houve explosão da base de lançamento de Alcântara, em 2003, o Estado do Amapá, foi cogitado em receber a construção da nova base. Vide <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe3107200901>.

- O quarto diz respeito à inclusão da Guiana Francesa em programas de desenvolvimento da Europa, a exemplo da criação de ultraperiferias (1987)²² (Figura 6) e seu envolvimento nas políticas regionais elaboradas pela União Europeia, pelos Programas INTERREG III e IV, a partir de 2003.

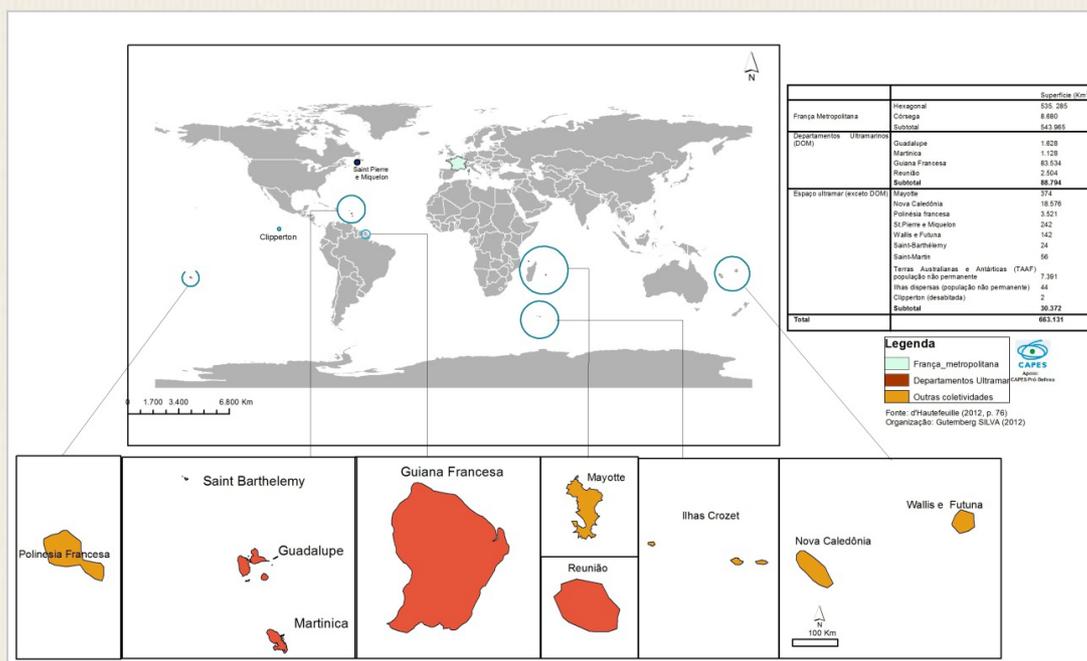


Figura 6 - Territorialidade Francesa

Fonte: Silva (2013).

c) A construção local de relações territoriais.

Com a ocupação gradativa do espaço amapaense, interesses foram se manifestando dentro do contexto externos. Para que esses interesses fossem reproduzidos, foram identificadas riquezas, criadas estruturas locais e vocações que justificassem sua permanência e efetiva ocupação. A construção histórica territorial das relações desta fronteira entre os séculos XVII e XIX ocorreram pelos seguintes fatores:

- Instalação de assentamentos agrícolas ingleses e irlandeses entre 1612 e 1623;
- A elevação à categoria de vila o povoado de São José de Macapá (1751), o núcleo circunjacente ao Forte de São José que garantiria a continuidade da ocupação portuguesa na região. Com isso, Macapá tem fundamental importância na ocupação da Amazônia, ao garantir, juntamente com Belém, a defesa portuguesa sobre as duas entradas do Rio Amazonas;
- A chegada de colonos açorianos entre 1730-1750 na região amapaense;
- A saga de famílias de Mazagão, na África, atravessando o Oceano Atlântico, originando a Vila Nova de Mazagão (1771), no atual estado do Amapá (VIDAL, 2008);
- A construção de fortes e uma fortaleza²³ desde o século XVII no espaço amapaense (GOMES, 1999);
- A configuração territorial da área do contestado franco-brasileiro, os conflitos e as negociações na fronteira (CARDOSO 2008);

²² Segundo Fortuna (2009, p. 581) “a geografia económica da União Européia ultrapassou os limites do continente europeu a partir do momento em que a França incluiu os seus departamentos ultramarinos como parte integrante do processo de criação da União”. As Ultraperiferias começou pela França e posteriormente teve a adesão de Portugal (Açores e Madeira) e de Espanha (Ilhas Canárias), este espaço de influência da União Europeia foi ampliado, exigindo novas atenções a esses departamentos. As ultraperiferias francesas são: Guadalupe, Martinica, Reunião, Saint Barthélemy e Saint Martin; e Guiana Francesa (sendo esta última, a única continental e a maior fronteira da França no mundo).

²³ Reis (1993) identifica os seguintes fortes construídos neste espaço nos séculos XVII e XVIII: Mataru, Mariocai, Santo Antônio de Gurupá, North, Cumaiú, Araguari, Torrego e São José.

- A abolição da escravidão na Guiana Francesa, no século XIX, provocando a expansão da pequena produção de alimentos para exportação e uma das atividades que mais se destacou foi a pecuária, na região do Macari²⁴, correspondendo à área do Município do Amapá do início do século XX;
- A indicação de duas propostas para criação de províncias na região. A primeira diz respeito à criação da Província de Oiapóquia (1853), cuja capital seria Macapá, a fim de garantir a atuação brasileira na parte setentrional do Rio Amazonas²⁵. A segunda, foi uma nova tentativa deste de retomar sua proposta, porém, mudando seu nome para Pinsônia (1855), em homenagem ao navegador Vicente Yanes Pinzón²⁶.
- A elevação de Macapá à categoria de cidade, pela Lei Provincial 281, de 6/9/ 1856.
- A instalação da República do Cunani (1885 a 1887), que se estendia do Rio Oiapoque até o rio Araguari²⁷.
- O interesse pelos recursos minerais, notadamente pelas jazidas auríferas em Oiapoque, Cassiporé e Amapá, com a participação de garimpeiros e de empresas mineradoras estrangeiras na região de Calçoene (Figura 7)²⁸. As explorações auríferas ao norte do rio Araguari contribuíram para atrair garimpeiros franceses e a produção do ouro de Calçoene era exportado por Caiena e contabilizada como se fosse um produto da Guiana Francesa (DNPM, 1988, p. 582), originando contínuos conflitos diplomáticos entre Brasil e França, devido a nova intenção de expansão territorial pelos franceses no final do Século XIX;
- O conflito entre brasileiros e franceses conhecido como a "Questão do Amapá", e foi solucionada por acordo internacional a favor do Brasil (1900), delimitando efetivamente a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, pelo rio Oiapoque.
- A criação do Município do Amapá (1901).
- A construção histórica para a criação do município de Oiapoque (1945) (SOARES, 1995; ROMANI, 2002; IBGE, 1957)²⁹.

Embora a questão fronteiriça houvesse sido resolvida diplomaticamente no início do século XX, o marco da trijunção das fronteiras Brasil-Suriname-Guiana Francesa, só foi fixado pelas comissões brasileira, neerlandesa e francesa em 1938 (HERMES; BASTOS, 1940, p. 125; BENEVIDES, 1946, p.31). Há divergências nas informações existentes quanto à demarcação completa da fronteira, entre 1955 (IBGE, 1966, p. 01) e 1962 (TEIXEIRA SOARES, 1973, p. 91).

²⁴ Esta região, àquela época, integrava uma “zona neutra” entre Brasil e França, que limitava-se pelo rio Araguari, seguindo a orientação do Tratado de Utrecht (1713). As relações econômicas desta zona neutra direcionavam-se à Guiana Francesa porque os escravos do lado brasileiro fugiam em direção a esta zona e os franceses aceitavam negociar com eles. Os portugueses, não.

²⁵ Esta proposta foi sugerida pelo Senador da Província do Grão-Pará, Cândido Mendes de Almeida. Originou-se devido à ameaça de invasão pela expansão da pecuária; a exploração do ouro em Calçoene; o monopólio da navegação do rio Amazonas cedido ao Barão de Mauá (1852); o aumento da demanda da borracha estimulando a abertura da navegação internacional do Amazonas (1866) e a reduzida ocupação demográfica pelos brasileiros. Contudo, esta proposta não obteve aprovação do Governo Central por ter sido amplamente questionada, como também em função da pouca força política que as províncias do Norte do país detinham, permanecendo aquele espaço sob a administração da Província do Grão-Pará.

²⁶ Justificou-se esta proposta por necessitar a região de consideráveis atenções, em função da mesma continuar praticamente abandonada em relação às demais regiões brasileiras (MEDEIROS, 1946, p.139). No entanto, este projeto contrariou interesses da classe dominante que residia em Belém tendo sido novamente desaprovado pelo Senado.

²⁷ Esta experiência, apesar de sua brevidade, criou ministérios (sediados em Paris) e títulos honoríficos (muito valorizados e vendidos); emitiu moedas, notas (20, 50, 100 e 500 francos) e selos; editou um diário oficial e criou armas e bandeiras (REIS, 1949, p. 95; SARNEY e COSTA, 1998, p. 131-6; 231-3). Sua reduzida população era composta por quilombolas, desertores e aventureiros (QUEIROZ, 1999, p. 345).

²⁸ Em 1894, habitavam no Alto Calçoene cerca de 6.000 pessoas e no período de 1894 a 1896, foram extraídos 2.646 kg de ouro. Com essa produção, instalou-se em Lourenço a Société Française de L'Amérique, que posteriormente foi vendida à The Carsewene Developments Anglo-French Gold Mining Company (DNPM, 1988, p. 582). Chagas (2013) relata também a instalação de um linha monotrilhos com 110 km de extensão pela companhia francesa denominada de Carsévène Raylway Company, destinada para o escoamento aurífero por Calçoene.

²⁹ Os fatores que explicam a criação município de Oiapoque são: A atuação de garimpeiros brasileiros e franceses na região; A criação do Distrito de Oiapoque (1903), integrando o espaço do município de Amapá; a criação da Comissão Colonizadora do Oiapoque (1919), sendo esta comissão uma das primeiras iniciativas federais no século XX, relativas à fronteira amapaense; O estabelecimento da Companhia Especial de Fronteiras, do Exército Brasileiro, em Clevelândia do Norte, como uma colônia agrícola para onde foram enviados prisioneiros de vários cárceres do país (1922); A extração de ouro nas cabeceiras do Cassiporé e do Oiapoque, no período de 1932 a 1935; o surgimento de povoados no Rio Oiapoque a montante da Vila de Espírito Santo (tanto do lado francês como do brasileiro); a ocorrência da Segunda Guerra Mundial; a transferência de presidiários para Clevelândia, o que teria demandado maior atenção das autoridades para a colônia ali instalada; e a criação do 3º Batalhão de Fronteira, sediado no Oiapoque, em 1942.

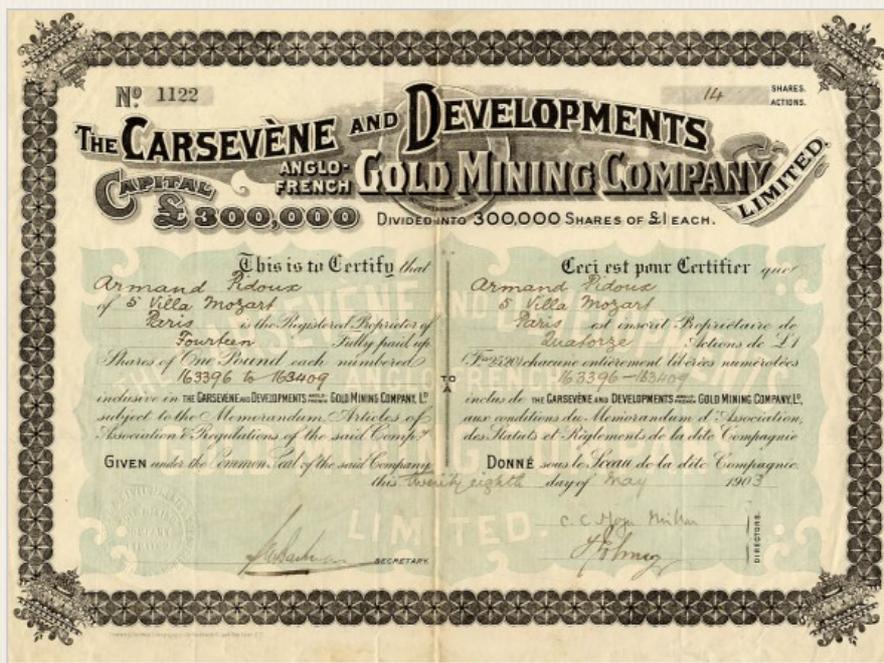


Figura 7 - Título da The Carsewene Developments Anglo-French Gold Mining Company (BALDUS, 2009).

As políticas públicas federais e o uso do território amapaense: a fronteira como construção externa

A partir do entendimento de que “o espaço não possui realidade própria” (BECKER, 1983, p. 18), defende-se aqui que as orientações destinadas à construção e à formação da fronteira amapaense são eminentemente advindas de ações e determinações externas.

Vários exemplos de ações de origem externa são identificados na história amapaense, tais como: A ocupação da fronteira, a construção de fortes e fortalezas, a construção da cidade de Mazagão, a criação do Território Federal, a instalação de empresas de capital internacional, a criação de novas normas de uso do território amapaense e criação de unidades de conservação e de terras indígenas.

No século XX, quando foi instalado o Território Federal na Amazônia, adotou-se a defesa nacional³⁰ como uma das justificativas indicadas pela Constituição de 1937³¹ para a sua instalação. Tal justificativa oficial foi uma construção externa ao contexto local, pois a Amazônia como periférica, que precisa ser ocupada, protegida e se desenvolver; mas, também, apresenta-se como estratégica, ao reconhecer que esta região possui riquezas e potencialidades naturais de grande interesse do capital internacional. Medeiros (1946, p. 507-8), por exemplo, interpretou que Defesa Nacional deve

empreender medidas com fim de preservar o país de ameaças de toda ordem; defender as fontes de tributação nas zonas de fronteira; salvaguardar riquezas contra a ação dispersiva das populações rurais; guardar as minas contra a obra inescrupulosa dos contrabandistas estrangeiros e sabotadores nacionais; enfim, assegurar a saúde das massas rurais pela realização de uma política de saneamento(...). Povoar, organizar, sanear, educar significam, por isso mesmo (desde que compreendam um programa a ser vencido, sob a mais estreita afinidade, pela União em cooperação com os Estados), obras de defesa nacional, capazes de justificar o interesse que levaria o Governo Central a criar núcleos administrativos federais em partes desmembradas ou não dos Estados.

³⁰ Até a Constituição de 1937, os Territórios Federais caracterizavam-se como uma adição ao espaço nacional, submetido diretamente à União, com a vocação de se converter em Estado-membro da Federação, cuja única experiência de estrutura administrativa fora o Acre (MAYER, 1976, p. 24).

³¹ A Constituição de 1891 não reconhecía o ente Território Federal como parte integrante da federação brasileira. A novidade dessa Carta Magna reside na sua substancial mudança na concepção política e jurídica deste ente federativo por três motivos: 1) por definir o Brasil como um Estado Federal, constituído pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios Federais; 2) porque foi a primeira e a única que os implantou efetivamente; e 3) por apresentar melhores justificativas e diretrizes que a Carta Magna de 1932, assim expressas no seu artigo 60: a) apresentou uma justificativa para a sua criação, “no interesse da defesa nacional”; b) determinou que as suas áreas seriam oriundas de “partes desmembradas dos Estados”; c) a sua administração seria regulada por Lei especial.

Reis (1949, p. 123), acrescentou, ainda, os perigos advindos do abandono em que se achavam aquelas regiões, sugerindo que fossem criadas políticas para que “procedesse a recuperação humana, cultural e econômica da fronteira, vivificando-a, vitalizando-a”.

À medida que a fronteira foi ocupada, novas dinâmicas foram executadas, exigindo novos ajustes normativos, infraestruturais, políticos e geopolíticos capazes de garantir a mobilização e o dinamismo no espaço. Três décadas mais tarde, o conceito de Defesa Nacional de Medeiros foi revisto por Temer (1975, p. 28), que o entendeu como “a adoção de medidas cujo objetivo seria o de preservar o país de ameaças de toda ordem; salvaguardar riquezas contra a ação dispersiva das populações rurais; realizar atos objetivos militares, enfim, tudo que, subjetivamente, a União pudesse entender como relevante à preservação da unidade nacional”. A visão nacionalista de Medeiros é substituída pelo enfoque mais flexível de Temer, devido aos distintos momentos históricos por eles vivenciados.

Enquanto Medeiros abordou o tema em um período de ebulição bélica, Temer encontrava-se num momento de expansão do capital internacional sobre o espaço brasileiro. Temer, por exemplo, não aborda a preocupação de Medeiros quanto ao guardar as minas dos estrangeiros; e não insere as orientações de “povoar, organizar, sanear e educar” em sua análise sobre a Defesa Nacional, algo que Medeiros as considera de fundamental importância. Na década de 1970, nas áreas de fronteira, houve avanços no âmbito da saúde, com a implantação de hospitais nos Territórios Federais; na instalação de projetos incentivados por parte da SUDAM, na integração da Amazônia com as demais regiões brasileiras por rodovias; e na atuação de empresas com capital estrangeiro na região.

Ou seja, a Amazônia já se encontrava integrada, conectada e acionada pelo capital externo. Para o caso amapaense, a exploração manganêsfera estava no seu auge. Gradativamente a Amazônia deixa de ser periférica para gradativamente se tornar estratégica, mais integrada, conectada e acionada pelo capital externo. Com isso, a expectativa de Jacques (1977, p. 188) dos Territórios Federais atuarem como núcleos de civilização nos recantos longínquos do território nacional e prestar grandes serviços ao país não só em assunto de defesa nacional, como também em matéria econômica e social, foi alcançado.

Essas articulações executadas com o exterior ampliam sua condição de estratégica por estabelecer novas oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território que dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais. Com essas características, percebe-se que o contato existente na fronteira entre o local e o internacional impõe um dinamismo próprio a este espaço; exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, mas que são executadas devido a diversos interesses que esses atores se disponibilizam a executar ou conquistar.

Com isso, a configuração espacial amapaense deu-se mediante à instalação de próteses³², as quais foram histórica, cultural, política e economicamente construídas. Com a instalação dessas próteses, ajustes espaciais deveriam ser realizados para o melhor funcionamento e atuação daquelas, inserindo este espaço em um sistema de redes articulados internacionalmente, cuja configuração ocasionadas pela ação dos fixos e fluxos, recria uma nova configuração territorial, seja esta ocasionada pelo ganho de próteses tecnológicas ou pelas construções de redes de circulação e comunicação, identificados por Raffestin (1993) como modeladores do território.

As mais recentes construções externas de uso do território amapaense dizem respeito à retomada no planejamento estratégico e da atuação do país como agente de coordenação de desenvolvimento. Dentre esses planejamentos, destacam-se: As ações do Programa Calha Norte (pós-1985); A assinatura do Acordo-Quadro Brasil/França, envolvendo Amapá/Guiana Francesa (1996); O IIRSA (2000); A criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (2002); a elaboração da Proposta de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) (2005); O Programa da União Europeia INTERREG IV (2007); A construção de quatro usinas hidrelétricas no Amapá pós-2010 (Ferreira Gomes, Caldeirão, Cafézoca e Santo Antônio); A pavimentação da BR-156 e; a construção da ponte binacional (concluída em 2010).

³² Segundo Porto et. al. (2007), próteses são “atos elaborados externamente e implantados localmente os quais impõem novos ritmos ao meio primitivo. Essas próteses podem ser de vários modelos e que transformam e reconfiguram um espaço já existente”. Esses autores também identificam os seguintes modelos de próteses:

a) jurídicas: a criação da Capitania do Cabo Norte (1616); a transformação da Vila de Macapá em cidade (1858); o acordo entre Brasil e França (1901); a criação de municípios; a criação do Território Federal do Amapá (1943), a partir do modelo acreano (1904); as normas de regulamentação nos Territórios, com destaque ao Decreto 411/1969; a transformação do Território Federal em Estado (Constituição de 1988); a Constituição estadual (1991); as normas de regulamentação do Estado.

A inserção da fronteira amapaense na fronteira-rede global.

As referências sobre a inserção do espaço amapaense em um circuito econômico externo às suas necessidades e interesses locais remetem ao século XVII-XIX. Empresas estrangeiras atuaram na região (Companhia das Índias Ocidentais, Companhia do Cabo Norte, *Société Française de L'Amérique*, *Carsewene Developments Anglo-French Gold Mining Company*). Tais empreendimentos atuaram na exploração de matérias-primas (Drogas do sertão, madeira, ouro), bem como expandiram seus investimentos para além do espaço europeu.

A formação de espaços além-mar colonial em si é uma formação de articulação em rede com a metrópole, pois o fluxo dos produtos das colônias para as metrópoles e das mercadorias das metrópoles para as colônias implicava em articulações empresariais e políticas, de uso de mão de obra escrava, de interesses de mercado por novos produtos (especiarias); expansão territorial do colonizador; e na consolidação do momento expansionista pelas navegações, pelo capital mercantil.

À medida que o capital industrial assume as diretrizes da rede mundial, novas dinâmicas e intensidades de exploração sobre as colônias europeias acabam por estimular novas dinâmicas territoriais, seja no estímulo ao processo de descolonização no século XIX (embora tal processo representasse uma troca de status de colônia para dependente), seja consolidação de relações econômicas com claros objetivos externos.

Para o caso da fronteira amapaense, três discussões devem ser levantadas: como fornecedor de *commodities*; como integrante de uma rede ambiental e; as expectativas das interações territoriais com o Platô das Guianas pelas articulações com a Guiana Francesa. A primeira abordagem, diz respeito a toda história econômica amapaense, exploração do ouro na fronteira com a Guiana (ROMANI, 2012; REIS, 1993; PINTO, 2011; SILVA, 2010) e a atuação do capital internacional no Amapá no século XX (PINTO, 1987; LINS, 1991; PORTO, 2003; DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

A segunda se refere à nova função do espaço amapaense como um espaço protegido por unidades de conservação e reservas indígenas; a atuação de órgãos não governamentais internacionais a exemplo da WWF e da *Conservation International* e; o processo de gestão territorial com foco a uma racionalidade ambiental, visando outra forma de desenvolvimento (PORTO, 2005a.; CHELALA; ANDRADE; PORTO, 2007; PORTO et. al. 2011). Esta nova função é manifestada à medida que o espaço amapaense muda sua configuração de espaço de expansão para espaço de restrição, iniciada na década de 1960 com uma parte reduzidíssima do Parque Nacional Indígena do Tumucumaque (com aproximadamente 2% de seu território com restrições de uso no Amapá) e ampliada para 19 áreas protegidas (Unidades de conservação e Terras Indígenas) no primeiro decênio do século XXI, ampliando para acima de 70% com restrições de uso do território amapaense, à medida em essas áreas que são instaladas no Amapá.

Quanto à terceira, enquanto período de construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, novos usos da fronteira embasado em expectativas ficou bastante evidente na escala local (SILVA, 2008). Para a escala binacional, ensaios de cooperação foram sendo construídos (PORTO; SANTOS, 2012; SILVA, 2013). Com a pavimentação da BR-156 e a inauguração da ponte sobre o rio Oiapoque, novas dinâmicas territoriais e novos tempos econômicos (acompanhando o raciocínio miltoniano de tempos lentos, rápidos, curtos e longos) tornar-se-ão mais evidentes pelo recente sistema rodoviário transfronteiriço (Figura 8).

b) Institucionais: a criação de municípios; a criação do Território Federal do Amapá (1943); a transformação do Território Federal em Estado (Constituição de 1988); a criação da Câmara de Vereadores, da Assembleia Legislativa, de Secretarias Administrativas, das Universidades (federal e estadual) e de órgãos de representação de classe.

c) Administrativas: a criação de cargos do poder executivo, legislativo e judiciário nas esferas municipal estadual e federal.

d) Tecnológicas: implantação de técnicas e tecnologias na exploração de produtos naturais e na implantação de modelos de agricultura de produtos importados de outras regiões. Destacam-se, neste contexto, os processos de mecanização na mineração, na pesca e exploração madeireira.

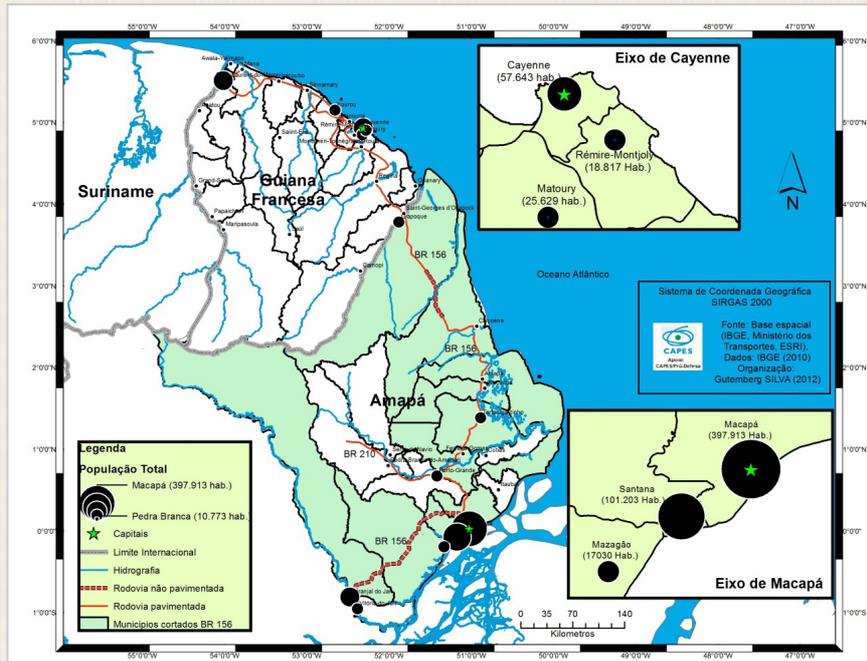


Figura 8 - Sistema rodoviário transfronteiriço franco-brasileiro.

Assim, com as expectativas da inte(g)ração e da transfronteirização franco-brasileira, essa fronteira-rede tende a se tornar mais complexa, mais dinâmica, exigindo novas normas de gestão do território, de políticas territoriais, e de uso (político) do território.

O ESPAÇO AMAPAENSE COMO INVENÇÃO DO CAPITAL

Para Porto (2010c), várias foram as invenções da Amazônia durante a construção de sua história. Mitos, lendas, perspectivas, expectativas, (geo)políticas, interesses pelo seus potenciais de biodiversidade e mineral; enfim, é um rol infindável de invenções sobre o que seria a Amazônia. Dentre vários autores que expuseram seus olhares sobre a Amazônia, desde as descrições dos naturalistas àqueles que a veem como espaço estratégico de interesse do capital, adotar-se-á, aqui, duas interpretações sobre a invenção da Amazônia: Mendes (1974) e Gondim (1994). Enquanto o primeiro autor destaca as políticas públicas para a região, o segundo expõe como e por quais artifícios foi a mesma inventada pelos europeus.

Após a década de 1850, à medida que a importância da comercialização da borracha se amplia no comércio internacional, esta região vê seus espaços sendo ocupados e mais inseridos na divisão internacional do trabalho, integrando-se ao processo de industrialização em expansão na Europa. Os novos tempos envolviam a região em uma rede de relações econômicas internacionais que identificavam este espaço como estratégico; mas localmente, divulgavam-na como periférica.

Assim, três aspectos precisam ser avaliados sobre a invenção da Amazônia. O primeiro se refere aos interesses pelas potencialidades aliadas às atividades econômicas executadas nesta região, que garantiram usos diferenciados deste espaço, expondo-o como tradicionalmente fornecedor de matérias-primas e, mais recentemente (pós-1960), com plantas industriais sendo instaladas, transformando localidades amazônicas em espaços identificados por Milton Santos de “pontos luminosos”. Com isso, à medida que a Amazônia vem sendo ocupada, inventaram-se “amazônias” para usar melhor o seu território.

O segundo, diz respeito à atuação do Estado na formatação, configuração, organização e efetivação da ocupação da Amazônia: seja para investir e atrair investimentos com incentivos fiscais e financeiros, instalando infraestruturas e criando órgãos de planejamento, com o objetivo claro de: explorar as potencialidades locais; atrair investimentos externos; criar e demarcar áreas

protegidas, como as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas; executar programas de segurança nacional, com a criação de áreas de influência do exército e sistemas de vigilância³³; e induzir fluxos migratórios. Segundo Porto (2003), uma destas manifestações ocorreu com a implantação dos Territórios Federais.

Por último, as ações do capital privado externo nos investimentos em setores econômicos variados, em infraestrutura (re)modelando e (re)transformando a configuração espacial e o uso do território amazônico, em especial dos ex-Territórios Federais.

Feita estas considerações, Porto (2010c) identifica três tipos de invenções do território amapaense: Um destacando questões político-administrativas; outro ressaltando aspectos econômicos e o terceiro abordando gestão do território.

Sobre o primeiro tipo, Porto (*op.cit.*) apresenta o “Amapá como invenção de um ente federativo”. Em seu texto, resgata a origem de Território Federal no Brasil e os entende que esses entes federativos serviram como instrumentos de indução à organização do espaço econômico regional sob a tutela do Governo Federal. Ou seja, o uso político do território desses entes federativos iniciou com ações do Estado, e se expandiram com ações de investimentos privados sobre as riquezas e potencialidades naturais neles existentes, principalmente minerais.

Em seguida, o autor indica quais foram os motivos para a criação do Território Federal do Amapá (1943), ressaltando que para que houvesse a invenção deste ente federativo, a atuação do Governo Federal foi de importância fundamental ao apresentar-se como centralizador das decisões, planejador, legislador e executor de propostas de crescimento econômico sobre os mais variados pontos do Brasil³⁴. Esta característica foi profundamente exposta por Chelala (2008), identificando-a como “Magnitude do Estado” sobre o espaço e a sócia-economia amapaense.

Porto (2003) relata que na Constituição Brasileira de 1891 não havia qualquer referência de Território Federal como parte integrante da federação brasileira. Ou seja, a invenção do Território Federal, iniciando com o Acre (1904), foi para resolver um problema de/na fronteira com a Bolívia. A orientação jurídica de reconhecimento do ente, mas não de sua regulamentação, ocorreu somente na Carta Magna de 1934. Sua regulamentação, deu-se somente pelo Decreto-lei no 411/1969³⁵.

Dois diplomas legais são identificados por Porto (2003, p. 29-34) como fundamentais para expor o Amapá como “invenção de um ente federativo”: o Decreto no 311, de 02 de março de 1938³⁶ e o Decreto do estado do Pará no 3.131, de 10 de outubro de 1938.

O primeiro orientava que as criações e revisões territoriais deveriam estar vinculadas à elaboração de planos quinquenais, nos quais os Estados brasileiros não poderiam modificar as áreas dos seus Municípios por 5 anos, exceto nos casos específicos previstos pelo diploma legal.

O segundo é reflexo do primeiro. Para cumprir o Decreto-Lei nº 311/1938, o Interventor do Estado do Pará, Magalhães Barata, sancionou o Decreto-Lei nº 3.131, de 31 outubro de 1938, que identificou os Municípios e Distritos e os seus limites no Estado do Pará, bem como, determinou que não deveria haver alteração dos limites municipais descritos desde 1º de janeiro de 1939 até 31 de dezembro de 1943. Assim sendo, a criação do Território Federal do Amapá não foi uma atividade planejada, mas sim política, pois o seu desmembramento do Estado do Pará não poderia ser realizado em setembro de 1943, conforme a legislação que o criou.

Uma vez inventado, criado e estabelecido o caso amapaense, atividades econômicas foram estimuladas com capital internacional, em especial a exploração mineral, iniciando com o manganês, posteriormente com o caulim, ouro, tantalita e ferro (PORTO, 2003).

³³ A exemplo do Programa Calha Norte (PCN) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

³⁴ Segundo Porto (2003; 2005a), os motivos da criação do Território Federal do Amapá foram: Questões geopolíticas; a extração mineral, notadamente aurífera; a influência de políticos locais; a criação do Território Federal do Acre; as características regionais norte do Pará; a proposta pela Comissão Nacional de Redivisão Territorial na década de 1930; justificativa militar; a propaganda do interesse da defesa nacional; e jurídica (Constitucional). Uma vez criado e implementado este novo ente federativo, a atuação do Governo Federal foi de fundamental importância ao se apresentar como centralizador das decisões, planejador, legislador e executor de propostas de crescimento econômico.

³⁵ Segundo Porto (2003, p. 39), “o Decreto-Lei 411/69 é uma cópia imperfeita do Projeto de Lei Orgânica nº 608 de 1947, de autoria do Deputado amapaense Coaracy Nunes”. Este projeto levou 22 anos para ser votado.

³⁶ Esta legislação regulamentou o processo de criação de novos municípios e a revisão espacial das unidades federativas existentes.

Embora todos os Territórios Federais apresentassem uma grande atuação do Estado e das políticas públicas para a organização do território, as suas dinâmicas territoriais e os investimentos privados a eles destinados foram distintos e com outras articulações econômicas e políticas. Para o caso amapaense, os investimentos públicos executados pelo Governo Federal, as atividades econômicas não assentadas no setor público e os investimentos internacionais garantiram condições para reformatação territorial e da dinâmica da fronteira entre Brasil-França.

Dentre as repercussões no Estado do Amapá indicadas pelo autor, para atender aos objetivos desta reflexão, destacam-se as seguintes: no aumento do movimento migratório, na urbanização e reorganização espaciais; na formação e estruturação das atividades econômicas; na implantação de infraestruturas; na instalação de um porto com capacidade de 11 m de calado (maior capacidade comparada a Belém, no Estado do Pará - BR, com 7 m e Dégrad des-Cannes, na Guiana Francesa, com 5 m); na criação de novos municípios. Com isso, conclui o autor, reinventaram-se usos novos em espaços amapaenses também novos.

Quanto ao contexto político e administrativo, para Porto (2003) a invenção do Território Federal e da sua estadualização foi uma oportunidade grande para atender às elites locais. Enquanto nos Territórios Federais houve a substituição das elites locais por administradores de outras regiões, em especial os governadores e pelo capital externos. Na sua estadualização, o novo uso político do território implicou em: Elites locais tradicionais fortalecidas; Elites criadas pelo Território Federal consolidadas e com forte participação partidária de ambos; uma relação nova desta unidade com o federalismo brasileiro, não mais subordinado às decisões do governo central, embora exista mais de 80% de seu território esteja sob a gestão do poder federal, e apresenta-se com ampla dependência do Fundo de Participação dos Estados na sua economia (CHELALA, 2008). Quando se insere na discussão a criação de novos municípios, todos os processos de novos usos do território também ocorrem na escala local.

Por fim, este ente federativo tornou-se estratégico no uso de suas potencialidades, recomposto no uso de seu território, porém periférico nos discursos de seus representantes.

No segundo tipo de invenção, ao se ressaltar os aspectos econômicos, Porto (2010c) oferece uma especial atenção à atividade mineral no espaço amapaense e em como tal atividade estimulou uma constante recomposição do uso do território, cada vez mais estratégica para os interesses externos³⁷.

A atividade mineral no espaço amapaense é efetuada desde o século XVIII (PORTO, 2003), sendo que a garimpagem do ouro é a que mais tem se destacado. Com a exploração do manganês a partir da década de 1950, do caulim desde a década iniciada em 1980, da mecanização do garimpo de ouro em 1980, da cromita em 1990 e da retomada da economia mineira após 2004 (ouro e ferro), técnicas e tecnologias modernas e industriais foram incorporadas. Originou-se então uma configuração territorial e urbana nova e um ritmo novo de produção. Em outros termos, inventaram-se dinâmicas territoriais novas em espaços também novos.

As empresas que exploraram esses minérios se posicionaram no rol das 100 empresas maiores do setor no cenário nacional em vários anos durante suas atividades (PORTO, 2003). A influência dessas empresas também foi exercida no domínio de terras e na ocupação da fronteira, identificada por Lima (2004), como a “terra de capital”, que é destinada a gerar uma renda territorial por meio de modalidades diversas da exploração da força do trabalho e do uso das parcelas, a exemplo dos territórios dos estrangeiros no interior do território nacional. Para o caso amapaense, Lima (2004) indica aqueles delimitados pela área de influência do capital de empresas grandes, pois possuem: dimensões territoriais elevadas; circulação alta de capital e importância para a organização do espaço deste ex-território federal.

Com a ampliação da instalação de espaços restritos ao uso do território, as atividades mineradoras e a madeireiras foram afetadas. Embora as solicitações de pesquisa e exploração mineral sejam destinadas a espaços localizadas no interior de unidades de conservação e terras indígenas. Para que a atividade mineradora fosse efetivada, viabilizaram-se ajustes espaciais e sistemas de engenharias³⁸ a fim de se inventar uma funcionalidade e/ou uma “vocação” para o Amapá. Ao se observar a exploração do caulim, pela CADAM³⁹, tem-se uma perspectiva que merece muitas reflexões a parte e para um outro momento.

³⁷ Chagas (2013) realiza uma análise sobre a questão mineral amapaense muito interessante. Sugere 3 fases da mineração neste espaço para o século XX e o primeiro decênio do século XXI: Fase Icomi (2950-1997); Fase Mineração Novo Astro (1984-1994) e; Fase MPBA e MMX (Pós-2006).

³⁸ Precisamente, rodovias, ferrovia, ampliação portuária, balizamento do rio Amazonas, company towns, usina hidrelétrica, incentivos fiscais, dentre outros.

³⁹ Precisamente, a mina da empresa Caulim da Amazônia (CADAM S/A) se localiza no município de Vitória do Jari (AP), mas a produção é transferida para

Em abril de 2013, ocorreu a queda do barranco onde se encontra o porto da mineradora Anglo American, no Município de Santana, por onde se exporta minério de ferro oriundo do Município de Pedra Branca do Amapari (AP). Este porto foi construído na década de 1950, para exportação de manganês vindo de Serra do Navio (AP), localizado a 190 km de distância. Ambos minérios são/foram escoados por uma linha ferroviária ligando mina ao porto.

Com o sistema nodal ferrovia/porto afetado, enquanto o porto de escoamento mineral não for construído, haverá mudanças nos ritmos das dinâmicas econômicas dos municípios por onde passam a ferrovia (Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e de Santana). Como um porto sexagenário, este sistema de engenharia estava por demais amadurecido, e super usado, necessitando de melhorias estruturais. Com o sinistro de 2013, está a oportunidade de construir (não reconstruir) um porto moderno, competitivo, revendo o Plano Diretor do Município de Santana (que não aborda a questão portuária). Neste sentido, invenções modernas podem ser adotadas para novos usos do território santanense.

A última invenção do território, inerente à gestão do território, enquanto Território Federal, o Amapá era administrado pela União e as questões ambientais ainda eram tratadas setorialmente pelo Governo Federal. Nas décadas iniciadas em 1960 e em 1980, criaram-se unidades de conservação de uso econômico restrito e terras indígenas (Figura 9). A partir da década de 1990, Brito (2003) identifica diplomas legais diversos que foram sancionados com a finalidade de fornecer suporte legal à gestão ambiental do estado do Amapá, normatizando o uso da potencialidade natural.

No período 2002-2006, destaca-se a execução de propostas de gestão do espaço, as quais não passaram por discussões pela sociedade amapaense: a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (2002), do Corredor da Biodiversidade do Amapá (2003), e da Floresta Estadual de Produção do Amapá – FLOTA (2006)⁴⁰.

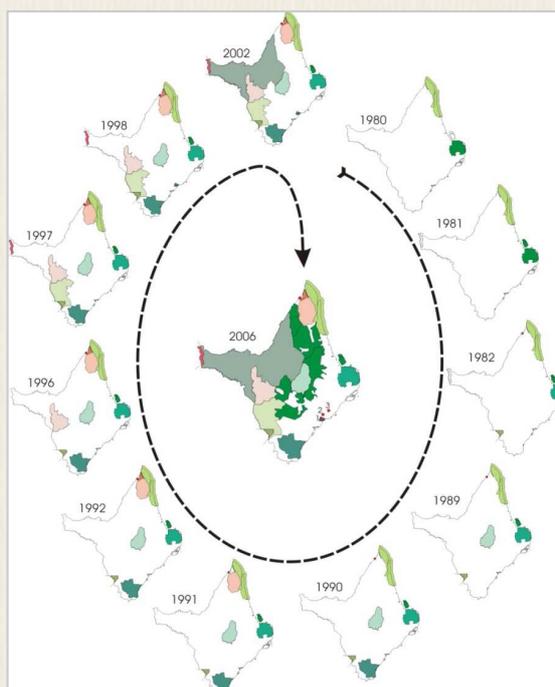


Figura 9 - Evolução das unidades de conservação e terras indígenas no Estado do Amapá.
Fonte: Schmidt (2009).

Munguba (Almeirim - PA). É ali que esta matéria-prima é beneficiada e exportada. Assim, cabe ao estado do Pará o registro de sua exportação na balança comercial brasileira. Ao Amapá resta o recebimento da Compensação Financeira de Exploração Mineral – CFEM inerente à atividade e aos danos ambientais e sociais. Sobre o impacto do CFEM no estado do Amapá, vide Simões (2008).

⁴⁰ Criou-se essa FLOTA pela lei estadual no. 1.028, de 12/07/2006. Note-se, ainda, que pelo Decreto no. 6.291, de 7/12/2007, a União transferiu gratuitamente ao domínio do estado do Amapá terras a ela pertencentes, nos termos do art. 5o. do Decreto-Lei no 2.375, de 24 de novembro de 1987, e dá outras providências.

Essas três últimas propostas têm forçado a realização de debates sobre a organização e o uso do espaço amapaense, pois com áreas protegidas (Unidades de conservação e terras indígenas), com áreas destinadas à reforma agrária (INCRA), terrenos de marinha e área de segurança nacional (Faixa de fronteira) como espaços federais, este estado tem poucas terras estaduais (11%) onde atuar.

Uma observação feita por Chelala, Andrade e Porto (2007), todas as terras indígenas amapaenses estão rodeadas por UC (Figura 10), criam cinturões institucionais de áreas protegidas ao seu redor e que são capazes de inibir a ocupação desordenada e conflituosa com os índios. Insere-se, nesta discussão, o fato de que a implantação de gestão territorial a partir de áreas protegidas retirou do espaço amapaense a sua *área de expansão*⁴¹, ampliando a sua *área de restrição* (PORTO; MENDONÇA; AZEVEDO; ARAÚJO, 2009), como também estimulou a concentração demográfica nos centros urbanos, principalmente de Macapá e Santana.

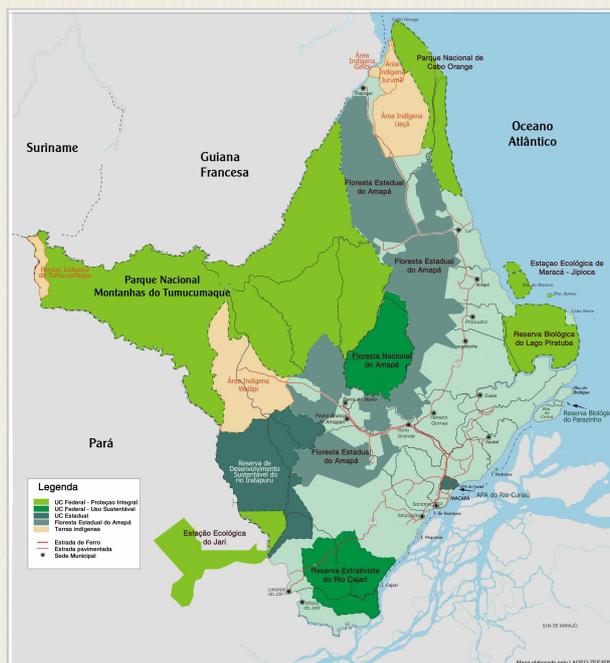


Figura 10 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado do Amapá.

Fonte: LAGEO-ZEE/IEPA

Atualmente, o Amapá abriga em seu território 19 UC. Destas, 12 estão sob a gestão do Governo Federal, cinco estão sob gestão do Governo do Estado do Amapá, e duas sob a gestão do governo municipal de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Note-se que sua distribuição no espaço amapaense ocorre em territórios de 14 dos 16 municípios (Os municípios de Itaubal do Piririm e Cutias do Araguari não possuem áreas protegidas), ocupando principalmente a porção ocidental do Estado, como se vê na Figura 10.

Com isto, inventaram-se espaços com “restrição de uso do território”, forçando aqueles espaços sem restrições de uso a serem especulados, reinventados, reusados, reorganizados com maior intensidade e frequência. Quando se insere no debate a jurisdição municipal, três reflexões devem ser levantadas:

⁴¹ À exceção das terras indígenas que atendem à população local, as demais são espaços planejados e implantados externamente às dinâmicas locais, ou seja, uma invenção.

- o primeiro diz respeito à configuração territorial de áreas protegidas que extrapolam territórios municipais, ou seja, há áreas protegidas ocupando territórios de dois municípios (Terra Indígena Waiãpi), cinco municípios (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque) e 10 municípios do estado (Floresta Estadual de Produção do Amapá - Flota) ⁴².

- o segundo se refere à sobreposição de territórios (ARAÚJO, 2010), onde houve criação e demarcação jurídica de novos municípios, mas que não possuem território municipal, pois suas terras pertencem à União, seja como terras do Incra, seja como terras de gestão direta do ICMBio ou da Funai, havendo casos de municípios com mais de 70% de suas terras protegidas (Serra do Navio, Oiapoque, e Laranjal do Jari). Ao inserir a área da Flota ocupando 15,25% do território amapaense, chega a ocupar 40% do Município de Pedra Branca do Amapari e 39% de Calçoene (Tabela 1).

- O terceiro diz respeito à criação de áreas protegidas municipais, a exemplo do Parque Natural Municipal do Canção, em Serra do Navio, pelo Decreto Municipal no 85/2007-PMSN e; a Reserva Extrativista Beija Flor Brilho de Fogo, em Pedra Branca do Amapari, pelo Decreto Municipal no 139/2007-PMPBA.

Município	% da superfície do município de área protegida			TOTAL
	Unidade de conservação	Flota	Terras indígenas	
Amapá	52,45	16,6	-	69,05
Calçoene	41,58	39,35	-	80,93
Cutias	-	-	-	-
Ferreira Gomes	41,87	16,96	-	58,83
Itaubal	-	-	-	-
Laranjal do Jari	81,00	-	13,64	94,64
Macapá	3,85	-	-	3,85
Mazagão	29,26	17,11	-	46,37
Oiapoque	48,87	24,63	23,15	96,65
Pedra Branca do Amapari	53,11	15,65	24,61	93,37
Porto Grande	0,8	40,45	-	41,25
Pracuúba	48,46	23,91	-	72,37
Santana	0,01	-	-	0,01
Serra do Navio	71,77	23,73	-	95,5
Tartarugalzinho	1,95	25,66	-	27,61
Vitória do Jari	47,64	-	-	47,64
Estado do Amapá	32,66	15,25	3,84	51,75

Tabela 1 – Participação relativa da ocupação das áreas protegidas e Flota por município amapaense.

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Tecnologia da informação Ambiental (CGTIA/SEMA).

⁴² Os municípios envolvidos nas áreas protegidas são: Terra indígena do Waiãpi: Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; Parna Tumucumaque: Oiapoque, Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari; Flota: Mazagão, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande, Ferreira Gomes, Pracuúba, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Oiapoque.

Com a construção da ponte sobre o rio Oiapoque; a construção e pavimentação da rodovia entre Saint-George e Caiena; a pavimentação da rodovia entre Macapá e Oiapoque e; a retomada da mineração nos municípios de Serra do Navio e de Pedra Branca do Amapari tem-se a expectativa de que novos ajustes espaciais sejam necessários para se rever como as novas dinâmicas serão construídas sobre as novas políticas territoriais, as novas relações econômicas e sociais, os novos usos desta fronteira e novas condições fronteiriças internas do espaço amapaense: a setentrional, a ocidental, a central e a meridional (Laranjal do Jari) .

A primeira abrange os municípios de Oiapoque e Calçoene; apresenta uma interação espacial com a fronteira Brasil-Guiana Francesa em um processo recente de transfronteirização; há a ocorrência de áreas protegidas de grande extensão influenciando no uso de seu território; possui uma dupla característica de seus municípios quanto à sua localização na Faixa de Fronteira: a) possui contato direta com a linha de fronteira Brasil-Guiana Francesa pelo Oiapoque; b) Calçoene se encontra dentro da faixa de fronteira brasileira, conecta a linha de fronteira e a acessa por via rodoviária e sua sede municipal localiza-se fora da faixa .

A segunda envolve os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; encontra-se dentro da faixa de fronteira brasileira, mas não conecta a linha de fronteira e nem a acessa; suas sedes municipais localizam-se fora da faixa; possui na atividade da extração mineral pelo capital internacional a principal atividade e a ocorrência de áreas protegidas de grande extensão influenciando no uso de seu território.

A terceira se encontra dentro da faixa de fronteira brasileira; conecta a linha de fronteira e a acessa por via rodoviária; há ocorrência de áreas protegidas influenciando no uso de seu território, com destaque à Flota e à Reserva Biológica do Lago Piratuba; suas sedes municipais localizam-se fora da faixa; integram nesta sub-área os municípios do Amapá, Pracuúba e Ferreira Gomes.

A quarta se encontra dentro da faixa de fronteira brasileira; conecta a linha de fronteira mas não a acessa; sua sede municipal localiza-se fora da faixa; possui forte influência do Complexo Industrial do Jari e a ocorrência de áreas protegidas de grande extensão influenciando no uso de seu território; integra nesta sub-área o município de Laranjal do Jari.

Considerando que os municípios de Oiapoque, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari possuem integração ampla com a comunidade indígena e possuem TI demarcadas em seus territórios, a reinvenção do uso destes espaços possivelmente implicará em conflitos de invasão de terras e no aumento da prostituição, o que já é perceptível principalmente com a recuperação da economia mineira. Assim, políticas públicas são requeridas e teriam que já estar operando no sentido preventivo.

Porto (2010c) enfatiza que o enfoque da restrição analisa a indisponibilidade do território para atrair investimentos, em função do ordenamento jurídico imposto ao uso do espaço e de seus recursos, com a institucionalização especialmente protegida. Esta criação e instalação retiram terras do mercado, mas não os seus produtos naturais e evita ou retarda a sua ocupação, estimulando a urbanização, que no caso amapaense, concentra-se em Macapá e Santana. Para ter acesso a estes produtos, o domínio da terra há de ser acompanhado pela regularização fundiária, institucionalizada, a fim de que se possa evitar o uso abusivo e ilegal do território e dos produtos ali existentes.

A FRONTEIRA AMAPAENSE: UM ACONTECER SOLIDÁRIO E CONTRADITÓRIO EM CONSTRUÇÃO

O entendimento da fronteira amapaense como um acontecer solidário miltoniano (SANTOS, 1996, p. 131-133) e contraditório deve-se às duas acepções:

- A primeira “tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos” (SANTOS, 1996, p. 131). Para o autor, os eventos são solidários e não superpostos. Esta visão corrobora com Becker (1983) ao entender o espaço cuja produção é um reflexo, uma projeção do corpo social, ao invés de espaço produzido.

- A segunda (a escala do seu impacto, de sua realização) tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui, Santos (1996, p. 131) informa que “os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa

área comum”. Por mais que os eventos ocorram, seus graus de manifestação; seus tempos de amadurecimento de execução e das técnicas e tecnologias adotadas; seus impactos e suas permanências diferenciam-se entre os espaços em que atuaram.

Para Santos (1996, p. 132), “a cada temporalização prática corresponde uma espacialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos”. Esse desrespeito às solidariedades geram as contradições.

Defende-se, aqui, que na fronteira amapaense ocorre o acontecer solidário miltoniano, como também se constrói como contraditório. A manifestação de este acontecer solidário em território fronteiriço pode ser encontrada tanto no efeito-barreira quanto no efeito-cooperação. A superposição sugere que algum agente formador do espaço, um setor da economia assumirá a dianteira para a organização espacial. O solidário decorre da interdependência que as redes geográficas e econômicas exercem sobre o território. O contraditório se explica pelas desiguais construções espaciais no sistema-mundo e desiguais interesses pelos diferentes territórios (produtos, localização) ou pelas especulações construídas para o seu uso.

A fronteira amapaense enquanto efeito-barreira

Até a última década do século XX, o efeito-barreira na fronteira amapaense apresentava-se bastante evidente, sob as condições e as ações que impediam ou restringiam a circulação de brasileiros na Guiana Francesa, como também de produtos brasileiros àquele espaço francês. Contudo, o controle de franceses em espaço brasileiro, não acompanha a barreira que eles impõem. Ou seja, a receptividade dos franceses pelos brasileiros, em terras brasileiras, apresenta-se mais flexível. Dois fatores corroboram para o comportamento francês: a inexistência de acordos diplomáticos quanto à mobilidade Brasil-França específica à Guiana Francesa e aos conflitos existentes sobre a ação de brasileiros ilegais na exploração de ouro na Guiana Francesa.

Outros fatores que também corroboram para a manifestação do efeito-barreira na fronteira franco-brasileira dizem respeito às diferenças de caráter econômico; às consequências de acordos internacionais; às incompatibilidades institucionais; às diferenças de políticas sociais francesas e brasileiras e; à inexistência de qualquer acordo diplomático entre Brasil e França envolvendo a Guiana Francesa para além da delimitação fronteiriça, ou seja, os ensaios de cooperação são construídos notadamente no primeiro decênio do século XXI.

No início da colonização do platô das Guianas, a busca por produtos diferentes daqueles existentes na Europa e o processo expansionista pelas grandes navegações atraíram investimentos de empreendimentos ao novo mundo, a exemplo da Companhia das Índias Ocidentais e, em especial da Companhia do Cabo Norte. Esta última atuou diretamente na Guiana Francesa no século XVII e pretendia expandir sua área de atuação ao rio Amazonas. Em resposta, a Coroa Portuguesa criou a Capitania do Cabo Norte, cedida a Bento Maciel Parente (1637), para proteger a margem esquerda da foz desse rio.

Ao se identificar os reflexos de políticas e conflitos na Europa se manifestando na organização territorial no período colonial, percebe-se as consequências de tratados diplomáticos entre França e Holanda no século XVII, a exemplo dos Tratados de Nimegue (1678), Tratado de Haia (1795) e o Tratado de Ryswich (1797), na fronteira com o Suriname (ex-colônia holandesa) e Brasil (ex-colônia portuguesa), os franceses não tinham outra alternativa de possível expansão territorial a não ser em direção ao território português. Esta foi a primeira inversão de interação espacial (neste caso visando a expansão territorial) francesa em direção à foz do rio Amazonas. Assim, Portugal construiu barreiras institucionais, conquistou e construiu fortes, ocupou a região para consolidar seu domínio.

Reis (1993, p. 60) afirma que o Cabo Norte não era um limite ibérico no vale amazônico no setor costeiro atlântico, mas um acidente fisiográfico de importância estratégica que exigia cautelas e atenções particulares as autoridades. Carvalho (2012, p. 72), por sua vez, informa que “a fronteira do império luso-espanhol não era apenas uma fronteira geográfica e comercial, mas era também um local de novos confrontos e encontros entre culturas diferentes, o indígena, o conquistador e o missionário, todos inseridos em um mundo diferente”.

No início do século XVIII, ocorreram questionamentos sobre qual seria o rio Vincente Pinzón, o rio Oiapoque ou o rio Araguari⁴³. Coincidentemente, este questionamento é contemporâneo ao Tratado de Nimegue (1678). Como resolução sobre esta

⁴³ Sobre este assunto, vide Silva (2010); Reis (1949; 1993).

situação, foi assinado o Tratado de Utrecht (1713), reconhecendo o rio Oiapoque como a fronteira entre Portugal e França no norte da América do Sul. Este Tratado não representou uma tentativa de cooperação, mas intencionava demarcar limites. Segundo Reis (1993) o espaço compreendido entre os rios Oiapoque e Araguari após a assinatura deste tratado permaneceu como uma “área neutra” até o meados do século XIX.

Esta “área neutra” foi usada por escravos fugitivos tanto do lado português, quanto do francês, formando quilombos. Queiroz e Gomes (2002) indicam que a movimentação de fugitivos escravos, o resgate desses cativos pelos franceses e a movimentação de franceses no Cabo Norte para adquirirem índios para escravidão foram geradores de conflitos entre Portugal e França até o século XIX.

Outro fator que corroborou para o efeito-barreira na fronteira Amapá e Guiana Francesa se refere às construções de fortes, fortalezas e fortins por ingleses, franceses e portugueses na margem esquerda de foz do rio Amazonas entre os séculos XVII e XVIII (REIS, 1993; GOMES, 1999). Segundo Rezende (2006, p. 259), “a posição a ser fortificada devia atender aos propósitos da estratégia de ocupação e defesa do território, essenciais para garantir ao Estado a justificação de posse daqueles espaços geográficos”.

No século XIX, três momentos históricos envolvem a questão fronteiriça entre Brasil-França: a primeira diz respeito à ocupação da Guiana francesa para vingar a invasão da metrópole portuguesa por Napoleão Bonaparte e para fixar definitivamente a fronteira setentrional no rio Oiapoque. Segundo Granger (2012a, p.23), Caiena foi facilmente conquistada em 1809, porém “a Guiana francesa não foi anexada ao Brasil, mas somente ocupada na espera de uma possível restituição futura, o que não era aceito unanimemente pelos portugueses. A queda de Napoleão I em 1815 permitiu a restituição da Guiana à França pelo tratado de Paris em 1817, que colocava claramente a fronteira no rio Oiapoque, desta vez com dados geográficos precisos”.

O segundo diz respeito à movimentação na fronteira franco-brasileira, também atuando como barreira, quando em 1840 os franceses construíram um forte na margem direita do Oiapoque, isto é, em território oficialmente brasileiro, para proteger a Guiana francesa dos tumultos decorrentes da revolução da Cabanagem no Pará. O Brasil reagiu com a implantação da colônia militar D. Pedro II na margem do rio Araguari, que os franceses reclamavam como limite, o que foi considerado como uma agressão (GRANGER 2012a, p.23).

Granger (2012a) também informa que as vitórias dos franceses nas guerras revolucionárias e napoleônicas lhes permitiram impor aos portugueses a fronteira no rio Calçoene no Tratado de Paris (1797), depois no rio Araguari pelo Tratado de Badajós (1801) confirmado pelo Tratado de Amiens (1802). Contudo, Pereira (1945, p. 189) relata que aqueles tratados intencionaram alterar o artigo 8o do Tratado de Utrecht (1713), mas o Tratado de Viena (1815) restabeleceu o de Utrecht e daí por diante as dúvidas, que surgiram, versaram mais especialmente sobre a verdadeira interpretação do artigo acima citado e só foram dirimida por arbitragem, em 1897.

Assim, durante a segunda metade do século XIX, ocorre a segunda inversão para maior interação espacial (também visando a expansão territorial) francesa em direção à foz do rio Amazonas. Neste período ocorreram descobertas de veias auríferas e resgatou-se o questionamento sobre qual seria o rio Vincente Pinzón, o rio Oiapoque ou o rio Araguari. O Laudo Suíço (1900), concedeu parecer favorável ao Brasil, mantendo a fronteira entre Brasil e França o rio Oiapoque. Este finaliza as disputas lindeiras franco-brasileira.

Conflitos entre brasileiros e franceses envolvendo a emigração brasileira à Guiana Francesa, a exploração aurífera neste território francês com a presença de brasileiros, tem sido registrados por pesquisadores (AROUCK, 2002; GRANGER, 1999; 2012b; PINTO, 2011) e pela mídia amapaense, gerando várias interpretações da mídia brasileira sobre a Guiana Francesa (POLICE, 2010). Com isso, qualquer conflito envolvendo pessoas, acaba gerando restrições socioculturais que levam gerações para serem resolvidas, mesmo assim não completamente.

No século XX, a origem do Território Federal do Amapá, dentro do contexto da segunda guerra mundial, também é uma barreira fronteiriça, pois quando a Alemanha ocupa Paris (1940-1944), a Guiana Francesa se tornaria “Guiana alemã”. E quando se adota a justificativa da “defesa nacional” para a instalação deste ente federativo, como também a instalação de uma base aérea norte americana no município do Amapá, isso fica bem evidente. Barreto (2000), em seu livro sobre aquela base aérea no município do Amapá (AP), informa que foram afundados 3 submarinos alemães pelos norte americanos na década de 1940, na foz do rio Amazonas.

A partir da efetivação deste ente federativo e considerando que o principal fator para uma aproximação maior entre espaços separados por um elemento natural (rio, montanha, floresta) é um sistema de engenharia (rodovia, ponte, túnel), que no caso Brasil/França são as rodovias Macapá/Oiapoque, Saint-Georges/Caiena e conexão entre ambas é a ponte binacional sobre o rio Oiapoque, o efeito-barreira tem sido gradativo e muito lentamente diminuído.

Com isso, ocorre após 1996 a terceira inversão para maior interação espacial entre Brasil-França, não mais assentada em expansionismo territorial, mas na maior articulação transfronteiriça, com uma interpretação de uma fronteira articulada em rede, estratégica, recomposta, e tardia. Não mais visando a interação espacial, mas a partir integração física (por pontes e rodovia), ampliar a atuação deste espaço na economia-mundo.

Contudo, muito há para ser criado e construído para as novas dinâmicas da fronteira Amapá/Guiana Francesa, principalmente nos contextos diplomático, e normativo. Afinal de contas, esta linde não representa somente relações binacionais, mas também dizem respeito às relações entre blocos econômicos (Mercosul/União Europeia), entre blocos de defesa (OTAN e Atlântico Sul) e seus graus de atuação na organização e uso do território.

O desafio agora é como articular os interesses e construção econômica da União Europeia a um outro bloco econômico vizinho, porém descontínuo de seu território, representado pela Guiana Francesa, a maior de todas as ultraperiferias européia e a única continental além-mar, como também um limite último da União Europeia⁴⁴.

No século XXI, as barreiras tem se manifestado mais no aspecto econômico e social do que na defesa de territórios. Considerando que inexistem acordos diplomáticos econômicos e sociais para o caso franco-brasileiro, envolvendo a Guiana Francesa, o efeito-barreira permanece. Contudo, expectativas para a superação desta fase são criadas e ensaios de cooperação são iniciados timidamente a partir das relações territoriais com o Estado do Amapá.

A fronteira amapaense enquanto híbrido de efeitos barreira/cooperação

Partindo do pressuposto que a fronteira é uma configuração multiescalar e multidimensional (RUCKERT; RAMBO, 2010), a manifestação híbrida de efeitos barreira/cooperação na escala local é bastante visível. Quando se insere a escala regional, outros fatores devem ser inseridos na discussão aqui realizada, tais como: a criação dos Territórios Federais na faixa de fronteira brasileira; a integração da Amazônia às demais regiões brasileiras e; a construção de uma região franco-brasileira.

Os ex-Territórios Federais localizados na fronteira brasileira (Acre, Amapá, Roraima e Rondônia) atuaram como um espaço de contato a ser estabelecido inicialmente para garantir a defesa nacional⁴⁵ e cujas políticas territoriais foram embasadas em uma elevada dependência dessas unidades administrativas ao Governo Federal (MEDEIROS, 1944; 1946; PORTO, 2003). Várias discussões sobre segurança e defesa da fronteira existem na bibliografia brasileira (MARQUES, 2001; FLORES, 2001; LOURENÇÃO, 2003; PINTO, et. al., 2004; PIERMARTEI FILHO, 2008). Parte-se, aqui, do pressuposto que Segurança e Defesa são interdependentes.

Porto (2003) relata que essa situação trouxe discussões sobre o processo de centralização e descentralização as decisões de investimentos e de implementação de políticas sociais e econômicas, como também sobre as divisões dos recursos financeiros entre o poder central, os Territórios Federais e os Estados.

⁴⁴ Segundo Foucher (2009, p. 183), a “opinião francesa coloca em primeiro lugar da lista dos avanços ligados à União Européia, a livre circulação das pessoas e a liberdade de viajar, trabalhar e estudar diante do Euro, da paz e da diversidade cultural. Entretanto, brota uma inquietude crescente em relação 'falta de controle nas fronteiras' e aos limites 'últimos' da União Européia, instáveis demais aos seus olhos”.

⁴⁵ Segundo Freitas (1991, p. 21) "a questão com a França resultou no Território Federal do Amapá; a questão com a Inglaterra, no Território Federal de Roraima; a questão com a Bolívia, nos Territórios Federais do Acre e de Rondônia, e a questão com a Argentina e a Guerra com o Paraguai, resultaram nos Territórios Federais de Ponta Porã e Iguacu. Poderiam ter sido criados outros Territórios para completar o anel lindeiro com o desenho ficando mais próximo das capitâncias hereditárias; mas não constam na história, questões relevantes de limites do Brasil com a Holanda, com a Venezuela, Colômbia ou Peru”.

A área sob essa tutela governamental, de 1904 a 1943, foi de 152.522 km²; de 1943 a 1946, foi ampliada para 931.070,7 km²; de 1946 a 1962, diminuiu para 757.045,5 km²; de 1962 a 1982, correspondeu a de 604.523,5 km²; e de 1982 a 1988, abrangeu 366.933,8 km² ⁴⁶.

Essa diminuição territorial não significou a retirada do Governo Federal nas políticas territoriais desses espaços, nem da diminuição da “magnitude do Estado” (CHELALA, 2008) após as suas estadualizações, houve somente a mudança institucional governamental, não de responsabilidade territorial. A maior parte dos territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia ainda estão sob a responsabilidade do Governo Federal (IBAMA, FUNAI, INCRA, Exército).

No caso amapaense, por exemplo, somente 11% de seu território é de responsabilidade estadual. Este índice é recente, pois até 2007, quando houve a transferência de terras da União para o estado do Amapá pelo Decreto no 6.291, de 7/12/2007. Uma das recomendações para que fosse assinado este Decreto, foi a criação de uma unidade de conservação a esta área, o que foi efetivada com a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA) com 23.694 km².

Quando se insere a escala municipal na discussão das restrições do uso do território, a gestão de seus territórios (Tabela 1) se torna mais complexa. Isso impõe a necessidade de pactuação entre as instituições responsáveis pela gestão daqueles espaços.

Contudo, segundo Banin (2012), “o Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (IMAP) devido à orientação de um parecer da Procuradoria Geral do Estado não pode emitir Título Definitivo nessas glebas que foram repassadas pela União ao estado do Amapá”. Mesmo com esta orientação, a Flota integra planejamentos do Governo do Estado do Amapá como se estivesse tudo regularizado.

Quanto ao processo de integração do espaço amazônico ao nacional, a abordagem aqui adotada, será o contexto pós-1960, quando esta região já se encontrava conectada com as demais regiões brasileiras pelas rodovias. As décadas de 1950-1980 foi o período de instalação de grandes projetos na região e de instalação de infraestrutura que permitiram um duplo olhar para a região: o maior envolvimento da Amazônia na economia mundial, principalmente na exportação de minérios (Manganês, caulim, ferro, ouro, dentre outros) e de alimentos (grãos). Neste sentido, o sistema portuário de Belém, Manaus, Barcarena, Munguba (Almerim), Oriximiná, Santana, Itacoatiara e Santarém foram os conectores mundiais da região, pois por eles são exportados os produtos regionais. A fronteira de *commodities* amazônica (LOUREIRO, 2009, p. 73-74), neste contexto, não é continental, é marítima, é global.

Quanto à integração nacional, a implantação de infraestrutura (rodovias, ferrovias, sistemas elétricos) pós-1970 permitiu que produtos industriais e empresas do centro-sul fossem acessados pelo mercado amazônico, houvesse o estímulo ao movimento migratório nacional esta região. Sobre a conectividade amapaense ao contexto nacional, via rodovia, inexistente. Esta integração é um misto de articulação rodo-hidroviária (Centro-sul/Belém/Macapá-Santana).

Esta configuração de conexões é tratada por alguns políticos como se o Estado fosse isolado. Isso é uma ilusão. Pois desconsideram que o rio Amazonas que separa, é o mesmo rio que integra esta unidade federativa ao Brasil e ao mundo. É pelo rio que há a troca de produtos e mercadorias, bem como há mobilidade antrópica regional. É pelo rio que o “acontecer solidário e contraditório” se articula.

No contexto do sistema elétrico, o Amapá foi o primeiro exemplo instalado na região amazônica com a Usina Hidrelétrica (UHE) de Coaracy Nunes (1976), no rio Araguari. A partir de então, outras usinas foram construídas na região. Dessas, ressalta-se a UHE de Tucuruí (PA), construída na década de 1980 para atender aos investimentos em Carajás e Albrás- Alunorte (Barcarena – PA), hoje possui expansões para o oeste-paraense e para o Estado do Amapá. Assim, os sistemas outrora isolados desses espaços, tornam-se integrados em rede nacional.

A integração física com a margem direita do rio Amazonas não ocorrerá via rodoviária, mas pela conexão elétrica pelo linhão oriundo da UHE de Tucuruí (Figura 11) e, aproveitando essa estrutura, a conexão da banda larga ao território brasileiro. A Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus será composta por sete linhas de transmissão e oito subestações, das quais sete são totalmente novas.

⁴⁶ Este comportamento foi decorrente de: 1904, criação do Território Federal do Acre; 1942-1943, à soma das áreas dos Territórios Federais de (o) Fernando de Noronha Amapá, Rio Branco (Atual Roraima), Guaporé (Atual Rondônia), Ponta Porã, Iguaçú; 1946, retorno de Ponta Porã e Iguaçú aos territórios de seus Estados de origem, diminuindo do período anterior a área desses ex-Territórios Federais; à medida em que esses entes foram estadualizados (Acre, em 1962; Rondônia, 1982; Amapá e Roraima, 1988) diminuíam-se esses espaços de tutela.

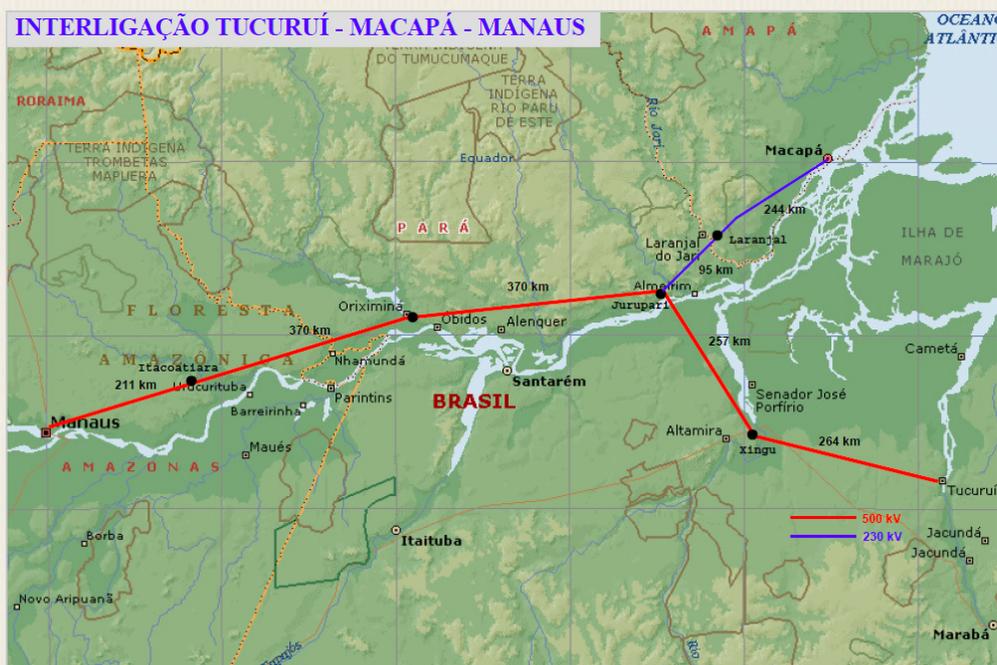


Figura 11 - Interligação energética Tucuruí-Macapá-Manaus

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/obras-e-projetos/linhao-tucuru-i-macapá-manaus>

Para o caso amapaense, novas dinâmicas territoriais deverão ser criadas, pois a conexão com o linhão de Tucuruí ocorrerá pelo sul do estado, onde se encontra o CIJ e onde se constrói a UHE de Santo Antônio, no rio Jari. No rio Araguari, duas UHE estão em construção (Caldeirão e Ferreira Gomes). As quatro UHE no Amapá (Coaracy Nunes, Santo Antônio, Caldeirão e Ferreira Gomes) serão integradas ao sistema nacional. Assim o Estado do Amapá tornar-se-á um exportador de energia ao centro-sul brasileiro, pois as obras de Santo Antônio, Caldeirão e Ferreira Gomes são de responsabilidade de capital privado, que venderão sua produção⁴⁷. Em 2009, a empresa francesa de energia Voltalia⁴⁸ mostrou interesse em investir no rio Oiapoque, mas que até a elaboração destas reflexões, ainda não havia iniciado.

A mais recente articulação de interação entre o platô das Guianas e o Brasil, via Amapá, diz respeito à instalação de uma fibra ótica, para atender a conexão de banda larga de internet. Esta fibra é oriunda dos Estados Unidos, que conecta o Suriname por cabos submarinos, passa pela Guiana Francesa, Amapá, Pará, Maranhão e chegará ao Ceará. Esta conexão para com o resto do país ocorrerá com o linhão de Tucuruí. Neste sentido, este linhão oferece mais uma função: a oferta de infraestrutura para receber fibras óticas para conexão de banda larga com as outras regiões brasileiras.

⁴⁷ A UHE de Ferreira Gomes será gerenciada pela Holding Alupar Investimentos S/A, cuja sede se encontra em São Paulo, com um prazo de concessão de 35 anos. A Alupar foi constituída em 27 de setembro de 2006 sob a denominação social de Alusa Participações S.A. Em 11 de julho de 2007, sua denominação social foi alterada para Alupar Investimento S.A. Atua 11 estados brasileiros, no Chile e na Colômbia. Vide http://www.alupar.com/alupar/web/default_pti.asp?idioma=0&conta=45.

As UHE's de Santo Antônio e Caldeirão serão gerenciados pela empresa EDP Brasil, com sede em São Paulo, sendo que Santo Antônio recebeu um prazo de concessão de 30 anos e Caldeirão, por 35. O Grupo EDP é um operador de referência no setor elétrico e o terceiro maior gerador de energia eólica do mundo. Iniciou suas atividades no Brasil em 1996 e detém investimentos e controla empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica presentes em nove Estados: São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amapá e Pará. Esta empresa atua em 12 países: Brasil, Portugal, Espanha, Polônia, Romênia, França, Bélgica, EUA, Canadá, Reino Unido, China e Itália. Vide <http://www.edp.com.br/Paginas/default.aspx>.

⁴⁸ A empresa Voltalia é uma empresa especializada na produção de eletricidade a partir de energias renováveis que atua na França, na Guiana Francesa, no Brasil e na Grécia. Ela concebe, desenvolve e explora centrais elétricas, apostando no uso das energias alternativas, escolhendo a fonte mais apropriada entre a hidráulica, a eólica, a solar ou a biomassa, para cada projeto. Sua filial no Brasil venceu o leilão A-5, e 20 de dezembro de 2012, para atuar no Ceará e no Rio Grande do Norte. Vide <http://voltalia.com/voltalia/>.

Entender a fronteira amapaense como um híbrido de efeitos barreira/cooperação implica em resgatar a construção do espaço amapaense a partir da década de 1940. Porto (2003) expõe a construção econômica e institucional do Amapá enquanto Território Federal (1943-1988) e a sua estadualização (1988-2000). Para o autor, fica evidente dois aspectos: O Território Federal como “Estado em embrião” e a estadualização assentada em expectativas.

Considerando que a construção histórica, econômica, política, institucional e geográfica do Amapá foi assentada sob a justificativa da defesa⁴⁹ e, também, na segurança⁵⁰, resgata-se, aqui o entendimento de Proença Jr. (2004, p. 108-109), ao interpretar a Defesa Nacional no pensamento brasileiro, sob dois prismas: um sentido estrito e um outro, amplo.

No primeiro enfoque, podem conceber situações em que o uso da força pode ser politicamente necessário e ou desejável. No segundo, inclui as questões relacionadas com o desenvolvimento, em particular; as ameaças de caráter econômico e tecnológico das grandes potências, com a necessidade do redesenho social diante de tendências demográficas; a prioridade para atingir indicadores econômicos promissores, e ainda pela necessidade da vivificação industrial e tecnológica do setor bélico.

Entende-se, aqui, que o “redesenho social diante de tendências demográficas; a prioridade para atingir indicadores econômicos promissores”, segundo Proença Jr. (2004), é um indício que o híbrido barreira/cooperação se constrói na escala local da fronteira. Sendo que no caso amapaense, as interações espaciais⁵¹ entre Oiapoque e Saint-George existem desde o século XIX, quando a região entre os rios Oiapoque e Araguari⁵², no lado brasileiro atuou como uma “zona neutra” entre Brasil e França. Durante todo o século XX, as interações ainda se mantiveram locais (PORTO, 2010a, b e c; SILVA, 2008; 2013). No primeiro decênio do século XXI, essas interações começaram a possuir escala binacional, com ensaios de cooperação e expectativas de integração (SILVA, 2008; 2013; PORTO; SANTOS, 2012).

Assim, redesenha-se a configuração da linde amapaense de relações fronteiriças para interações transfronteiriças com a Guiana Francesa, em uma transição ainda muito lenta. As novas articulações fronteiriças ensaiadas na fronteira amapaense após a década de 1990, tem se construído ainda em processo de interação, embasada em expectativas e na sua construção tardia.

A fronteira amapaense enquanto efeito-cooperação

Abordar o efeito-cooperação no contexto da fronteira amapaense, dois fatores devem ser levados em consideração: o primeiro diz respeito às cooperações militares, quanto ao(s): respeito à decisão do laudo suíço de reconhecimento da fronteira; monitoramento e controle do narcotráfico; monitoramento de garimpeiros brasileiros atuando ilegalmente em espaço guianense; e de ações conjuntas de treinamentos militares na fronteira Amapá-Guiana Francesa. O segundo diz respeito às cooperações institucionais civis, quando essas cooperações visam a articulação no mínimo binacional, envolvendo ações socioeconômicas integradas, conjuntas, assentadas em acordos jurídicos pertinentes nas zonas de fronteira.

Essas cooperações corroborarão para a superação de atos fronteiriços para ações transfronteiriças, cujos reflexos nos usos do território assumirão formas que variarão segundo as dinâmicas territoriais embasadas no grau de permeabilidade dos limites, no peso da política nacional, nos acordos diplomáticos e nas iniciativas regionais.

⁴⁹ Segundo Delgado (2004, p. 160-161), defesa “é meio ou método de proteção; capacidade de resistir a ataque; equipamento ou estrutura de proteção; complexo industrial que autoriza e supervisiona a produção e a aquisição de armamentos e demais recursos militares”.

⁵⁰ Segundo Delgado (2004, p. 160), segurança, “(...) é o dever do Estado de criar condições para que o indivíduo possa viver em comunidade livre de ameaças, em liberdade e bem estar; é um estado em que a satisfação de necessidade e desejo está garantida pelo caráter daquilo que é firme ou daquele com quem se pode contar ou a quem se pode confiar inteiramente; a tranquilidade que dela resulta é a situação em que não há nada a temer”. Silveira (2004, p. 169), por sua vez, entende que segurança “não se restringe apenas à garantia de liberdade, de propriedade, de locomoção e de proteção contra o crime, mas, também, de outras necessidades básicas do indivíduo e da coletividade para atingir o referido bem-estar, como saúde, educação, moradia, alimentação, emprego, lazer, respeito e outros valores”.

⁵¹ As interações espaciais se referem a um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico (CORRÊA, 1996).

⁵² Vários autores expõe as interações espaciais na fronteira Brasil-França, dentre os quais destacam-se: Reis (1949; 1993); Flamarion (1984); Soares (1995); Romani (2002); Arouck (2002); Pinto (2011); Porto e Santos, (2012); Granger (2012b).

Ao se adotar as 7 etapas para se consolidar uma cooperação transfronteiriça (contato inicial, atração, interação, transação, relacionamento e efetivo sucesso), exposta no capítulo 1, entende-se que, para o caso amapaense, esta se configura como uma fronteira inteirada e não integrada (PORTO, 2010a). Com isso, a fronteira amapaense encontra-se na terceira fase houtuminiama, a interação. Fase esta que apresenta ações transfronteiriças incipientes, ou seja, com “ensaios de cooperação” (PORTO; SANTOS, 2012). Silva (2013), por sua vez, ao analisar as cooperações entre Amapá-Guiana Francesa as identifica como “Proto-cooperações”

Várias obras tem sido escritas visando as relações bilaterais Amapá-Guiana francesa⁵³. Quanto ao uso da expressão “cooperação transfronteiriça”, o seu enquadramento para o caso franco-brasileiro é bastante pertinente a partir das reflexões de mediante a inserção de adjetivos como “ensaios”, “em construção”. Neste sentido, tem-se debatido no meio acadêmico local, pelo Observatório das Fronteiras Amazônicas do Platô das Guianas (OBFron)⁵⁴, que a essa fronteira desde a década de 1990 tem se manifestado pelos novos usos, novas dinâmicas e novos tempos da fronteira.

A RECOMPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO PARA O PLANEJAMENTO DA FRONTEIRA: A REGIÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE

Segundo Foucher (2009, p. 161), uma “região fronteira possui uma função de costura, de trocas, de interações”. Ao se dialogar a condição e a dinâmica fronteiriças com a região fronteira, a partir das funções acima indicadas, evidenciam-se três fatores: o primeiro diz respeito às “costuras” nos mais variados âmbitos sociais e políticos para a formatação do território; o segundo enfatiza as relações econômicas para a construção do território; o terceiro, cria condições de relações para além da fronteira, recompondo o território para o transfronteiriço.

A partir desta diretriz, identificam-se algumas propostas de regionalização do espaço amapaense e que se encaixam em uma região fronteira destinada a este federativo, tais como: Meso e microrregiões (IBGE); pelo Governo do Estado do Amapá: Áreas Prioritárias, Corredor da Biodiversidade, Pólos Regionais Turísticos (2008); Regiões Geo-Econômicas (PORTO, 2003; 2006); Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005); a área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável no Amapá (PDTIS-AMAPÁ); a área de influência da Floresta Estadual de Produção (FLOTA); e a Amazônia Setentrional Amapaense (SANTOS, 2013).

À exceção das regiões pelo Corredor da Biodiversidade e pelas meso e microrregiões, as demais se encaixam na proposta de Foucher. Das propostas citadas, serão abordadas as seguintes: Pólos Regionais Turísticos Amapaenses, a Faixa de Fronteira, o PDITS-Amapá, a Amazônia Setentrional Amapaense e a territorialização do Amapá Produtivo.

O elo de ligação entre essas está na sua origem, pois todas são propostas de órgãos públicos para gestão do espaço, com suas respectivas regionalizações, exceto a última, ao sugerir uma região fronteira para além de uma construção de política pública governamental, busca inserir uma configuração espacial através das articulações de suas redes geográficas, com destaque para os eixos fluviais e rodoviários, sem se esquecer dos espaços institucionalizados, dos seus usos políticos e de suas consequências nos seus usos socioeconômicos.

⁵³ Sobre o assunto, vide: Silva (2008; 2013), Martins (2008); Cerom (2009); Pinto (2011); Porto (2010 a, b e c; 2012); Porto e Santos (2012); Porto, Superti e Silva (2014).

⁵⁴ O Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas localiza-se na Universidade Federal do Amapá e visa analisar as dinâmicas territoriais e o processo de desenvolvimento transfronteiriço da faixa de fronteira da Amazônia Setentrional, com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela. Possui 4 áreas de atuação para suas reflexões e ações técnico-científicas: a) As novas e as velhas fronteiras em contextos de globalização e crise; b) Dinâmicas socioeconômicas e processos de reestruturação do território nos espaços fronteiriços do Platô das Guianas; c) Gestão e políticas públicas transfronteiriças e; d) Política e gestão territoriais transfronteiriços. Vide Porto (2013) e <http://www2.unifap.br/obfron/>.

Pólos regionais turísticos amapaenses

Segundo Porto et. al. (2010) cinco pólos foram indicados pelo Governo do Estado do Amapá em 2008, pela sua Secretaria de Turismo, para se pensar as potencialidades turísticas amapaenses: Castanhais; Tumucumaque; Meio do Mundo; Extremo Norte; e Pororoca (Figura 12).

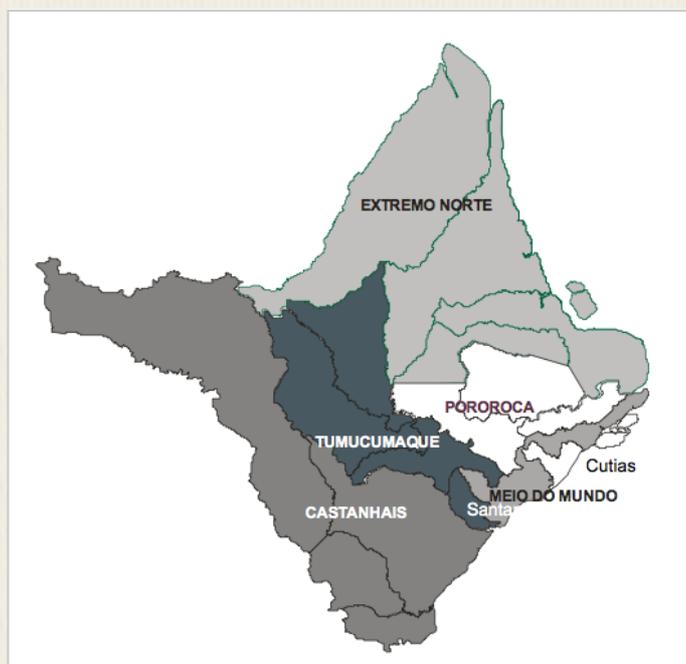


Figura 12 – Pólos Regionais Turísticos Amapaenses
 Fonte: Porto, et. al. (2010).

O Meio do Mundo representa a menor dessas sub-regiões (Quadro 3), porém com maior densidade demográfica (Gráfico 1). Nele se encontra os principais serviços e é, composto somente pela capital amapaense; área de acesso (aeroporto internacional, rodoviária, porto para produtos regionais); melhores condições da rede hoteleira, maior quantidade de agências de turismo; lojas influenciadas pela Área de Livre Comércio; Linha do Equador (fenômeno do equinócio no monumento Marco Zero); universidade e faculdades que discutem o espaço amapaense em diversos cursos de graduação; possui os maiores índices demográficos do total estadual, a maior urbanização, em uma área que corresponde a 4,57% do espaço amapaense. É a sub-região que possui o menor índice de áreas protegidas, com 3,85% de seu espaço.

Pólos Regionais Turísticos Amapaenses	Área (km ²)	População (2013)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Municípios envolvidos
Extremo norte	51.014,5	45.539	0,89	Amapá; Calçoene; Oiapoque; Pracuúba
Castanhais	46.579,5	76.295	1,64	Mazagão; Laranjal do Jari; Vitória do Jari
Meio do Mundo	6.533,1	437.256	66,93	Macapá
Tumucumaque	23.246,4	145.194	6,25	Serra do Navio; Santana; Porto Grande; Pedra Branca do Amapari
Pororoca	15.441,9	30.713	1,99	Tartarugalzinho; Ferreira Gomes; Cutias; Itaubal

Quadro 3 - Área, população, densidade demográfica e municípios envolvidos pelos Pólos Regionais Turísticos Amapaenses.

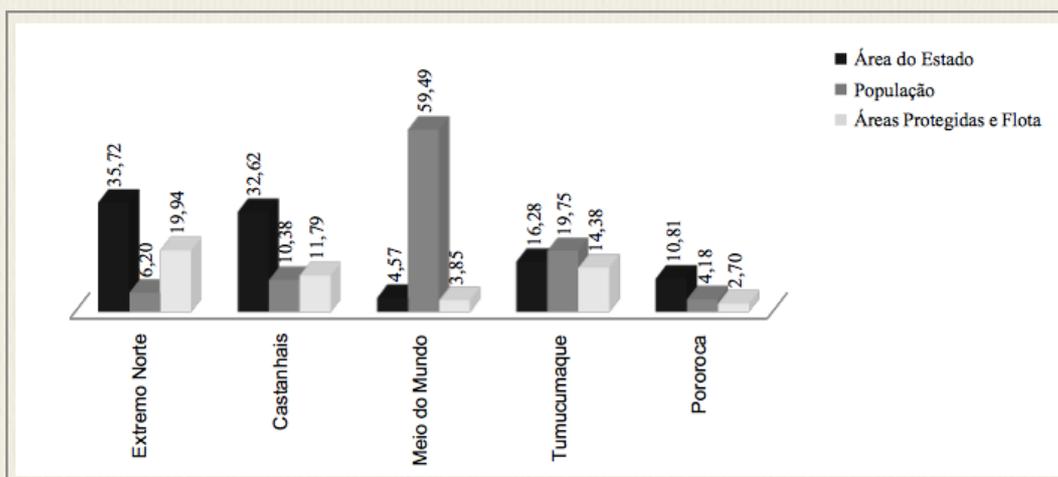


Gráfico 1 - Participação relativa dos Pólos Regionais Turísticos do Estado do Amapá (2013) (%).

O Pólo Pororoca possui esta denominação devido à atuação deste fenômeno na foz do rio Araguari. Ressalte-se, porém que os Municípios de Ferreira Gomes, Tartarugalzinho e Cutias não recebem a influência do fenômeno. Neste ponto, há ainda duas observações: a) O Município Cutias, pela sua localização geográfica (Figura 12) está afastado dos demais, pois o município de Macapá o separa dos outros desta sub-região. Com isso, o seu envolvimento no Pólo Meio do Mundo caracterizado geograficamente. b) sobre a denominação do Pólo, o eixo que traz uma certa unidade é a calha do rio Araguari, que conecta os municípios envolvidos (exceto Cutias). Esta sub-região vem recebendo investimentos do agronegócio, no extrativismo mineral (ferro), na silvicultura e para gerar energia por usinas hidrelétricas (Coaracy Nunes e Ferreira Gomes e Caldeirão). Destaque, também ao rio Araguari com potencial às atividades turísticas com atividades de canoagem, balneários, o fenômeno da Pororoca e a realização de surf no fenômeno, ecoturismo e a instalação dos módulos da Flota.

O Pólo Tumucumaque ocupa 16,28% da área do Estado do Amapá. Ainda considerando a escala estadual, 14,38% são de áreas protegidas (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru, Reserva Indígena Waiãpi) e da Flota, com isso menos de 2% do território deste pólo apresenta-se com em certo grau de espaço de expansão. Contudo, ressalte-se que os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari também integram a faixa de fronteira brasileira, impondo outros tipos de restrição de uso do território, de acordo com as orientações da Lei 6.634/1979. Os municípios envolvidos nasceram sob a influência do setor mineral (manganês, ouro) e a silvicultura para celulose. Chama-se atenção aos seguintes aspectos: a) o Município de Santana poderia ser envolvido pelo Pólo “Meio do Mundo” por dois motivos: seu elevado grau de relação socioeconômica com a capital do Estado; e porque a linha do Equador também passa pela cidade de Santana. Por mais que esta linha imaginária passe por outros municípios, somente nessas duas ele atravessa. b) o Município de Porto Grande poderia ser vinculado ao Pólo Pororoca, pela sua relação com Ferreira Gomes e pela sua localização geográfica às margens do rio Araguari.

O Pólo Castanhais ocupa uma área que corresponde a 32,62% do Estado do Amapá. Ainda na escala estadual, 11,79% possui restrições de seu uso decorrentes da presença de áreas protegidas e da Flota. Com isso, 20,83% apresentam-se como área de expansão. Entretanto, percebe-se que os municípios de Laranjal do Jari também integra a faixa de fronteira brasileira. Possui 10,36% do total da população do Estado (2013). Possui como principais atividades econômicas a exploração de produtos florestais (madeira, castanha do Brasil), silvicultura, a atuação do CIJ (uma fábrica de celulose, uma mina de caulim e uma fábrica de beneficiamento de caulim) (LINS, 2001), a construção da UHE de Santo Antônio e por onde chegará o linhão de Tucuruí, integrando o sistema elétrico isolado do Amapá à rede nacional. Acrescente-se, também, a presença de áreas protegidas, que ocupa 73,11% de seu espaço, contribuindo para que este se apresente como o mais protegido por demarcações institucionais.

O Pólo Extremo Norte ocupa uma área que corresponde a 35,72% do Estado. Na escala estadual, 19,94% possui restrições de seu uso decorrentes da presença de áreas protegidas e da Flota. Com isso, 15,73% apresentam-se como área de expansão. Por

outro lado, todos os seus municípios integram a faixa de fronteira brasileira. Possui a menor densidade demográfica (0,89 hab./km²). Sua economia se baseia no extrativismo mineral, pecuária e na pesca. Com a construção da ponte binacional Brasil/França (via Guiana Francesa), ligando Oiapoque a Saint-George, estima-se que maior fluxo de migrantes e turistas (principalmente de brasileiros que moram na Guiana Francesa). Se for acrescida a pavimentação da rodovia BR-156, que atravessa o Estado do Amapá de Norte a Sul, Laranjal do Jari/Oiapoque, aquela ponte também estimulará a comercialização internacional via porto de Santana. Este possui condições de receber navios de grande calado (PORTO, 2006).

Faixa de fronteira

Segundo Brasil (2005) a Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Essa faixa possui 588 municípios e que apresentam situação geográfica distinta em relação à linha de fronteira. Há dois grupos de municípios na Faixa: os lindeiros e os não-lindeiros.

No primeiro grupo três modelos se destacam: a) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional; b) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional; e c) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da Faixa de Fronteira. Para o grupo dos municípios não-lindeiros, ou seja, na retaguarda da faixa pode ser dividido em dois subgrupos: a) aqueles com sede na Faixa de Fronteira; e b) aqueles com sede fora da Faixa de Fronteira.

Há três grandes Arcos na Faixa de Fronteira: o Arco Norte, Arco Central e o Arco Sul. O primeiro abrange a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. Esta faixa constitui um “arco indígena”, tanto do ponto de vista do território (presença de grandes áreas de reserva) como da identidade territorial; e apresenta seis sub-regiões, são elas: (I) Oiapoque-Tumucumaque; (II) Campos do Rio Branco; (III) Parima-Alto Rio Negro; (IV) Alto Solimões; (V) Alto Juruá; (VI) Vale do Acre-Alto Purus. (BRASIL, 2005),

Para o caso amapaense, oito municípios integram a faixa: Oiapoque, Laranjal do Jari, Amapá, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Calçoene, Pracuúba e Ferreira Gomes. Desses, somente o primeiro possui sede localizada no limite internacional; o segundo possui o seu território na divisa com o país vizinho, porém sua sede não se situa no limite internacional; os demais são municípios não-lindeiros com sede na Faixa de Fronteira (Figura 13). Embora o Estado do Amapá seja um estado fronteiriço, esta proposta não envolve todos os seus municípios.

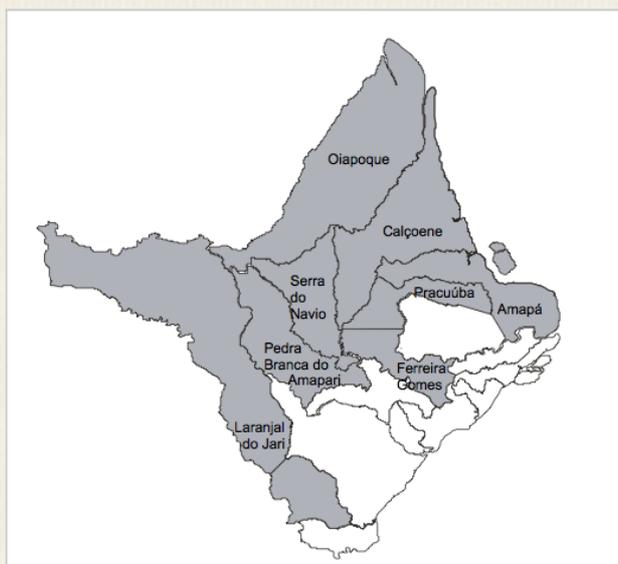


Figura 13 - Municípios Amapaenses da Faixa de Fronteira

Fonte: Porto, et. al. (2010).

Os municípios envolvidos na faixa de fronteira amapaense ocupam 73,01% do espaço do Estado do Amapá; detêm 15,46% da população estadual; uma densidade demográfica inferior a 9 hab./Km²; 54,89% de seu território é composto por unidades de conservação, 7,68% e terras indígenas e; 20,10% integram a Flota, totalizando 82,67% com restrições de uso do território. Ao acompanhar as orientações da Lei 6.634/1979, outros tipos de restrições são indicados no uso deste território. Nesta faixa encontram-se as principais e maiores áreas protegidas instaladas e da Flota (com atenção especial ao seu módulo 4 integrando a esta faixa), afetando de sobre maneira a área de cada município no contexto estadual, principalmente de Pedra Branca, Laranjal do Jari, Serra do Navio, e Oiapoque (Gráfico 2).

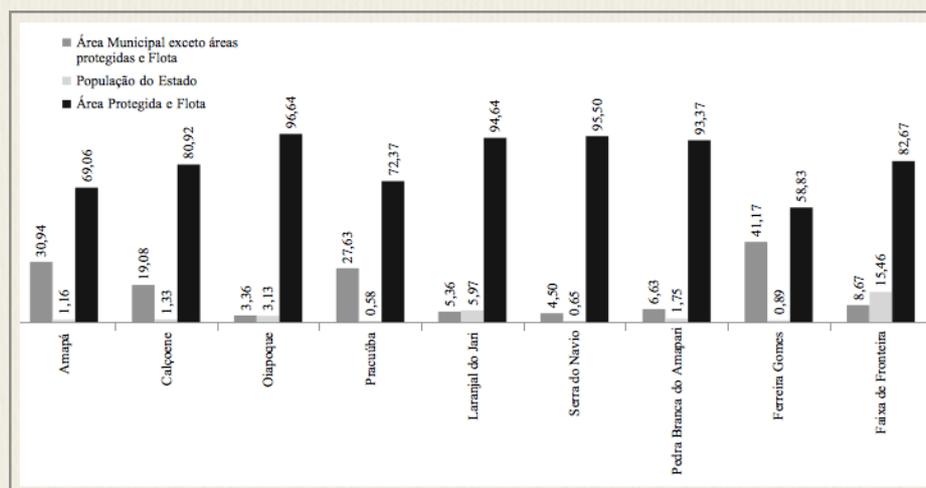


Gráfico 2 - Participação relativa espacial da Faixa de Fronteira no Estado do Amapá (2013)

Regionalização do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Maracá-Cunani (PDTIS-AMAPÁ)

Segundo o Termo de Referência para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Maracá-Cunani, no Estado do Amapá, a sua área de abrangência não envolve todos os municípios amapaenses. Os abrangidos são: de Macapá (capital e portal de entrada aeroviário), Santana (portal de entrada portuária), Mazagão (onde se encontra Mazagão velho e Maracá), Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque (fronteira internacional – portal das Guianas) e os atrativos turísticos complementares (Montanhas do Tumucumaque) no município de Serra do Navio e em Cutias do Araguari (Pororoca) (Figura 14), ocupando 99.973 de km², com uma população de 664.612 (2013), com uma densidade demográfica de 7,36 hab./km². Exclui Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

A delimitação desta área visa orientar os programas, projetos e investimentos para a consolidação deste Pólo para os mercados nacional e internacional, em curto e médio prazo, otimizando os esforços já existentes por parte do Governo do Estado, e o outros parceiros para difusão da marca (Maracá-Cunani).

Toda a região da Área Turística Maracá-Cunani (ATMC) representa grande potencial para o turismo, principalmente o ecoturismo. Nesta região há municípios envolvidos por áreas protegidas (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; do Parque Nacional do Cabo Orange; das Terras indígenas Uaçá, Juminá e Galibi; das Reservas Biológicas do Lago Piratuba e de Maracá-Jipioca; da Reserva Extrativista do Cajari), correspondendo a 37% de seu território; da Região de lagos; da área de ocorrência da pororoca na foz do Rio Araguari, e as pequenas comunidades de pescadores. Envolve, também 9 dos 10 municípios integrantes da Flota, sendo Pedra Branca do Amapari não inserido nesta regionalização.

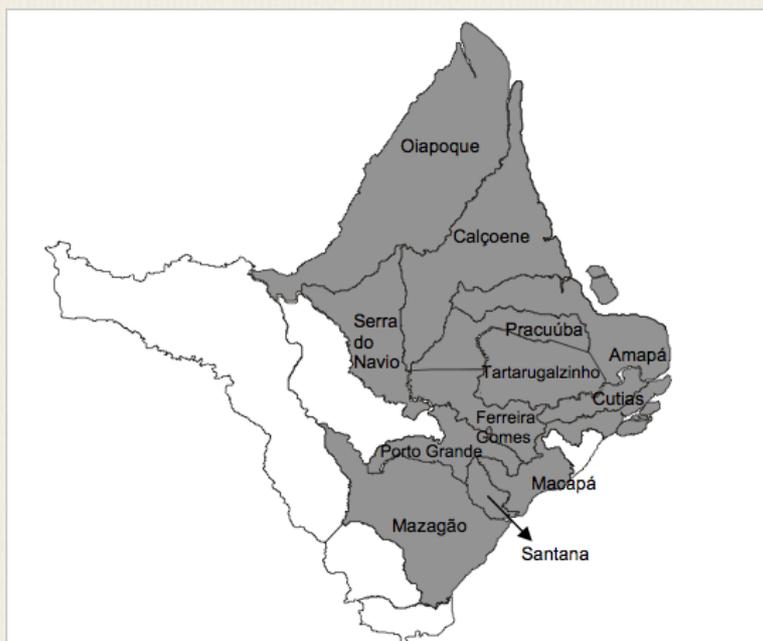


Figura 14 - Região de abrangência da Área Turística Maracá-Cunani.
 Fonte: Porto, et. al. (2010).

Semelhante à proposta da regionalização da faixa de fronteira, esta proposta também não envolve todos os municípios amapaenses.

Floresta Estadual de Produção (FLOTA)

A Floresta Estadual do Amapá, criada pela lei estadual no 1.028 de 12 de julho de 2006, envolve 10 dos 16 municípios amapaenses. São eles: Mazagão, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque (Figura 15). Ocupa 15,25% do Estado do Amapá, e possui um impacto na gestão território dos municípios envolvidos (vide Tabela 1). Porto Grande e Calçoene, por exemplo, são envolvidos por 40,45% e 39,35% respectivamente pela Flota.

É composto por 4 módulos. O primeiro possui uma extensão de 3.104,8 km² e abrange os municípios de Serra do Navio e de Pedra Branca do Amapari. O segundo possui 3.420,1 km² e envolve os municípios de Pedra Branca e de Porto Grande. O terceiro detém uma extensão de 7.429,6 km², nos municípios de Pedra Branca, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá e Calçoene. O quarto possui a 9.739,6 km² e abrange os municípios de Calçoene e Oiapoque. Percebe-se, então uma sobreposição de influência, em proporções diferentes, de módulos no território municipais de Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Calçoene, com destaque ao primeiro envolvido em 3 módulos.

Segundo a norma que dispõe sobre a Flota, esta é sujeita ao regime de Unidades de Uso Sustentável estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e visa o uso sustentável, mediante a exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Em 2013, o Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF/AP) publicou o pré-edital de concessão florestal do Lote-1 da Flota. Este pré-edital disponibiliza para licitação mais de 146.989,11 hectares de florestas, distribuídos em três Unidades de Manejo Florestal.

Embora seja interpretada como unidade de conservação, como um espaço de gestão territorial, possui também características para uma regionalização do estado do Amapá à medida que o subdivide em módulos; identifica conjuntos municipais para cada módulo; define juridicamente sua área de influência como base territorial; e indica orientações para o uso do

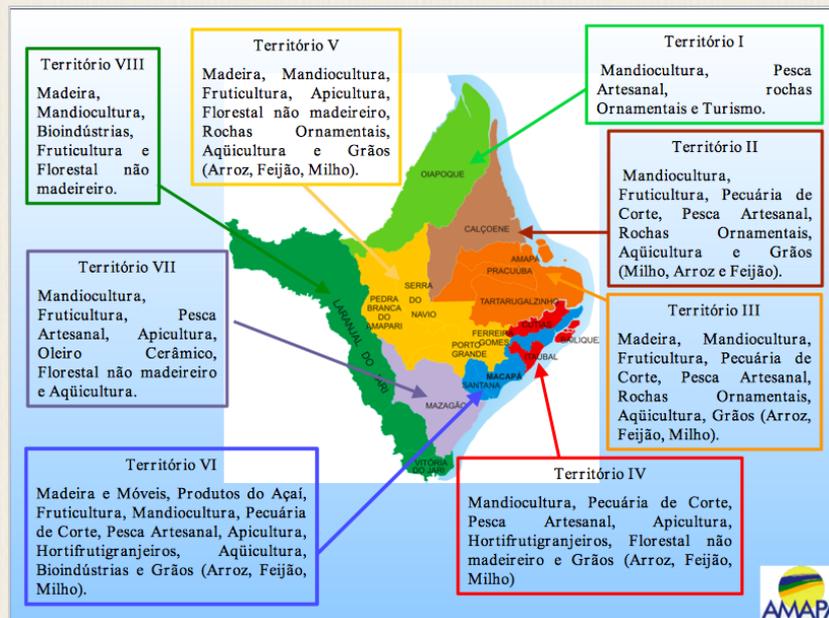


Figura 16 - Territorialização do Amapá Produtivo.

Amazônia setentrional amapaense

Proposta sugerida pelo geógrafo Emmanuel Raimundo da Costa Santos (2013), em sua tese doutoral. Ao contrário das anteriores, que foram sugestões destinadas para o planejamento político-territorial, nesta o autor mostra que a partir de 1960 a dinâmica socioeconômica na Amazônia brasileira se intensificou e as diferenciações internas de seu espaço geográfico se tornaram mais visíveis, identificando a existência de várias “Amazônias”, com particularidades sub-regionais. A partir do entendimento dessas “Amazônias”, sugere uma regionalização e sub-regionalizações que denominou de Amazônia Setentrional Amapaense (ASA) (Figura 17), mediante sua configuração espacial através das articulações de suas redes geográficas, com destaque para os eixos fluviiais e rodoviários.

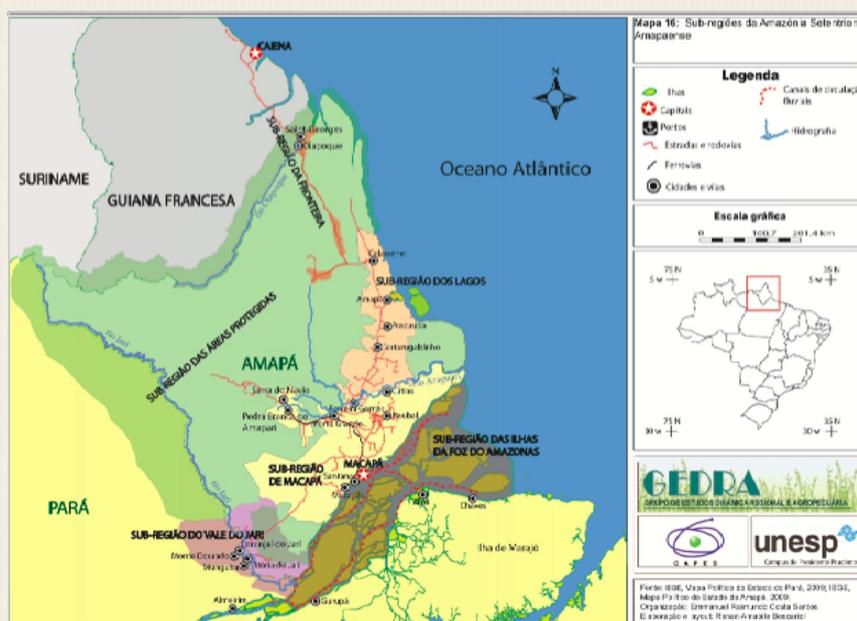


Figura 17 – Região da Amazônia Setentrional Amapaense.

Fonte: Santos (2013).

Por essa regionalização, o autor repensa a fronteira brasileira com a Guiana Francesa, envolvendo fatores geográficos, redes econômicas, particularidades históricas, políticas públicas e ao uso do território. Consolidando o entendimento da recomposição territorial da fronteira. Com isso, o autor indica a seguinte sub-regionalização: “Mundo das águas”, “das Ilhas da foz do Amazonas”, “de Macapá”, “dos lagos”, “de fronteira”, “do Vale do Jari” e “das Áreas Protegidas”.



A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE: CONSTRUÇÕES DE UMA FRONTEIRA TARDIA

Ao se adotar o pensamento miltoniano (1996) no que diz respeito ao uso da fronteira como sistemas de objetos que condiciona a forma como se dão as ações e a condição fronteiriça como sistema de ações, que leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes; como também há uma idade do lugar como materialidade artificial, que indica a linde amapaense como uma fronteira tardia, entende-se que esta fronteira tardia é decorrente de uma construção externa, onde as ações estimulam os objetos técnicos, formando e transformando os “espaços derivados” miltoniano⁵⁵, da materialidade artificial e que os sistemas de objetos e de normas existentes não são suficientes para atender as novas dinâmicas territoriais, mas que exige a criação de novas normas e estruturas físicas que visam estabelecer critérios para o (des)(re)uso ou o não uso do território; e, também, apresenta-se como um sistema híbrido dos circuitos superior e inferior da economia.

Mello (1998) afirma que o Brasil possui um capitalismo tardio. Carvalho (1999), insere a Amazônia nesta discussão e indica-a como um capitalismo tardio periférico. O caso amapaense, Porto tem trabalhado em várias ocasiões como um capitalismo tardio periférico da periferia, ao analisar a construção de suas relações econômicas após a década de 1940, sendo que a fronteira setentrional amapaense, a partir de Macapá, foi conectada via rodoviária somente após a década de 1980, mas com Caiena, em 2004. Quanto à fronteira ocidental amapaense, esta não é conectada integralmente, pois inexistem vias de fluidez à linha de fronteira semelhante à anterior.

Grimson (2003, p. 17), analisa as fronteiras como “os regimes de movimentos materiais e simbólicos que através delas incluem uma série de relações econômicas, políticas, sociais e culturais”. Porém, seus sentidos são decorrentes da conjunção dos seguintes elementos formadores: território: população, regimes de fluxos e de outras relações socio-históricas. Neste sentido, “a fronteira nunca é um dado fixo, mas um objeto inacabado e instável. Um objeto disputado de diversas formas. Um objeto que como produtos histórico de ação humana pode ser e é, reestruturado e resignificado”.

A partir deste foco, adota-se, aqui, o pensamento de Grimson (2003) e de Foucher (2009) e insere no debate o que Adriana Dorfman chamou de “condição fronteiriça”⁵⁶. Dorfman (2013) apresenta a condição fronteiriça como

um *savoir passer* [saber passar] adquirido pelos habitantes da fronteira, acostumados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, linguísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora o cerceamento de trânsito ou direitos. (...) Evidentemente, deve-se duvidar de uma condição fronteiriça universal, haja vista a variedade de relações que podem existir entre os fronteiriços e o território estatal a sua frente e as suas costas: o que temos idealizado aqui diz respeito à fronteira viva e vivida.

A construção histórica, social, econômica e politicamente estabelecidas pelas suas relações locais (como espaço vivo e vivido) e externas (como espaço relacional) para a construção desta condição, corrobora com a tese de fronteira como um produto historicamente construído, reestruturado e resignificado. Com isso, a condição fronteiriça é constantemente (re)inventada. Ou seja, a cada momento histórico é refeita, é recomposta, por ser social e politicamente estabelecidas, como um espaço de diálogo e/ou de conflitos.

Quais seriam as características da condição fronteiriça? A partir das obras de Porto (2010a, b, c; 2011 e 2013) identificam-se contextos territoriais que permitam a construção de um perfil de comportamentos sociais, culturais, econômicos e políticos capazes de (des)(re)construir os usos do território fronteiriço, tais como: possibilitar conflitos entre o tradicional e o moderno; garantir ações para a (des)(re)organização espacial e não estipula atos para a sua execução; apresenta-se como um lócus de

⁵⁵ Segundo Pereira (2010), os espaços derivados são “aqueles onde os processos de modernização e transformação regionais estão diretamente relacionados a anseios externos, às demandas longínquas”.

⁵⁶ Esta categoria foi apresentada em uma mesa redonda do XII Encuentro de Geógrafos Latino Americano, em Montevideu (2009) por Adriana Dorfman. Em 2013, a autora resgata a categoria e compara os casos riograndense e amapaense.

oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território e; as novas modalidades deste uso, dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais.

Com essas características, percebe-se que o contato existente na fronteira entre o local e o internacional impõe um dinamismo próprio a este espaço; exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, mas que são executadas devido a diversos interesses que esses atores se disponibilizam a executar ou conquistar. Os conflitos legais necessariamente indica a ilegalidade de ações, mas, em muitos casos, na inexistência de um arcabouço de normas direcionadas seja às especificidades locais que a fronteira possui, seja às relações diplomáticas de um espaço ainda com manifestações de efeito-barreira.

Neste rumo, a condição fronteira amapaense está diretamente ligada aos movimentos de (des)(re)construção e (des)(re)territorialização; à grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização; à criação/construção de próteses dos mais variados modelos; à existência, configuração e intensidade de articulação das redes existente, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; às expectativas de integração com a Guiana Francesa; às suas restrições espaciais e; sua posição na economia-mundo como fornecedora de *commodities* e consumidora de produtos industrializados.

Quanto à construção da condição fronteira amapaense é embasada em três fatores: enquanto resultado de efeito-barreira; enquanto construção de efeito-cooperação e; enquanto integrado à na economia-mundo.

O primeiro fator expõe a construção histórica e geopolítica expansionista do período colonial e dos reflexos de tratados na Europa que afetassem as fronteiras francesas trabalhadas no capítulo 3. Contudo, embora as barreiras diplomáticas ocorressem, relações econômicas e sociais locais no Platô das Guianas eram exercidas. Romani (2002) e Reis (1993) relatam as interações sociais e econômicas no norte amapaense e a Guiana Francesa no século XIX.

O segundo, retrata os ensaios recentes de cooperação em construção entre Amapá e Guiana Francesa. A construção desta cooperação, por enquanto é estimulada pela integração física entre esses espaços mediante a construção e pavimentação rodoviária Macapá/Caiena; a construção da ponte binacional no rio Oiapoque; a ampliação do sistema portuário de Santana (Amapá/Brasil) e; a construção institucional de relações de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa.

O terceiro, diz respeito às funções do Amapá e da Guiana Francesa na economia-mundo; em como esses territórios se envolvem nas relações econômicas mundiais; as orientações para a formação e formatação desses territórios são de origem externa, a exemplo das ações de empresas internacionais que exploram seus recursos naturais ali instaladas, da grande magnitude do Estado em ambos territórios; à inserção da Guiana Francesa nas políticas da França e União Européia, como Departamento Ultramarino e Ultraperiferia, respectivamente; à inserção da Estação Espacial de Kourou, como um centro de altíssima tecnologia da União Europeia; ao posicionamento geográfico na foz do rio Amazonas e no ambiente amazônico, cujo potencial biodiverso é elevada a enésima potência quando inserida técnica e tecnologia ao seu uso e exploração.

Com esses fatores, a condição fronteira amapaense tem se apresentado como resultados:

- de orientações externas e transoceânicas quanto à sua função territorial, enquanto fornecedor de *commodities* e enquanto vizinho (e subutilizado) de um espaço inserido em investimentos de altíssima tecnologia que extrapolam os interesses locais;
- das tensões e contradições multiescalares existentes entre a realidade local-regional;
- do exercício da soberania dos Estados nacionais, profundamente permeadas por sistemas econômicos e redes geográficas das mais variadas;
- de acordos formais dos territórios estatais próximos fisicamente e informais pela população instalada e interagida;
- de uma fronteira porosa, permeável, onde a população, mercadorias, drogas, ouro circulam sem o controle e a fiscalização do Estado;
- de acordos formais internacionais que envolvem: soberania (reconhecimento de fronteiras), meio ambiente (criação de unidades de conservação), e construção de novas cooperações internacionais de cunho socioeconômico que visam ações integradas; e
- da recente necessidade de se construir políticas territoriais conjuntas e solidárias entre Amapá e Guiana Francesa.

Neste sentido, a fronteira amapaense por um lado, é considerada na escala nacional como periférica, mas também é extremamente estratégica na internacional, pois, sobre esta última condição, se articula com um membro integrante da União Européia (Guiana Francesa) e possui matérias-primas de elevado interesse mundial: Minérios, alimentos, biodiversidade, água potável e; mais recentemente, oferta de serviços ambientais (2008) com lançamento de edital de exploração madeireira na Flota (2014); a descoberta e intenção de exploração de petróleo na plataforma continental em frente à costa amapaense, em 2013.

Após as reflexões até agora aqui executadas sobre a fronteira, propõe-se que a fronteira amapaense se apresenta como uma fronteira tardia, mediante aos seguintes fatores:

- a sua articulação em um mundo globalizado em rede, encadeado com outros macrossistemas já existentes e em construção. No lado brasileiro teve o seguinte comportamento: iniciada na década de 1970, com a construção da rodovia BR-156, concluída na década de 1980, reinício de sua pavimentação de 500 km no primeiro decênio do século XXI (até 2013, esta pavimentação não havia sido concluída). No lado da Guiana Francesa: A Rodovia Caiena-Saint-Georges foi iniciada em 1998, inaugurada no final de 2003 e aberta em 2004, quando foi inaugurada a ponte de Reginá, no rio Approuage, permitindo a ligação Caiena-Saint-Georges sem interrupção. A conexão entre as rodovias brasileira e guianense ocorre na Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, que foram concluídas em junho de 2011. Mas até 2013, a obra não havia sido inaugurada e seu trânsito não estava disponível⁵⁷.
- as articulações mundiais foram afetadas por uma série de crises econômicas (eminentemente financeiras) após a década de 1980 (HARVEY, 2008). Essas crises afetaram as dinâmicas e políticas territoriais dos ex-Territórios Federais, na sua estadualização (PORTO, 2003) e nas suas dinâmica e configuração econômicas;
- a inexistência de orientações legais, por vezes diplomáticas, envolvendo os dois lados da fronteira, embora haja articulações econômicas locais;
- a necessidade de constantes ajustes espaciais de diversas espécies e categorias (PORTO et. al., 2007), reforçando o posicionamento de Becker (1983, p. 17) ao relatar sobre o papel mediador do Estado entre os interesses nacionais e o espaço mundial;
- as construções de propostas de elevados investimentos em infraestrutura após a década de 1990, a exemplo do que ocorreu na América do Sul pelo IIRSA e do INTERREG IV – PO Amazonie (PORTO; SANTOS, 2012; SANTOS, 2013);
- as suas relações, são pensadas e legisladas à distância, cuja construção e articulações primam para atender o externo. Embora seja um espaço de oportunidades, de tolerâncias, flexibilidades e mobilidades, não objetivam atender o local (PORTO, 2010a), reforçando o posicionamento de Becker (1983, p. 18) ao observar que o espaço não possui identidade própria.
- a forte participação de capital estrangeiro na exploração de seus recursos naturais após a década de 1950;
- a sua inserção do comércio internacional, como vitrine de produtos na criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana⁵⁸ (1992) e da Zona Franca de Santana (2008);
- Possui cerca de 70% de seu espaço com algum grau de restrição de uso a partir do primeiro decênio do século XXI⁵⁹;

⁵⁷ Até a elaboração desta tese, a travessia de automóveis da Guiana Francesa ao Brasil era feita por balsas. Contudo, a recíproca não ocorria. Não havia circulação de carros brasileiros na Guiana Francesa por dois motivos: a) os veículos brasileiros não são adequados às exigências legais francesas quanto ao controle ambiental; b) O preço da gasolina na Guiana Francesa é maior que no Brasil. Em 2012, este combustível custava aproximadamente R\$ 5,00 em Caiena; em Macapá, R\$ 2,80. À título de comparação, o litro de gasolina em Santa Helena (Venezuela) era de R\$ 0,14 no mesmo período.

⁵⁸ A ALCMS representou a possibilidade, da “abertura de um leque de oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais constantes do Decreto n. 517 de 1992, que regulamentou a ALCMS” (SILVA; PORTO, 2005, p. 4-5).

⁵⁹ Sobre esses espaços, observa-se que há a ocorrência de fatores limitantes de uso do espaço, pois tira as terras do mercado, mas não seus recursos naturais. Uma consequência dessas restrições de uso, é a macrocefalia urbana do eixo Macapá-Santana, pois não resta alternativa à população que não seja a ocupação da periferia urbana dessas cidades, onde se localizam os principais serviços urbanos do estado (PORTO et.al., 2009); Outra consequência diz respeito à gestão de terras. Enquanto terras federais, não há como gerí-las nas escalas estadual e municipal. Considerando que mais de 80% das terras amapaenses são federais (Sob a jurisdição do INCRA, IBAMA, FUNAI), a regularização fundiária é inviável, a menos que haja pactuação institucional entre entes federal e estadual sobre o assunto. Isto é um dos fatores que explicam as ocupações irregulares em seu espaço. Esta configuração territorial é um dos conflitos no que diz respeito à criação da Floresta Estadual no Amapá.

- as expectativas da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal brasileiro e sua articulação com os planos da IIRSA⁶⁰;
- a construção não dialogada de CT&I entre Amapá-Guiana Francesa até 2011, porém com ensaios de cooperação sendo elaborados.
- as (re)articulações econômicas e culturais com a Guiana Francesa, estimuladas pela pavimentação da rodovia BR- 156 e a construção da ponte binacional entre Oiapoque (BR) e Saint-George (GF) e;
- a construção de novas políticas de relacionamento Brasil/França, bem como seus reflexos nos demais países localizados no norte da América do Sul.

Segundo Eliane Superti, em entrevista (2013), a (des)construção territorial de espaços fronteiriços não podem prescindir das ações do Estado como ator determinante para promoção de processos de ordenamento territorial, reestruturação produtiva, espacial, exploração de novos mercados, e integração nacional e internacional. Bem como, assume posições fortemente geopolíticas que visam a ocupação territorial para a defesa das fronteiras nacionais e possibilita formas de ampliar a utilização das riquezas naturais para incremento da acumulação capitalista.

Porto (2013) expõe que esses investimentos ocorreram após a década de 1940 e que estimularam reestruturações territoriais no Amapá (com redelimitações municipais e redefinições de uso econômico territoriais); criaram-se diretrizes políticas e administrativas, infra-estruturas e incentivos para o desenvolvimento de atividades econômicas (pelo Governo Federal), enfatizando o setor do extrativismo mineral.

Com isso, a configuração espacial amapaense deu-se mediante à instalação de próteses, as quais foram histórica, cultural, política e economicamente construídas. Essas próteses só podem ser entendidas mediante a sua inserção na dinâmica de ajustes espaciais que, no caso amapaense, foram implantados e estimulados pelo uso de redes e a sua mobilidade, os quais foram estimulados pela instalação de sistemas de engenharia (estradas, ferrovias, hidrelétrica, porto) e redes de próteses tecnológicas neste espaço.

Um aspecto fundamental para a segurança e economia brasileira diz respeito à segurança biológica na faixa de fronteira⁶¹, onde o movimento de organismos nocivos e/ou de espécies exóticas pelo comércio ou pelas relações sociais locais e informais podem afetar investimentos econômicos de alimentos (frutas, verduras) pelo transporte desses organismos. Lemos et. al (2011) e Silva et. al. (2011) relatam ações de prevenção de introdução de pragas é através do controle do trânsito de hospedeiros espécies exóticas invasoras. Esses autores registram que o Ministério do Meio Ambiente já identificou 155 dessas espécies que afetam o sistema produtivo Brasileiro e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento alerta que existem outras 490 espécies de praga de importância quarentenária.

Considerando a porosidade das fronteiras na Amazônia, onde a circulação de pessoas e de mercadorias não é controlada, e a necessidade da segurança biológica aos produtos alimentícios brasileiros, um grupo de pesquisadores da Embrapa elaborou a Rede Amazônica de Pesquisa sobre a Mosca-das-Frutas. As moscas-das-frutas estão entre as principais pragas da fruticultura mundial, influenciando negativamente a comercialização no mercado externo, principalmente para países onde estas pragas não ocorrem⁶².

Para o caso amapaense, a principal espécie a ser controlada é a mosca-da-carambola (*Bactrocera carambolae*) (Diptera: Tephritidae) é uma espécie exótica de mosca-das-frutas de importância quarentenária. Segundo Lemos et. al (2011), esta espécie é originária da Indonésia, Malásia e Tailândia, foi introduzida na América do Sul, provavelmente via Suriname, em 1975. O relato da detecção inicial desta praga na Guiana Francesa ocorreu em 1989. No Brasil, após o levantamento de verificação no estado do Amapá, foram capturados exemplares em março de 1996, na Vila de Clevelândia do Norte, município de Oiapoque. Em 2007, apareceu no limite entre os estados do Pará e Amapá.

⁶⁰ Sobre este assunto, vide: Castro; Porto (2007); Porto; Superti; Silva (2013); Silva e Rückert, (2005); Silva (2008; 2013); Superti (2011).

⁶¹ Segundo Lemos et. al. (2011, p. 120), “a segurança biológica na faixa de fronteira visa instrumentalizar a gestão dessas áreas com atividades preventivas e coercitivas relacionadas aos riscos da introdução e dispersão de toxinas, enfermidades e pragas de animais e vegetais que possam provocar a erosão da biodiversidade, conduzindo a perdas de recursos genéticos e/ou biológicos (...)”.

⁶² Sobre o assunto, vide Silva et. al. (2011).

Lemos et. al (2011) registram algumas das repercussões da sua introdução no país, ei-las:

- Esta espécie pode atacar mais de 100 espécies fruteiras;
- é considerada praga de grande expressão econômica para países exportadores de frutas, especialmente em virtude de restrições quarentenárias impostas por países importadores que não possuem a praga em seus territórios;
- constitui-se em problema fitossanitário de extrema relevância, já que sua simples presença em áreas de produção pode levar a perda de importantes mercados importadores;
- Existe ainda a possibilidade de danos ambientais relacionados, por exemplo, ao ataque da praga a espécies vegetais nativas;
- a implicação social que a dispersão da mosca-da-carambola pode causar em regiões de produção comercial de frutíferas.

Neste sentido, a fronteira como controle à invasão de espécies que afetam dinâmicas socioeconômicas, com barreiras fitossanitárias, inserem o Amapá nas políticas estratégicas do país.

Conforme dito anteriormente, a atuação do Governo Federal foi de fundamental importância ao se apresentar como centralizador das decisões, planejador, legislador e executor de propostas de crescimento econômico no Territórios Federais e se mantém até a hoje. Foram essas atuações e investimentos da União que estimularam o uso do seu território fronteiriço Amapá-Guiana Francesa, seja para se pensar as políticas públicas⁶³, seja para se estimular o investimento de recursos privados externos, porém com aval do setor público.

Segundo Couto e Porto (2006), as ações do capital internacional e os ajustes para sua sua seu funcionamento e reprodução, é explicado por Harvey (2005, p. 118) ao demonstrar que “nas novas regiões, a superacumulação de capital exige um ajuste espacial, talvez mesmo à custa do capital nas regiões antigas”. Tal condição é vista na atuação da empresa Bethlehem Steel Company que representava o interesse norte-americano em relação ao manganês da Serra do Navio, pela sua representante, ICOMI.

Para Couto et. al. (2006, p. 11) a dinâmica dos ajustes espaciais ocorrida no Amapá foram implantados e estimulados pelo uso de redes e pela sua mobilidade no espaço amapaense, os quais foram estimulados pela instalação de sistemas de engenharia e redes de próteses tecnológicas neste espaço. Esses seriam responsáveis pela criação de um cenário propício apenas à exploração e não ao desenvolvimento que condenou o Amapá a ser apenas um grande negócio (não havendo o interesse de desfazê-lo) mantendo seu atraso em relação aos outros estados da federação. Por outro lado, essa dinâmica está diretamente ligada aos movimentos de criação destruidora que se manifestaram pela atuação desses fatores e suas influências sobre a expansão e mobilidade informacional no espaço amapaense.

Esses autores também esclarecem que a construção de uma rede de sistemas de engenharia após a década de 1950 e a inserção da energia hidrelétrica após a década de 1970, com elevada participação do Estado nas obras, possibilitou a criação de condições para a manifestação de ajustes espaciais. Com a criação da rede de próteses, tornou-se possível a inclusão de sistemas de engenharia, cujo processo de construção estimulou não somente o processo de migração, mas também a diversificação das atividades produtivas⁶⁴, principalmente na exploração mineral, com elevada participação do capital internacional. Com a instalação dessas próteses, ajustes deveriam ser realizados para o melhor funcionamento e atuação daquelas.

Com a configuração das redes informacionais no espaço amapaense, ocasionadas pela ação dos fixos e fluxos, este espaço passa por uma nova configuração territorial, seja esta ocasionada pelo ganho de próteses tecnológicas ou pelas construções de redes de circulação e comunicação os quais são modeladores do território.

⁶³ Um dos principais reflexos da grande atuação das políticas públicas para a construção do espaço amapaense, diz respeito ao que Chelala (2008) denominou de magnitude do Estado, onde as relações econômicas internas amapaenses, as constantes redefinições políticas locais e as propostas de gestão do seu espaço, seja com Território Federal, seja como Estado, tiveram grande participação do poder do Estado nas determinações e execuções sobre o território amapaense. Porto (2003), por sua vez, expõe que as principais atividades econômicas executadas no espaço amapaense foram transformadas em diplomas legais (Decretos ou Decretos-lei), cujo final do texto orienta para o “cumpra-se”. Ou seja, houve uma decretização do desenvolvimento e não a sua efetivação.

⁶⁴ Sobre a atuação do capital internacional no Amapá, vide Porto (2003); Silva e Porto (2005); Porto et. al. (2007).

Um dos primeiros resultados do envolvimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá no CONFAP diz respeito à uma ação articulada com as Fundações de Amparo à Pesquisa do Amazonas e do Maranhão, em 2012, em projetos científicos com a Guiana Francesa, mediante a participação do L'Institut de Recherche pour le Développement (IRD) e a Embaixada Francesa no Brasil. Nove projetos deram início a esta ação articulada e dialogada.

Em 2012 ocorreu uma reunião de CT&I na Universidade das Guianas, em Caiena (Guiana Francesa), onde foram relatadas as experiências das pós-graduações no platô das Guianas. Durante as discussões, apareceram os seguintes dados: O Amapá detinha 164 doutores (em 2010, eram 130); A Guiana Francesa, 40; Suriname, 14 e; Guiana, 4. Esta configuração precária, em um espaço que detém um centro tecnológico de altíssimo nível, Centro Espacial de Kourou, e com ações desarticuladas e não dialogadas entre as políticas de CT&I dos países no platô das Guianas.

Neste sentido, com a nova configuração territorial do espaço amapaense, alavancado pela criação/construção de condições (PORTO, 2007), pela ação dos ajustes espaciais (COUTO et. al., 2006), e pela mobilidade antrópica, reforça a necessidade da revisão do conceito de Defesa Nacional estabelecido na origem do Território Federal do Amapá, o que corrobora para a formatação de uma fronteira tardia.

Para se entender melhor as transformações e permanências ocorridas no espaço amapaense, Porto (2003, p. 109-178), indicou três períodos econômicos indicam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, e que repercutiram no aumento do movimento migratório, na sua urbanização, na sua reorganização espacial e na sua recomposição territorial. Esses períodos são: gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974); planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988).

Em todos esses períodos foram criadas condições para a maior e melhor mobilidade do capital no espaço amapaense, seja na instalação de redes que garantisse a fluidez informacional; seja na formação e estruturação das atividades econômicas e a organização espacial amapaense, capitaneadas pelas atividades minerais; seja nas tentativas de organização espacial, que garantissem a atuação e a valorização dos investimentos instalados. Contudo, em todos esses períodos, há fortes vínculos das propostas de investimento e de desenvolvimento às decisões do Governo Central (PORTO, 2006).

A função da União foi criar “ajustes espaciais”, mediante à intensidade da magnitude do Estado. Ou seja, criaram-se condições para que o capital se manifestasse e ganhasse movimento. Assim, Couto et. al. (2006) informam que a instalação da ICOMI engajou este ex-Território na economia global, caracterizando a gênese da exploração de recursos minerais (manganês) em larga escala na Amazônia com tecnologia moderna no período de 1957 a 1997.

Com a nova configuração territorial do espaço amapaense, torna-se necessário reavaliar, ampliar e modernizar a infraestrutura no território amapaense para haver a possibilidade de desenvolvimento, valorização e produção de novos territórios. Principalmente após a queda do sistema portuário de exportação mineral instalado no município de Santana, em 2013.

Aqueles ajustes espaciais também permitiram que o Amapá fosse (re)acionado pelo capital interessado pelas suas potencialidades naturais, inicialmente mineral (manganês, ferro, ouro, caulim, tantalita, cromita); posteriormente por terras para silvicultura, alimentos (pesca, açaí) e cosméticos (óleo da castanha); pelas relações comerciais internacionais via exportação de *commodities* e importação pela ALCMS; e, mais recentemente, pela inserção do Amapá na oferta de serviços ambientais, pelo crédito de carbono (2010); pela inserção de banda larga, vinda pela Guiana Francesa, via rede mundial da internet (2013); e pela oferta de exportação energética (previsto para 2014). A fronteira amapaense se torna mais articulada e mais dinâmica, mais global (PORTO; SUPERTI; SILVA, 2014), embora seja tardia.

Outro aspecto da fronteira tardia amapaense é a nova articulação internacional em construção, onde a interação espacial do espaço amapaense extrapola o circuito flúvio-marítimo (PORTO; SUPERTI; SILVA, 2014), para se inserir novos eixos de circulação no espaço amapaense: o rodoviário com articulações transfronteiriças (Figura 8).

Até a década de 1960, o eixo rodoviário/ferroviário articulava o oeste amapaense com o litoral, ligando Serra do Navio ao Porto de Santana, na exportação de minérios. Na década de 1980, inserem-se dois eixos de articulação. O primeiro foi a instalação do CIJ, no município de Almerim (PA) às margens do rio Jari (rio que separa o Estado do Pará do Amapá), exportando celulose, caulim, chegando exportar bauxita refratária na década de 1990. O segundo foi a conexão via rodoviária Oiapoque-Macapá, pela

BR-156, acessando a fronteira Amapá-Guiana. Com isso a fronteirização se tornou mais dinâmica, embora ainda permanecesse o tempo-lento miltoniano decorrente da não pavimentação completa desta rodovia até 2013.

No início da década de 1990, a BR-156 chegou ao Sul do Estado do Amapá, no município de Laranjal do Jari. Assim, a coluna vertebral rodoviária amapaense ficou completa no sentido Norte-Sul. Agora a possibilidade circulação via rodoviária articula o limite com o Pará (onde se encontra o grande capital do CIJ); o Oeste amapaense, onde se encontra o grande capital mineral e as UHE de Coaracy Nunes, Caldeirão, Ferreira Gomes (sendo que essas últimas exportarão energia para o sul do país pela integração ao sistema elétrico nacional); o Norte, onde se encontra a fronteira com a França e um representante de União Européia; e o Leste, onde se encontra as cidades mais populosas e dinâmicas economicamente (Macapá e Santana), o sistema portuário de Santana, sendo este atuante na exportação de minérios e cavacos para celulose, importação de bens manufaturados para a ALCMS e a movimentação de passageiros (seja para turismo internacional via transatlânticos, seja recepção de migrantes oriundos da região ou de outros estados brasileiros).

Sobre a rodovia da BR-156, esta é a única rodovia federal que inicia e termina sua extensão em uma única unidade da federação. Com cerca de 900 km, iniciou sua construção na década de 1940, para interligar a cidade de Macapá e Clevelândia do Norte, fronteira com a Guiana Francesa. Este trecho foi concluído na década de 1980. O trecho sul, conectando Macapá-Laranjal do Jari, limite com o Estado do Pará, ficou pronto em 1991 (Figura 8).

Segundo Porto, Superti e Silva (2014), esta configuração territorial rodoviária possui construções espaciais e demográficas distintas (Gráfico 3)⁶⁵. No período 1950-2010, há dois momentos de intercessão no comportamento demográfico que precisam ser explicados. O primeiro cruzamento (1980), indicando o eixo sul sendo superior ao eixo norte, decorre da instalação do CIJ, às margens do rio Jari, no município de Almerim (PA). Vale ressaltar que até a segunda metade da década de 1980, o eixo sul desta rodovia não estava pronto. O acesso dava-se via hidroviária (Rio Amazonas e rio Jari).

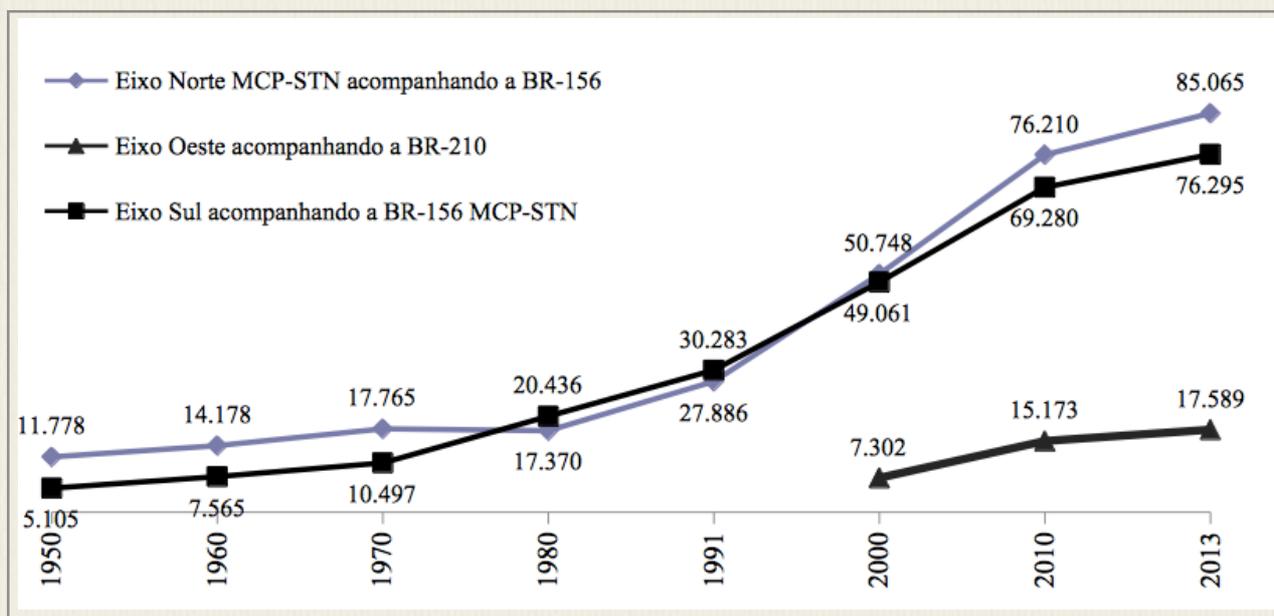


Gráfico 3 - População Amapaense ao Norte, ao sul e a oeste do eixo Macapá-Santana.

Fonte: IBGE.

⁶⁵ Para a elaboração do gráfico 1, calculou-se o total da população por município por onde as rodovias BR-156 e BR-210 passam, exceto as populações de Macapá e Santana. No trecho Norte, a rodovia passa pelos seguintes municípios amapaenses: Ferreira Gomes, Porto Grande, Pracuúba, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Oiapoque. No trecho Sul, Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. O ramo oeste é percorrido pela BR-210 e passa por Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Embora esta última rodovia inicie em Macapá e também percorra os municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, optou-se por calcular somente Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e considerar os demais como inseridos no eixo da BR-156..

O segundo cruzamento, na década de 1990, é explicado pela movimentação de brasileiros em busca de ouro na região da fronteira tanto do lado brasileiro, quanto francês. Observe-se, também a contemporaneidade do movimento pela criação do bloco da União Européia (1992), sendo a Guiana Francesa inserida nesta dinâmica, atraindo brasileiros por melhores condições econômicas. Esses cruzamentos podem ser observados quando se sobrepõe esses índices sobre os índices de desmatamento e se espacializa na cartografia amapaense (Figura 19).

O eixo oeste existe desde a década de 1950, contudo a instalação dos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari somente foi efetivada em 1992. Embora houvesse uma movimentação demográfica decorrente da exploração manganêsfera no período 1950-1997, com a retirada da Icomi, no período de 1997-2004 houve o declínio econômico deste eixo. Em 2004, retomou-se a atividade mineral, com a exploração aurífera, e em 2005 com o ferro. Em 2013, com a queda do porto de exportação mineral no município de Santana, as atividades de extração foram paralisadas.

No primeiro decênio do século XXI, percebe-se um direcionamento da movimentação demográfica em direção à fronteira norte. Este comportamento é explicado pelas obras de pavimentação da BR 156 no trecho Macapá-Oiapoque e pela construção da ponte binacional, como também, pelas expectativas criadas por uma integração Brasil/França ou Mercosul/ União Europeia.

Até 2013, as condições de mobilidade da rodovia BR-156, nos trechos entre Calçoene e Oiapoque e entre Macapá-Laranjal do Jari, ainda apresentam-se em estradas não pavimentadas, sendo de 173 km de estrada de terra para o primeiro trecho e 270 km para o segundo. Isso dificulta o fluxo de veículos entre as fronteiras norte e sul com a capital, o que encarece significativamente os preços de produtos oriundos de Macapá que são vendidos na cidade da fronteira, principalmente em períodos chuvosos, quando o tráfego diminui sua densidade e velocidade.

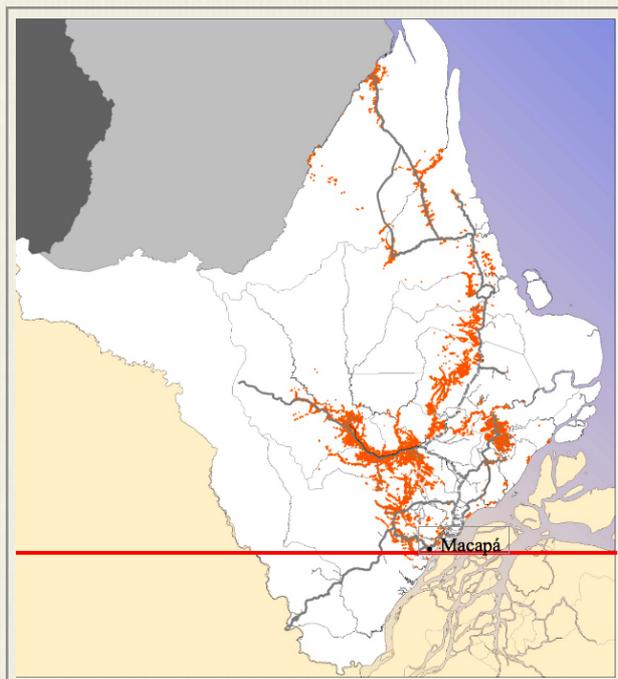


Figura 19 - Frente de desmatamento no Estado do Amapá (2009).

Fonte: IEPA

Para Porto, Superti e Silva (2014), esta rodovia, integrante do corredor da fronteira Norte, é a espinha dorsal dos transportes amapaenses, cuja pavimentação na porção Norte (entre Macapá e Oiapoque), tem por uma de suas finalidades interligar fisicamente o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa / França, Suriname e Guiana) por meio de um conjunto de infraestruturas que inclui de forma determinante a rodovia Transguianense (Figura 20), que se trata de um conjunto de rodovias dos países ao norte de América do Sul. Isso possibilitará: a utilização do Porto de Santana/AP por outros países, como a França,

para intercâmbio comercial; o uso dessa via para movimentação do grande potencial turístico regional e local; e a redução de problemas de infraestrutura para melhoramento do trânsito de mercadorias e pessoas.

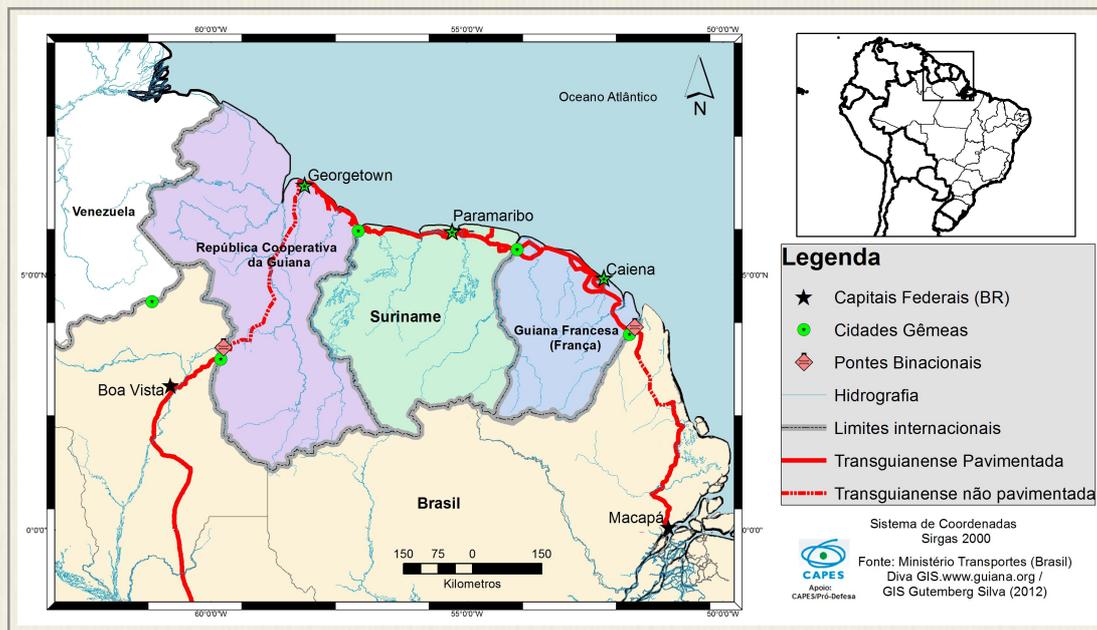


Figura 20 - Rodovia transguianense.

Com a pavimentação da BR 156, a ampliação e a modernização do Porto de Santana e a inauguração da ponte binacional Brasil/França, novas dinâmicas territoriais farão parte do trecho norte, exigindo novas criações e construções de políticas ambientais, diplomáticas, econômicas e de organização do território.

Quanto à construção da ponte binacional ligando o Brasil e a França, através do rio Oiapoque (Figura 21), tem concentrado as atenções de ambos os lados da fronteira e suscitado debates de diferentes atores interessados nessa conexão física.



Figura 21 - Ponte sobre o rio Oiapoque.
Acervo Gutemberg Silva (Jun. 2011).

Silva (2008; 2013) e Granger (2012) realizam profundas análises sobre a construção e as expectativas desta ponte. A construção física da ponte está concluída desde 2010, restando ainda ajustes importantes como sistema de sinalização e também a construção da aduana do lado brasileiro. No entanto, em 2013 foi veiculada nos noticiários a inauguração da obra (pela quinta vez), mas até maio de 2014⁶⁶, isso não ocorreu. Os gestores do lado brasileiro precisam, ainda, construir a aduana em seu lado. A aduana do lado francês já está pronta desde 2012.

No primeiro decênio do século XXI, o rodoviário, que articulado ao portuário, torna a condição fronteiriça amapaense extremamente estratégica. Assim, a BR-156, a ponte binacional e o porto de Santana são envolvidos em políticas e investimentos internacionais de integração territorial. Ou seja, o Amapá é o ponto de contato em duas dessas políticas e investimentos: o IIRSA e o INTERREG. Acrescente-se, também, que esses sistemas de engenharia também integram o rol de investimentos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Brasil.

Ao inserir a Guiana Francesa nas análises sobre a fronteira amapaense, Porto e Santos (2012), entendem que embora esta não se encontre no continente europeu, recebe todas as dinâmicas e diretrizes territoriais europeias, pela União Europeia. Com isso, o objetivo de integração envolvendo este Departamento Ultramarino e ultraperiferia francesa, assenta-se principalmente na integração regional e na de blocos econômicos entre o Mercosul e União Européia⁶⁷, pelas seguintes propostas: INTERREG III e IV⁶⁸ e o PO Amazonie⁶⁹. No Brasil, o único ponto de contato entre essas políticas de Integração localiza-se no município de Oiapoque. Esta condição é estratégica para o Estado do Amapá e para o Brasil.

Porém, as políticas públicas da IIRSA não dialogam com aquelas propostas pela UE/França para sua região ultraperiférica⁷⁰, a Guiana Francesa, pois a IIRSA não contempla a Guiana Francesa, embora seja uma iniciativa de integração para América do Sul (PORTO; SANTOS, 2012).

Mesmo considerando que as expectativas de integração entre o Amapá e a Guiana Francesa sejam elevadas, a sua construção ainda necessita de atenções intensas no que tange às questões diplomáticas de mobilidade em ambos os territórios, novos acordos de cooperação internacional entre o Brasil e França direcionados ao Amapá e a Guiana Francesa, que esbarram em questões específicas de cada país como, por exemplo, normas de vigilância sanitária, comércio, transporte, transbordo, controle fitossanitário e migração (SILVA, 2008).

Assim, tal comportamento social, político, cultural e econômico em execução, neste momento, reflete uma relação pautada na expectativa da integração, mas a interação espacial já está execução, notadamente na escala local.

⁶⁶ A ponte entre Amapá e Guiana Francesa foi liberada em março de 2017.

⁶⁷ Segundo Fortuna (2009), “a geografia econômica da União Europeia ultrapassou os limites do continente europeu a partir do momento em que a França incluiu os seus departamentos ultramarinos (dentre eles, a Guiana-Francesa) como parte integrante do processo de integração da União”, no início da década de 1990.

⁶⁸ Os INTERREG III e IV, visam promover a coesão econômica e social das regiões ultraperiféricas através de financiamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o período de 2000- 2006 e 2007- 2013, respectivamente. Os objetivos prosseguidos têm como finalidade, numa primeira fase, reduzir o déficit de acessibilidade dessas regiões não só em relação ao continente europeu como também entre as regiões ultraperiféricas e no interior do respectivo território e, numa segunda fase, apoiar a competitividade das suas empresas. Para o INTERREG IV, a UE disponibilizou recursos financeiros que visam consolidar a coesão social e econômica através de apoio a projetos e atividades em três eixos: 1) projetos transfronteiriços; 2) projetos transnacionais e 3) projetos inter-regionais (CEM, 2005; CE, 2010). Quanto ao INTERREG V (2014-2020), estão previstos recursos no montante de 9 bilhões de Euros para cooperação territorial europeia, sendo 6,6 bilhões de Euros para cooperação transfronteiriça (INTERREG VA); 1,8 bilhões de Euros para cooperação transnacional (INTERREG VB) e; 500 milhões de Euros para cooperação inter-regional (INTERREG VC).

⁶⁹ Este programa marca a Cooperação Territorial da política de coesão europeia (2007-2013) para a Guiana Francesa, designada pela França como autoridade de gestão do programa em nome do conjunto dos seus parceiros franceses na América do Sul, ou seja, Suriname e os Estados brasileiros do Amapá, Amazonas e Pará (FRANÇA, 2007). O seu objetivo estratégico de cooperação transfronteiriça é o “desenvolvimento territorial das zonas transfronteiriças, a proteção e a valorização do patrimônio natural e cultural amazônico, o desenvolvimento das atividades econômicas transfronteiriças e a coesão social” (BRUXELAS, 2008, p. 1). Uma análise profunda destas propostas pode ser observada em Santos (2013).

⁷⁰ Na Europa das políticas comuns de harmonização, a existência de regiões com características singulares (afastamento, insularidade, pequena superfície territorial - exceto a Guiana Francesa, relevo e climas difíceis, e dependência econômica em relação a um pequeno número de produtos), abriu caminho para que se admitissem políticas de exceção. É nesse contexto que surge o conceito de região ultraperiférica (1987) que serviu de ponto de partida para a definição de políticas específicas a seu favor (CEM, 2005; FRANÇA, 2007; FORTUNA, 2009).

Por outro lado, Porto, Superti e Silva (2014) entendem que para o caso amapaense, a fronteira setentrional não se refere somente à fronteira continental. Pois a articulação efetiva que ocorre com a Guiana Francesa vai além da sua articulação física via infraestrutura (estimulada após meados da década de 1990) e de conexão entre duas cidades-gêmeas⁷¹. Esta conexão representa: interação com a zona do Euro; o ponto de contato entre dois blocos econômicos (Mercosul/União Européia); o ponto de conexão entre duas políticas de integração internacionais (IIRSA e INTERREG); conexão imediata com o espaço da OTAN; proximidade com área científica de ponta, pela estação espacial de Kouru (estação esta que é integrante de estratégias científicas da União Europeia); a alternativa de mobilidade do comércio exterior da Guiana Francesa pelo Porto de Santana em relação ao porto guianense; a possibilidade de produtos industriais brasileiros se expandirem ao norte da América do Sul, em um espaço com moeda forte (o euro). Este é o único ponto da fronteira brasileira que possui tal característica, invertendo as relações transfronteiriças.

Acrescente-se, nesta reflexão acima, que o Amapá é um espaço litorâneo, com um sistema portuário capaz de receber embarcações semelhante aos principais portos da América do Sul. Considerando que a partir dos portos o mundo é o limite, as relações entre os espaços transcontinentais ocorrem sem que haja a conectividade imediata; ou seja, há uma conectividade relacional. Pelo porto de Santana, o espaço relacional do Amapá chega à China, segundo a sua pauta de exportações.

Com as expectativas da integração física do Amapá com o platô das Guianas, pela ponte sobre o rio Oiapoque, Porto, Superti e Silva (2014) defendem a perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana; a relação fronteiriça com o vizinho francês será uma relação inversa, pois o Brasil, pelo Amapá, é vizinho à zona do Euro (moeda mais valorizada em relação ao Real), ou seja, as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira (PORTO, 2010a). Esta é a 3ª inversão das relações França-Brasil na fronteira com o Amapá (Vide capítulo 3, aqui exposto).

Quanto à conexão flúvio-marítima do platô das Guianas pelo Porto de Santana, Castro e Porto (2007), interpretam os problemas de conectividades existentes entre a Guiana Francesa com outras partes do mundo tem caracterizado estes espaços com um certo grau de isolamento. Para os autores, o isolamento da Guiana Francesa se remete à sua situação geográfica e a suas características geofísicas. Para a mobilidade interna fluvial, em todo o maciço das Guianas, o transporte fluvial não é viável por apresentar cachoeiras e corredeiras, fazendo com que as regiões dos escudos sejam das mais isoladas e de difícil acesso. Para a mobilidade marítima, o isolamento é reforçado por determinadas características do regime hidro-fluvial do rio Amazonas e marítimo a que a costa guianense está sujeita. Ou seja, o transporte de partículas é operado pela combinação da ação de diversos agentes, entre os quais se destacam os rios locais, as marés, as grandes ondas e as correntes marítimas (Corrente do Norte do Brasil e a Corrente das Guianas) que carregam as águas do Amazonas com alta concentração de nutrientes e baixa salinidade e fazendo com que extensos blocos de lama ocorram e migrem ao longo da costa, especialmente ao norte da boca do Amazonas.

Castro e Porto (2007) entendem que tal comportamento origina uma costa altamente sujeita ao processo de erosão e sedimentação, fazendo com que o regime hidro-fluvial e marítimo se manifeste para a economia local como fonte de inconvenientes para os portos que, pouco profundos, estão sempre sob processo de assoreamento e devem ser dragados em permanência. O porto de Dégrad des-Cannes, que é o principal porto de comércio e seu canal de acesso, o rio Mahury, são objeto de dragagem constante, com um calado que se limita a 6 metros, sujeito à maré (RIPPERT, 2003).

Apesar de não existir ainda uma grande demanda de abastecimento devido ao pequeno mercado que a Guiana representa, o calado reduzido do porto já delinea um problema que só tende a se agravar: alguns navios são obrigados a descarregar parte de suas mercadorias em outros portos (como por exemplo em Port of Spain -Trinidad, localizado a noroeste da Guiana) e re-direcionar os containers por meio de um serviço de feeders que vai das Antilhas à Guiana Francesa (www.schenker.fr).

Entretanto, ao se inserir a Estação Espacial de Kouru nas discussões, as discussões tomam outro rumo, pois todos os insumos usados pela Estação vem via marítima, ainda usando o porto de Dégrad des-Cannes. Assim, considerando a limitação deste porto e a condição portuária amapaense, o Estado do Amapá fortalece sua condição estratégica na fronteira, pois, apresenta um bom potencial de exploração, devido a(o):

71 Sobre as cidades-gêmeas, foi sancionada a Portaria no 125, de 21 de março de 2014, pelo Ministério da Integração que estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.

a) sua localização geográfica estratégica, na foz do Amazonas, bem mais próxima do hemisfério Norte do que os portos do Sul do Brasil permite a exportação da produção do Norte e do Centro-Oeste do País para os grandes mercados consumidores a preços mais competitivos (MMA, 2005. p 17).

b) sua profundidade, que é suficiente para receber navios de grande porte, sem grande influência de marés - embora a barra norte do rio Amazonas esteja sob impacto expressivo das marés. O grande calado do porto de Santana faz com que seja um elemento chave do transporte intermodal.

c) mar do Caribe possui muita influência de atividades meteorológicas intensas, furacões, que afetam a mobilidade marítima e as condições portuárias dos países caribenhos (Figura 22). O porto de Santana não possui influências dessas atividades meteorológicas.

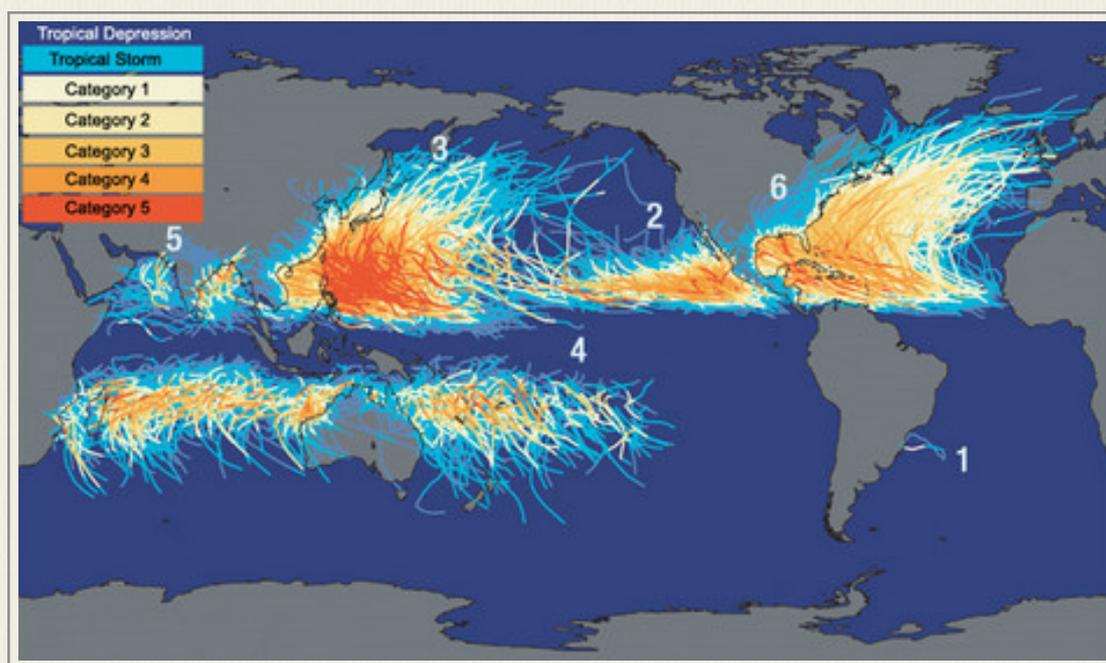


Figura 22 - Ocorrência de 150 anos de furacões.

Fonte: <http://www.esteio.com.br/novoblog/blogs/index.php/2010/09/25/150-anos-de-furacoes>

Neste sentido, a ligação com o Amapá se apresenta como uma opção de acesso pelo porto de Santana que, além de oferecer uma alternativa para abastecimento e escoamento de mercadorias oriundas do Brasil, possui condições técnicas geográficas, geomorfológicas e climáticas atraentes para a economia do Platô das Guianas (CASTRO; PORTO, 2007; PORTO, 2012).

É a partir do porto de Santana que a fronteira amapaense se mobiliza, pois as mercadorias e o movimento demográfico obrigatoriamente tem que passar por suas estruturas. A sua articulação com o eixo rodoviário amapaense consolida o sistema urbano de Macapá-Santana como uma rota de passagem e ponto de distribuição de produtos para as relações comerciais locais e transfronteiriças. Isto se deve à conexão dos espaços consumidores de produtos industrializados a partir de Macapá-Santana, através do sistema portuário de Santana e do sistema comercial de Macapá (Atacadista e varejista), bem como mediante às suas articulações com as modalidades rodoviária, ferroviária, fluvial e marítima.

A reflexão da fronteira amapaense como tardia, não significa afirmar que seja ultrapassada, mas indica uma expectativa de inserção na economia-mundo moderno, pois detém todas as condições para se construir um território moderno e sustentável. O Estado do Amapá é um espaço de oportunidades e de esperanças; é amazônico; é possuidor de biodiversidade variada e de minérios de interesse internacional, posicionando-o como estratégico; vizinho a um centro tecnológico (Centro Espacial de

Kouru); localizado na foz do rio Amazonas (fornecedor de alimentos); receptor de investimentos internacionais, que poderiam investir em agregação de valor dos produtos por eles extraídos.

A modernização não implica em inserir técnicas e tecnologias novas e modernas, mas implica em modernizar toda a estrutura educacional, infraestrutural e de normas que permitam acompanhar as mudanças exigidas; planejar a condição urbana e as organizações das cidades. Isso, necessariamente, também implicará: ou no metamorfoseamento da elite instalada para acompanhar tais mudanças, ou inserção de elites modernas externas, ou na criação de novas elites tecnicantes e tecnificadoras.



FENÔMENOS GEOGRÁFICOS DE EXPANSÃO NA FRONTEIRA AMAPAENSE: DA POLÍTICA PÚBLICA A MATERIALIZAÇÃO DAS INTERAÇÕES ESPACIAIS

A partir dos conceitos de David Harvey sobre o “*Desenvolvimento Geográfico Desigual*” e de Milton Santos sobre a *natureza do espaço geográfico* e o *uso do território*, discutido no capítulo 1, defende-se que as regiões vazias se contrastam com as regiões que concentram as forças produtivas; as desigualdades são decorrentes das práticas exploratórias dos países mais poderosos sobre os países subdesenvolvidos; que as diferenciações ambientais criam especializações territoriais, divisões do trabalho e diversidades regionais e; são consequências dos conflitos políticos e sociais entre forças territorialmente organizadas em diversas escalas geográficas.

Podem-se identificar, resumidamente, os seguintes fatores que expressam as manifestações dessas leituras para explicar a organização do espaço amapaense como desigual, contraditória, solidária e tardia.

Por ser um ente federativo fronteiriço, litorâneo, amazônico e estratégico no contexto das relações entre blocos econômicos (Mercosul/União Européia) e militares (OTAN/Atlântico sul), a sua construção econômica recente tem se focado na busca de cooperações com a França, a partir da Guiana Francesa. Esta leitura multi-escalar é absolutamente pertinente para se escolher sobre qual tipo de desenvolvimento se quer para este Estado brasileiro.

Com a criação e/ou a manutenção de novas estruturas regionais na fronteira e a sua mudança de *relações fronteiriças* para *interações transfronteiriças*, as mudanças territoriais tendem a constantemente reorganizarem o território lindeiro. Assim, investe-se em infraestrutura física para a conexão espacial, visando a expansão geográfica, tornando a fronteira conectada, acionada, receptora de excedentes produzidos externamente que substitui a produção local, e gerando contradições da acumulação do capital.

Como exemplos de construção de conexões após a 2ª metade do século XX que permitiram o acionamento dos espaços amapaenses e de manifestação de fenômenos geográficos de expansão pelo capital, citam-se: a construção da BR-210⁷², da ferrovia e do porto de Santana conectou o centro-oeste amapaense detentor de riquezas minerais ao cenário global em um primeiro momento (1950-1970); a construção da BR-156⁷³, conectando Macapá a Oiapoque e a Laranjal do Jari (1970-1991); A ampliação do porto de Santana (1996); a pavimentação do trecho norte da BR-156 (Macapá-Oiapoque) após 2010; a construção da ponte binacional no rio Oiapoque (2010) ; a instalação da banda larga via fibra ótica vinda da Guiana Francesa (2013); a construção do linhão de Tucuruí (2013).

Ou seja, o esforço do capital para derrubar qualquer barreira espacial não conectado e nem acionado é materializado nos investimentos em infraestrutura física para a construção de interações espaciais, invenção de novos usos do território e invenção de/para vocações do território. Com isso, as ações estimulam e animam os objetos técnicos (SANTOS, 1996).

Considerando a construção histórica amapaense, em que não foi estimulada a criação de uma elite tecnicante (para criar técnica e tecnologia) e nem tecnificadora (para construir técnicas e tecnologias), mas estimulou-se a manutenção de uma elite

⁷² Também conhecida como “Perimetral Norte”, No Amapá, foi iniciada em 1973 aproveitando os 102 km já construídos pela ICOMI para exploração do manganês em Serra do Navio, saindo de Macapá. Suas obras foram suspensas em 1977, depois de 170 km construídos. Esta rodovia visava atravessar o norte da Amazônia Brasileira desde o Amapá até a fronteira colombiana no Estado do Amazonas, integrando o Plano de Integração Nacional.

⁷³ O primeiro Plano Nacional de Viação (1956) previa a construção da BR-156, vide lei n.º 2.975, de 24/11/1956, mas sua obras iniciaram somente na década de 1970.

tecnificada (que somente consome técnicas, tecnologias e seus produtos gerados externamente), houve o aniquilamento e o sub-uso do território, criando vocações extrativistas, como também criando um espaço de amplas ações que reforçaram a *magnitude do Estado* e a “*modernização da superfície*”.

No que tange às propostas de desenvolvimento sugeridas para o espaço amapaense após à sua criação como Território Federal estiveram embasadas em: políticas públicas, determinadas por diplomas legais; orientações da União, com forte apelo ao setor de serviços; e a exploração de seus recursos naturais, mas sem a sua agregação de valor. Neste sentido, não se pode afirmar que o “desenvolvimento” seria a expressão mais adequada para o caso amapaense.

À medida que as barreiras físicas impostas pelo espaço então desconectado foram derrubadas pelo capital (desmatamento, construção de rodovias, ferrovias, pontes e portos), as distâncias passaram a ser contadas pelo tempo de viagem e não a distância geográfica, em uma aniquilação do espaço através do tempo (HARVEY, 2006). Para o caso amapaense, a viagem entre Macapá e Oiapoque em período chuvoso até 2005, era efetivada em até 26 horas para percorrer 580 km, sendo 480 km em estradas não pavimentadas. Em 2013, faltando 100 km para a sua pavimentação total, o tempo de viagem é de no máximo 13 horas. Com a obra completa, a viagem durará no máximo 8 horas.

Quando se insere no debate a pavimentação da rodovia entre Macapá/Oiapoque/Caiena, há três momentos para se analisar:

- até 2004 inexistia a conexão rodoviária entre Saint-Georges e Caiena (Guiana Francesa), mas chegava à Reginá, com cerca de 150 km de extensão pavimentada. Após essa data, a rodovia RN-2 foi construída e pavimentada no trecho até Saint-George com uma extensão total de 200 km.
- até 2010, inexistia uma ponte interligando Brasil-Guiana Francesa. Neste ano, a ponte binacional foi concluída. Porém, até 2013, não havia sido inaugurada.
- até 2013, a rodovia BR-156 não havia sido pavimentada completamente no seu trecho norte.

Esses três momentos implicam em dinâmicas espaciais distintas da fronteira, ei-las: enquanto inexistência de conexão; conectado, mas com densidade de fluidez e de fluxos precária e lentos e; conectado e acionado com densidade de fluidez e fluxos rápidos.

Embora haja manifestação desses momentos e dinâmicas espaciais na fronteira amapaense, o fio condutor de todas as ações elaboradas para a busca do desenvolvimento amapaense diz respeito às principais atividades econômicas neste espaço sendo transformadas em diplomas legais (Decretos, Decretos-lei e Leis), cujo final do texto orienta para o “cumpra-se”. Mas como e quando cumprir a determinação, é uma discussão à parte. Isso se houve tais discussões. Ou seja houve uma *decretização do desenvolvimento*. A primeira experiência sobre essa “*decretização*” diz respeito à própria criação do ente Território Federal no Brasil (1904). Ou seja, o “*cumpra-se*” está desde a sua origem como ente federativo.

Chelala (2008) ao analisar a sócioeconomia amapaense, utiliza esta maneira de se fazer gestão dos produtos a serem explorados, dos espaços a serem ocupados, dentro do contexto de sua explicação da magnitude do Estado. Essas atividades voltaram-se para (Quadro 4): Administração e gestão dos Territórios Federais; Exploração do minério de manganês pela ICOMI); Fornecimento de energia elétrica no Amapá; Atuação de Regimes Aduaneiros especiais no Amapá; Gestão territorial de unidades de conservação e de Terras Indígenas.

⁷⁴ Em 2001, tentou-se criar o Território Federal do Oiapoque (ROCHA, 2001), usando as mesmas justificativas da década de 1940, cuja área deste ente federativo compreenderia, basicamente, a do município de Oiapoque.

Atividades	Diplomas legais	Ementa
Administração e gestão dos Territórios Federais	Decreto-Lei nº 5.839, de 21/09/1943	Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguassu.
	Decreto-Lei nº 9.858, de 13/09/1946	Dispõe sobre as jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá. Constituindo como reserva nacional
	Decreto-Lei nº 411, de 08/01/1969.	Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios.
	Lei nº 6.448, de 11/10/1977.	Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais.
Exploração do minério de manganês pela ICOMI	Decreto-Lei nº 9.858, de 10/09/1946.	Dispõe sobre as jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá.
	Decreto nº 24.156, de 4/12/1947.	Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a contratar a exploração de jazidas de minério de manganês existentes no mesmo Território e dá outras providências.
	Decreto nº 28.162, de 31/05/1950.	Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a convencionar a revisão do contrato para estudos e aproveitamento de jazidas de minério de manganês existentes no mesmo Território celebrado na conformidade do previsto no Decreto no 24.156 de 4/12/1947.
	Decreto nº 44.997, de 3/12/1958.	Autoriza a ICOMI a instalar uma usina termoelétrica na mina "Serra do Navio", situada no Distrito de Porto Grande, do município de Macapá, Território Federal do Amapá, para uso exclusivo.
	Decreto nº 44.998, de 3/12/1958.	Autoriza a ICOMI a instalar uma única termoelétrica para uso exclusivo. no Porto de Macapá, situado no município de Macapá, Território Federal do Amapá.
Regimes Aduaneiros especiais no Amapá	Decreto Territorial nº 031/1981.	Cria o Distrito Industrial de Macapá (atual Distrito de Santana).
	Decreto-Lei nº 8.387, de 30/12/1991.	Art. 11. Cria nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.
	Decreto nº 517, de 08/05/1992.	Regulamenta a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.
	Lei nº 11.898, de 08 de janeiro de 2009.	Cria a Zona Franca Verde em Santana.
Fornecimento de energia elétrica no Amapá	Decreto nº 35.701, de 23/06/1954.	Atribui ao Território Federal do Amapá a incumbência de promover o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira o Paredão existente no rio Araguari.
	Decreto nº 244, de 30/11/1961.	Autoriza a Companhia de Eletricidade do Amapá a ampliar suas instalações.
	Decreto nº 95.518, de 18/12/1987.	Outorga à Jari Energética S.A.- JESA concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do Rio Jari, no local denominado Cachoeira de Santo Antônio, entre os Municípios de Mazagão no Território Federal do Amapá, e Almerim, no Estado do Pará.
	Contrato de Concessão no 04/2002.	Concede à Jari Energética S/A (JESA) a concessão de 30 anos o direito de construir e ofertar energia da UHE de Santo Antônio. Em 2012, foi assinado o 4º termo aditivo a esta concessão, transferindo à ECE Participações S/A (Integrante do Grupo EDP Energias do Brasil S/A) o contrato assinado em 2002.
	Contrato de Concessão no 02/2010.	Concede à Alupar Investimentos S/A a concessão de 35 anos o direito de construir e ofertar energia da UHE de Ferreira Gomes.
	Contrato de Concessão no 01/2013.	Concede ao Grupo EDP Energias do Brasil S/A a concessão de 35 anos o direito de construir e ofertar energia da UHE Cachoeira Caldeirão.

Quadro 4 - Relação entre as atividades econômicas e diplomas legais na organização socioeconômica amapaense (Continua).

Atividades	Diplomas legais	Ementa
Gestão territorial de unidades de conservação	Decreto nº 84.914 de 16/07/1980.	Cria a Reserva Biológica do Lago Piratuba.
	Decreto nº 84.913 de 15/07/1980.	Cria o Parque Nacional do Cabo Orange.
	Decreto nº 86.061, de 2/06/1981.	Cria a Estação Ecológica Maracá-Jipiôca.
	Decreto nº 87.092 de 12/04/1982.	Cria a Estação Ecológica do Jari.
	Decreto Territorial (E) nº 5, em 21/01/1985.	Cria a Reserva Biológica do Parazinho.
	Decreto nº 97.630, de 10/04/1989	Cria a Floresta Nacional do Amapá.
	Decreto Presidencial, em 12/03/1990.	Cria a Reserva Extrativista do Rio Cajari.
	Decreto Estadual nº 24, de 20/02/1990.	Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural do Curiaú – ARIEC.
	Decreto Estadual nº 1.417 de 28/09/1992	Cria a Área de Proteção Ambiental do Curiaú ou simplesmente APA do Curiaú.
	Portaria nº 86-N IBAMA, de 6/08/1997.	Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso.
	Lei Estadual nº 0392, de 11/12/1997.	Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.
	Portaria nº 54-N IBAMA, de 29/04/1998.	Cria a Reserva Particular do Patrimônio Particular REVECOM.
	Portaria IBAMA nº 89/1998.	Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo.
	Portaria nº 91 IBAMA, de 21/11/2000.	Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia Ekinox.
	Decreto de 22 de agosto de 2002. Atos do Poder Executivo.	Cria o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque no Estado do Amapá.
	Lei nº 0873, de 31/12/2004.	Cria a Área de Proteção Ambiental da Fazendinha.
	Lei estadual nº 1.028, de 12/07/2006.	Cria a Floresta Estadual do Amapá.
Decreto nº 139 Gab/PMPBA, de 19/11/2007.	Cria a Reserva Extrativista Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo.	
Decreto nº 085 PMSN, de 14/11/2007.	Cria a Parque Natural Municipal do Canção.	
Gestão territorial de Terras Indígenas	Portaria nº 1.369/E, de 02/08/1962.	Demarcação da terra indígena Galibi. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Galibi, no Estado do Amapá.
	Decreto 21/05/1992.	Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Juminá, no Estado do Amapá.
	Decreto de 23/05/1996.	Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Waiápi no Estado do Amapá.
	Decreto nº 298, de 29/10/1991.	Homologa a Demarcação Administrativa da Área Indígena Uaçá, No Estado de Amapá.
	Decreto no 51.043, de 25/07/1961.	Cria a Reserva Florestal do Tumucumaque.
	Decreto no 62.998, de 25/07/1968.	Cria o Parque Nacional Indígena de Tumucumaque.
	Decreto no 82.2623, de 13/09/1978.	Dá nova denominação aos Parques Nacionais do Xingu e Tumucumaque e passa a denominar-se Parque Indígena de Tumucumaque.

Quadro 4 - Relação entre as atividades econômicas e diplomas legais na organização socioeconômica amapaense (Conclusão).

Fonte: Organizado pelo autor.

Couto et. al. (2006, p. 11) entendem que o comportamento dos investimentos no espaço amapaense indica para fazer deste espaço um “grande negócio”. Porto (2003) ao sugerir uma periodização econômica às ações dos setores privados e públicos na

aplicação de investimentos no Amapá entende que o objetivo principal para tais ações foi para criar condições para a maior e melhor mobilidade do capital e a sua reprodução no espaço amapaense.

Ou seja, o espaço amapaense precisava ser conectado; uma vez estabelecida as conexões, garantir a densidade de fluidez da conexão; Feito isso, este espaço estaria apto a ser acionado, desacionado e reacionado pelo capital à medida em que houvesse interesse das novas elites de investidores eminentemente externos.

O grande negócio em que se tornou o Amapá tem se manifestado como:

- Fornecedor de *commodities*: Exploração de minérios (Manganês, ouro, tantalita, como, caulim, ferro); de madeira de lei; de frutas exóticas regionais (Cupuçu, Açai, Castanha do Brasil); atuação da pesca industrial na foz do rio Amazonas.
- Vitrine de produtos industrializados: com a criação da ALCMS, passando a atuar com empresas importadoras no cenário amapaense, estimulando o setor de serviços mediante incentivos fiscais.
- Posição estratégica para articulação de redes: Localizado na foz do rio Amazonas onde ressalta dois aspectos: ser uma área produtora de alimentos (peixes) de interesse (inter)nacional; e possuir uma área portuária com calagem semelhante aos principais portos da América do Sul (Santos, Paranaguá, Montevideu) e onde não é afetado por fenômenos meteorológicos intensos (furacões), como ocorre na região caribenha. Com a exploração mineral (pós-1950), instalação da ALCMS (1994) e da assinatura do Acordo-Quadro entre Brasil-França (1996), a estrutura portuária de Santana é a principal conexão externa com o sistema-mundo e estimuladora da fronteira-rede. Com isso, o Amapá tem se comportado como rota de passagem e ponto de distribuição do capital.
- Fornecedor de energia elétrica por 35 anos para o centro-sul brasileiro quando a integração do sistema isolado elétrico amapaense for conectado ao sistema nacional pelo linhão de Tucuruí, sendo a empresa EDP energias do Brasil atuando em duas bacias hidrográficas amapaenses (Araguari e Jari). A conexão será construída pela empresa espanhola Isolux. Em 2009, houve manifestação de interesse de investimento em uma PCH no rio Oiapoque pela empresa Francesa Voltalia.
- Posição geográfica estratégica: Localizado na Amazônia, onde a biodiversidade garante uma opção variada de produtos, cuja potencialidade se inserida a técnica e a tecnologia, eleva-se esta potencialidade à enésima potência. A partir de 2004, na tentativa de aproveitar a ocorrência de Unidades de Conservação no Amapá e usá-la economicamente, começaram estudos para inserir este espaço nas relações financeiras de crédito de carbono, chegando a ser oferecido no mercado financeiro norte americano em 2009.
- Fronteira com a União Europeia. Três sistemas de engenharia são fundamentais para a articulação do Amapá com a Guiana Francesa (único representante e que usufrui de todas as diretrizes da política econômica da União Europeia na América do Sul): A ponte binacional, a rodovia BR-156; e o Porto de Santana. Considerando que a moeda usada na Guiana Francesa, o Euro, é mais valorizada que a moeda brasileira, o Real, estima-se a inversão das relações da Guiana Francesa com a região do Caribe para o Brasil.
- A intenção de instalação do Distrito Industrial, no atual município de Santana mas sem um processo de industrialização efetiva⁷⁵, na década de 1980 visou estabelecer uma alternativa às atividades mangansíferas extrativas no Amapá em declínio. Contudo, os investimentos industriais neste espaço apresentaram-se muito tímidos na sua pauta de investimentos.
- Incentivos fiscais são oferecidos para atração de investimentos técnicos e tecnológicos ao Amapá, mas a falta de investimentos para se criar mão de obra no setor tecnológico, o não estímulo para se criar uma elite tecnicante e tecnificadora, os problemas infraestruturais envolvendo aspectos energéticos, comunicações, banda larga, (aero)(rodo)viária e, portuária, tem reforçado a manutenção da construção de um desenvolvimento geográfico desigual interno e nas relações externas amapaenses, onde o Amapá ainda mantém seu status de fornecedor de *commodities*.

Quanto à exploração manganésifera, esta atividade atuou no espaço amapaense no período de 1950-1997 (PORTO, 2003; DRUMOND; PEREIRA, 2007). Foi a que mais investiu no espaço amapaense, pois ela construiu infraestruturas para o seu

⁷⁵Embora não efetivada, Edouard Urech elaborou um Esboço do Plano de Industrialização do Território Federal do Amapá (1955), em que previa a instalação de uma siderurgia em Macapá, a fim de beneficiar a extração de manganês de Serra do Navio.

funcionamento: *2 companies towns* (Vila Amazonas e Serra do Navio, sendo esta transformada em município em 1992), um porto para exportação mineral em Santana; uma usina hidrelétrica, uma ferrovia de 190 km ligando a mina (Serra do Navio) ao porto (Santana); uma rodovia; hospitais e escolas.

Quanto à elaboração de planos governamentais de desenvolvimento voltados aos Territórios Federais, Porto (2003) identifica e contextualiza em uma periodização elaborada ao contexto amapaense, denominada de “Planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987)”. Segundo o autor, todo o processo de planejamento governamental originou-se com a sanção do Decreto-Lei nº 411/1969, ao definir que as administrações dos Territórios Federais seriam exercidas por programas plurianuais, concordantes em objetivos e etapas com planos gerais do Governo Federal, esses entes federativos apresentariam uma dinâmica própria para a sua atuação política e econômica.

Com isso, aqueles programas plurianuais corresponderam a uma série de intenções elaboradas que não significavam programas de governo para a escala local, mas diretrizes do Governo Federal aos Territórios, que refletiram também na diversificação produtiva local. Enquanto Território Federal, o planejamento no Amapá, foi executado pelos planos: 1º Plano de Desenvolvimento do Amapá (1975-1979), 2º Plano de Desenvolvimento do Amapá (1980-1985) e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá (1986-1989). Esta configuração tardia de planejamento governamental tardio é mais uma característica para se entender o espaço amapaense como uma fronteira tardia.

Após a sua estadualização, pela Constituição de 1988, o Amapá passou a elaborar seus próprios Programas de Governo. Três programas de governo foram implantados.

O primeiro foi o Plano de Ação Governamental (1992-1995), que procurou articular as políticas regionais com o contexto estadual, buscando o desenvolvimento do Amapá segundo a identificação e exploração racional de suas potencialidades, compatibilizando-as com a necessidade de minimização das distorções sociais existentes e a retomada do crescimento econômico, dando-se destaque ao incentivo ao turismo. Este Plano apresentou poucos resultados práticos.

O segundo foi o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), que em função da reeleição do então Governador João Alberto Capiberibe (PSB), atuou em duas fases:

- PDSA- I (1994-1998), cujos resultados de mais destaques são: 1) discussões metodológicas sobre um programa de desenvolvimento embasadas na preocupação com o meio ambiente, na valorização do meio local e na utilização da Agenda 21 (estabelecida na Eco-92); 2) realização de novos pactos com os setores produtivos e políticos locais; 3) ampliação da divulgação do Amapá nas escalas nacional e internacional, a partir de uma administração preocupada com o meio ambiente e na divulgação de produtos regionais aos mercados interno e externo; e 4) retomada do planejamento e da ação do Estado como principal incentivador ao desenvolvimento local.

- P D S A - II (1999-2002) teve como principais resultados: 1) maior conscientização política da sociedade local, com maior participação de movimentos sociais de ONG, associações e cooperativas (até então inoperantes ou inexistentes no contexto local); 2) incentivo às pesquisas, com levantamento das suas potencialidades, financiadas por agências de fomento nacionais e internacionais; 4) inserção no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que possibilitou maior controle das contas públicas amapaenses; e 5) ampliação do comércio de produtos regionais para o exterior.

O terceiro Programa, denominado de Amapá Produtivo (GEA, 2005; ABRANTES; FERNANDES, 2008; ABRANTES, 2010)) que visou dinamizar a economia amapaense por meio do fomento à geração de negócios sustentáveis, com o foco nos Arranjos Produtivos Locais (APL's) selecionados de forma participativa pelas instituições e atores locais de alguma maneira vinculados ao setor econômico local. Contudo, existem no Amapá vários aglomerados produtivos locais relevantes, mas a sua maioria não configura, ainda, em APL's dado ao baixo nível de governança, cooperação, interação e competitividade dos negócios instalados. Neste período, houve a tentativa de se introduzir o agronegócio (soja e arroz) e de uma siderurgia. No aspecto ambiental, criou-se o “Corredor da Biodiversidade” (2003). Também teve duas fases decorrentes da reeleição de Waldez Góes (PDT) ao Governo do Estado, cujo período de gestão foi 2002-2010.

O quarto Programa, com ações denominadas de Pró-Amapá (2012). Este programa visa otimizar a gestão do Estado, reconstruir o Amapá e trazer mais desenvolvimento econômico e social para todos os que aqui habitam através do

desenvolvimento de novas ações, da construção de novas obras e do resgate das obras e da retomada de ações que estavam paradas. É um programa de obras e ações sociais do Estado do Amapá, com investimentos públicos em infra-estrutura, fomentando a economia, aumentando os investimentos em segurança alimentar e inclusão social e melhorando os serviços públicos (GEA, 2012). Dentre as várias ações, destacam-se aqui duas: A criação da pasta governamental de Ciência e Tecnologia do Amapá (2011) e a criação do Programa de Desenvolvimento da Produção Extrativista do Amapá, o Pro-Extrativismo (2013).

A primeira visa fortalecer e consolidar a CT&I no Estado, mediante ações direcionadoras para conhecimento do território, melhor uso de suas potencialidades, estimular a fixação de massa crítica local e ampliar as interações do setor em níveis local, regional, nacional e internacional. A segunda busca fortalecer e fomentar as cadeias de produtos amapaenses e gerar riqueza para produtores extrativistas do Estado que trabalham com açaí, castanha-do-brasil, cipó-titica e madeira.

Alguns pontos em comum àqueles programas governamentais não deixam evidentes ou não são abordados, tais como:

- *A questão urbana*: em nenhum dos programas de governo, seja enquanto Território Federal, seja como Estado, a questão urbana é trabalhada como uma política pública governamental. Prof. José Alberto Tostes (Arquitetura/Unifap) afirma que no Amapá não existe planejamento, mas “*fazejamento*”⁷⁶. Porto e Bianchetti (2005) relatam que dos reduzidos estudos sobre as dinâmicas urbanas e das transformações econômicas e institucionais amapaenses, pode-se indicar três aspectos: a formação urbana amapaense como parte da defesa da fronteira setentrional; a participação do Estado e da iniciativa privada da mineração na organização urbana; e a influência de áreas protegidas no Amapá na sua expansão urbana.

- *Gestão e política ambientais*: Estes são os temas mais discutidos desde o PDSA I nos planos governamentais. Porto (2005a) relata que as primeiras preocupações do poder público com relação à gestão dos recursos naturais ocorridas no espaço amapaense dizem respeito à exploração do manganês (Decreto Lei no 9.858/1946, que identifica o manganês do Amapá como reserva nacional); O contrato de exploração manganésifera pela ICOMI sendo transformados em Diplomas Legais (Decreto nº 24.156, de 4/12/1947 e Decreto nº 28.162, de 31/05/1950) e estudar o aproveitamento da força hidráulica do rio Araguari (Decreto no 35.701/1954).

A partir da década de 1960, o foco mudou do uso dos recursos naturais para a gestão do território com criação e delimitação de unidades de conservação e terras indígenas (vide Quadro 4). Dessas unidades de conservação, ressalta-se o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, criado em 2002. Porto (2006) relata algumas reflexões sobre o porque da criação deste Parque Nacional, que ocupa 27% do território amapaense, 5 municípios do Estado e 1 do Pará e se localiza na faixa de fronteira com Brasil-França-Suriname. A criação deste Parque ocorreu sem uma discussão local sobre o tema (Por um decreto sem número e

⁷⁶ Segundo Tostes, o fazejamento é uma prática intervencionista que se caracteriza basicamente pela preferência por ações imediatistas, de curto prazo, fragmentando-as de maneira que a sociedade não se beneficia continuamente e de forma duradoura. Esta prática tem é muito adotada para a realidade amapaense onde ao longo de décadas trocou-se a perspectiva de um planejamento estruturado em favor de uma prática voltada para as pressões cotidianas.

⁷⁷ A mineração colaborou com a estruturação de Macapá, Santana, Tartarugalzinho, Vitória do Jari e Serra do Navio, sendo que a experiência de company towns ainda necessita de estudos mais profundos do caso amapaense, seja pela sua organização urbana, seja pela existência de uma periferia imediata com sérios conflitos sociais. O único caso existente de início, auge e declínio de atividade mineral industrial, que teve por base a implantação de uma cidade-empresa, foi o Serra do Navio. Esta *company town* transformou-se em município em 1995, faltando 10 anos para a conclusão do contrato da ICOMI com o Amapá. Esta empresa encerrou suas atividades no Estado em 1997.

Serra do Navio é um caso muito interessante para estudos futuros, pois 72% de seu território são terras da União, sob a jurisdição do ICMBio/Ibama, o restante pertence ao Incra. Parte dessas terras pertencentes ao Incra foram transferidas para o Estado, que instalou nelas a Floresta Estadual de Produção (2006), correspondendo a 24% de seu território. Com isso, 96% das terras municipais não pertencem a sua escala de gestão. O núcleo urbano do município foi tombado pelo IPHAN em 2010. Como não possui terras, até hoje não se consegue explicar como a prefeitura sancionou o Decreto nº 085 PMSN, de 14/11/2007, que cria o Parque Natural Municipal do Canção.

Todos os municípios amapaenses possuem a maior parte de suas terras como Terras Federais. Para maior detalhes sobre o palimpsesto territorial amapaense e a virtualidade municipal, vide Araújo (2010).

⁷⁸ Com a constituição de áreas protegidas no Estado, os municípios amapaenses possuem dificuldades no sentido de usar o seu território, como também foi “descoberto” que esses possuem “um lado oeste”. Espaço este que não possuía qualquer plano de governo municipal; são detentores de baixíssima densidade demográfica e; com elevado potencial em biodiversidade não estudada, para o qual desde 2005 iniciaram pesquisas científicas patrocinadas pela Conservation International.

informado ao mundo em um evento internacional na África do Sul) e faltando 6 meses (Agosto de 2002) para o término da gestão de governos nas escalas locais (Estados e municípios) e federal, quando nada funciona politicamente para se focar nas eleições.

O segundo caso, também lançado na África do Sul, em 2003, diz respeito à criação do Corredor da Biodiversidade⁷⁹. Este Corredor, também não foi discutido localmente, mas ficou somente no âmbito da gestão e algumas reflexões acadêmicas de integrantes governamentais.

Conforme exposto anteriormente, esta mudança de comportamento de criação espaços com algum grau de restrição de uso do território, mas não de seus produtos, corroboraram para: a ocupação ilegal de terras em unidades de conservação e terras indígenas; a macrocefalia urbana no eixo Macapá-Santana; e transformou o Estado do Amapá em uma grande reserva de biodiversidade, de minérios, de crédito de carbono para ser usado futuramente.

- *A condição fronteira*: Não basta informar que o Amapá faz fronteira com a França (pelo continente) ou se conecta com o mundo (via marítima). Mas deve-se trabalhar em como esta conexão influencia na formação da condição fronteira, a sua recomposição territorial e avaliar a função deste Estado na economia-mundo. Indicar vocações comerciais e minerais é fortalecer uma elite não tecnicificante e nem tecnificadora. Criar, construir e saber agregar valor nas condições geográficas existentes é ir para além de uma “*modernização da superfície*”.

Ao se observar o comportamento da construção do uso do território amapaense, em suas ações econômicas e institucionais, enquanto Território Federal (1943-1988) e em 25 anos na condição de estado brasileiro (1988-2013), é possível identificar manifestações que são indicadas no quadro 5. O que fica evidente é a formatação tardia da fronteira amapaense, cuja maior frequência de ações econômicas e institucionais ocorreram após a sua estadualização, embora a gênese destas ações tivessem criadas e construídas enquanto Território Federal.

⁷⁹ “O Corredor da Biodiversidade do Amapá engloba todos os principais tipos de vegetação encontrados no estado - florestas de terra-firme, florestas sazonalmente inundadas de várzea e igapó, complexos de lagos, cerrados e vegetações associadas a afloramentos rochosos. Além disso, o Corredor inclui os últimos grandes trechos protegidos de manguezais das Américas, um dos ecossistemas mais destruídos e pouco conhecidos no Brasil. As áreas protegidas que formam o mosaico do Corredor são grandes o suficiente para garantir a sobrevivência de populações de espécies que se encontram ameaçado em outros países vizinhos e até mesmo em outras regiões da Amazônia brasileira” (<http://www.biodiversidadedoamapa.net/txt.php?id=men=1&title=Corredor>).

Este quadro reforça a interpretação do Território Federal como: “Estado em embrião”; Criação e construção de condicionantes espaciais amapaenses; Estimulador para a reformatação da condição fronteiriça e a sua reconfiguração como tardia.

Enquanto Territórios Federal (1943-1988)	Após Estadualização (pós-1988)
Acompanha as diretrizes normativa nacional. Orientação para seu funcionamento institucional pelo Decreto 411/1969.	Acompanha as diretrizes normativas nacionais e cria suas próprias leis, como Estado. Orientações para seu funcionamento institucional pela Constituição Estadual (1991).
Investimento de capital internacional para criação e construção de condições para seu funcionamento: Grupo Caemi (Icomi, Brumasa, IRDA, Codepa, Amcel); Complexo Industrial do Jari.	Capital Internacional usa a infraestrutura construída enquanto Território Federal.
Instalação de infraestrutura: Rodovia, Ferrovia, Porto e energética (Termelétrica e hidrelétrica), para atender as necessidades do Grupo Caemi	Há reduzida expansão infraestrutural. Há reduzida manutenção e um mínimo de atualização rodoviária, com destaque à conexão sul, no trecho Macapá-Laranjal do Jari (Até 2013, as rodovias BR-210 e 156 não estavam completamente pavimentadas); Expansão da infraestrutura energética (mediante a construção das UHE de Ferreira Gomes, Cachoeira Caldeirão, no rio Araguari, e Santo Antônio, no rio Jari) para exportação energética; A instalação de banda larga.
Implantação de planos de governo previamente submetidos à aprovação do Ministério do Interior.	Planos de Governo submetidos à comunidade amapaense, inicialmente no período eleitoral. Após o sufrágio, construído com a equipe governamental.
Forte influência de ações do Governo Federal: Polamazônia; Calha Norte; Incra; Criação de unidades de conservação e de terras indígenas.	Forte influência de ações do Governo Federal: Calha Norte; Incra; Criação de unidades de conservação e de terras indígenas.
Espaço amapaense como espaço de expansão para o capital; criam-se e se constroem relações fronteiriças, conectando a fronteira setentrional amapaense, construindo e articulando o eixo Macapá-Oiapoque.	Espaço amapaense como espaço de restrição de uso do território, porém criam-se expectativas de relações transfronteiriças capazes de reinventar novos usos para a fronteira que afetarão as restrições indicadas e implantadas no território amapaense, mediante a conectividade e articulação no eixo Macapá (BR)-Caiena (Guiana Francesa).
Inexistência de planos econômicos até 1975, quando foram implantados Planos de Desenvolvimento quinquenais pelo Governo Federal: 1o e 2o Planos de Desenvolvimento do Amapá; Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá.	Implantação de Planos de Governo em substituição aos Planos de Desenvolvimento Quinquenais federais: Plano de Ação Governamental (1991-1994); Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (1995-2002); Amapá Produtivo (2004-2010); Pró-Amapá (pós-2012)
Ações econômicas implantadas por diplomas legais: Contrato de exploração de manganês; implantação do Distrito Industrial; oferta de incentivos fiscais.	Ações econômicas implantadas por diplomas legais: ALCMS; criação da Zona Franca Verde; oferta de incentivos fiscais.
Ações de gestão do território implantadas por diplomas legais: O Território Federal em faixa de fronteira; Determinação do Manganês como reserva Nacional; Criação de terras indígenas e de unidades de conservação. Gênese do espaço de restrição.	Ações de gestão do território implantadas por diplomas legais: o Estado do Amapá na Faixa de fronteira; Ampliação do espaço de restrição; Criação de leis estaduais de regulamentação do uso da biodiversidade amapaense; Criação de ensaios de cooperação com a Guiana Francesa.
Exploração aurífera por garimpo.	Exploração aurífera por garimpo e mecanizada
Fronteira como: efeito-barreira; exposição de uma condição fronteiriça periférica; espaço de relações fronteiriças.	Fronteira como: criação e construção de efeito-cooperação, construção de uma condição fronteiriça periférico-estratégica; construção de interações transfronteiriças; Configuração da fronteira como recomposta, estratégica e tardia.
Manutenção de normas fronteiriças e de acordos diplomáticos.	Necessidade de criação de novas normas transfronteiriças e novos acordos diplomáticos entre Brasil-França, envolvendo a Guiana Francesa.
Sistema portuário voltado para exportação de <i>commodities</i> ; para a escala nacional, configura-se o espaço amapaense como ponto de distribuição comercial fronteiriço.	Sistema portuário voltado para: exportação de <i>commodities</i> ; importação para a ALCMS; e criar expectativas para a conexão com o platô das Guianas, formatando o espaço amapaense como rota de passagem e como ponto de distribuição comercial transfronteiriço.
Construção da conectividade da fronteira mediante ações públicas nacionais.	Participação do espaço amapaense como parte envolvida em políticas internacionais de investimentos para integração do território, a exemplo do IIRSA e do INTERREG.

Quadro 5 - Ações econômicas e institucionais do Amapá enquanto Território Federal e a após a sua estadualização.

Fonte: Organizado pelo autor.



CONCLUSÕES

Para a elaboração desta obra, escolheram-se as abordagens sobre *o desenvolvimento geográfico desigual*, os *sistemas de objetos, de normas e de ações*, reflexões sobre *fronteira* e a sua função na economia-mundo. O diálogo entre tais abordagens indica que a fronteira possui uma construção que levam em consideração vários aspectos e fenômenos geográficos capazes de criar, construir, configurar, organizar, formatar diversas maneiras de usar o território.

Para que esses aspectos e fenômenos geográficos nos espaços fronteiriços se manifestem, são necessárias algumas condições políticas, econômicas e sociais que permitirão se reproduzir com maior ou menor densidade e intensidade à medida que são conectados e acionados. Inicialmente e, deve-se evidenciar que, dentre outras discussões, a partir da lente miltoniana sobre forma (aparência) e conteúdo (essência) sobre a fronteira, o que se deve buscar entender é o seu conteúdo, seu espaço relacional, como é usado.

Entendendo essa construção, perceber-se-á: a função da fronteira na economia-mundo; a construção geográfica desigual do território, do seu desenvolvimento e de suas políticas territoriais; a implantação de ajustes espaciais para estimular práticas exploratórias externas às dinâmicas locais; o derrubar de qualquer barreira espacial par acionar espaços com poucas ou sem conexões físicas e; o acessar de seus recursos disponíveis.

Neste sentido, pode-se entender que a fronteira, além de não possuir uma identidade própria, é uma construção externa; É um resultado de adaptações humanas; Participa de eventos de um acontecer solidário e contraditório que são expressos nos efeitos-barreira e nos de cooperação. Tais característica explicam o porque de muitos habitantes de espaços fronteiriços não possuírem sentimento de pertencimento ao seu espaço vivido, embora vivam nele.

Ao se adotar a diretriz que a fronteira amapaense como um *território estratégico recomposto periférico e tardio*, onde o *território* delimita seu espaço de atuação; o *estratégico*, sua intenção de atuação; e o *recomposto*, no uso de formas e dos conteúdos espaciais a partir de suas articulações criadas e construídas em cada momento histórico; *periférico* nos discursos de seus representantes e; *tardia* na criação/construção de condições dos ajustes espaciais, na instalação de sistemas de engenharia, de sistemas de normas e de objetos técnicos capazes de redesenhar novos usos de seu território lindeiro. Por isso, as análises sobre a fronteira deve ser multifocal, multiescalar e multitemporal.

Percebe-se, então, que em cada momento histórico o espaço se apresenta com uma identidade, a fronteira também assim se manifesta. Adotam-se nestas reflexões os efeitos barreira e cooperação para identificar em como esses efeitos tem se manifestado no território para identificar os movimentos que os fenômenos geográficos exercem para interagir espaços, com isso, se articular em rede com o externo.

O uso do território amazônico aqui exposto a partir da experiência dos Territórios Federais, em particular do caso amapaense, evidencia:

- A sua construção espacial é externa, sem realidade própria, com invenções para os usos de seus produtos, para e de seus espaços.
- O uso do território amapaense como um *grande negócio* por se comportar como: Fornecedor de *commodities*; Vitrine de produtos industrializados; Posição estratégica geográfica em si e para articulação de redes; Fornecedor de energia elétrica; Fronteira com a União Europeia; e Concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos.

- É um espaço multidimensional por se apresentar como um espaço: de atuação do/de estado; governamental; com investimentos públicos e privados; articulados em rede, inicialmente aproveitando as vias naturais potamográficas para acessar espaços e produtos amazônicos, posteriormente pelas construções de integração física por sistemas de engenharia.

- Sua articulação espacial envolve dois momentos: o de *relação fronteira* e o de *interação transfronteira*. O primeiro diz respeito ao forte comportamento do *efeito-barreira fronteira*. No segundo, referencia a gradual transição para a construção de, inicialmente, *ensaios de cooperação transfronteira*.

- A condição fronteira amapaense tem sido efetivada pela sua construção histórica e geopolítica do período colonial; de ensaios recentes de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa e; a identificação das funções do Amapá e da Guiana Francesa na economia-mundo.

- Os resultados que a construção da condição fronteira envolvem elementos e fatores econômicos, institucionais, políticos, sociais e territoriais inerentes às dinâmicas que o próprio espaço (trans)fronteiriço constrói; uma relação territorial que expressa um capitalismo tardio periférico da periferia; a grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização; estimuladora à criação/construção de próteses dos mais variados modelos; à existência, configuração e intensidade de articulação de redes existentes, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; formadora de expectativas de integração com a Guiana Francesa; configuradora de restrições espaciais; fornecedora de *commodities* e; consumidora de produtos industrializados.

- A fronteira amapaense se encontra em transição entre as relações fronteiriças para interação transfronteira decorrentes de novos usos do território após meados da década de 1990. Com isso, deverão ser revistas as ações destinadas a espaço amapaense e as suas relações com a fronteira e construir um processo conjunto e dialogado de desenvolvimento regional, não mais embasadas nas suas fronteiras internas, mas extrapolar seus limites, consolidando uma fronteira-rede do/no Platô das Guianas, em um acontecer solidário, embora ainda ocorra um acontecer contraditório entre esses espaços.

- Quanto à recomposição do território amapaense e seus impactos em sua fronteira, identificou-se que além das ações de uso do território nos vieses econômico, político, social, geográfico. Uma alternativa para se refletir sobre esta recomposição, diz respeito a propostas de regionalização do espaço amapaense foram adotadas como: orientadoras para políticas públicas de uso do território local; base para se analisar e identificar espaços para políticas públicas na escala federal; e para reflexões acadêmicas.

Com isso, à medida que o espaço amapaense foi ocupado e usado, propostas de regionalizações foram sugeridas, implantadas, executadas (algumas delas contemporâneas e sem diálogos entre si, principalmente quando havia mudanças na gestão governamental). Entretanto, quando se observa a escala municipal, tais regionalizações implicam diretamente na gestão de seus territórios, seja na impossibilidade de exercer qualquer controle, acompanhamento ou monitoramento territorial, seja na exclusão total do município quanto às suas tomadas de decisão de planejar o uso de sua base territorial, a menos que haja pactuações nas escalas estadual e federal.

- O eixo de articulação transfronteiriço da nova regionalização da fronteira amapaense, a Amazônia Setentrional Amapaense, deve ser ampliada para uma *Amazônia Setentrional Brasil-França*, onde o eixo de articulação se concentrará no trecho Macapá-Caiena. Até 2013, o trecho articulava Macapá/Oiapoque/Caiena, devido a dois fatores: a ponte binacional não havia sido inaugurada, embora construída desde 2010, obrigando uma parada obrigatória em Oiapoque. Não no início da ponte do lado brasileiro, pois inexistia um entreposto alfandegário construído.

- A rodovia que conecta Caiena a ponte binacional, circunda o núcleo urbano de Saint-George. Ou seja, por enquanto este núcleo urbano não é parada obrigatória para circulação de mercadorias, mas uma rota de passagem. A estação aduaneira francesa construída no final da ponte atrairá a expansão daquele núcleo urbano para o entorno deste sistema de engenharia.

- A fronteira amapaense, via Oiapoque, é a única linde cujas interações espaciais atuam em uma *relação inversa* de seus fenômenos econômicos. Identificam-se três momentos para esta *relação de inversão*, sendo que os dois primeiros visam a expansão territorial e o último, maior articulação transfronteira: a) entre o final do século XVII e final do século XVIII, como parte integrante de conquista de território de tratados entre reis europeus; b) entre a 1850 e 1900, com a descoberta de ouro na região do Oiapoque e Calçoene, a exploração da borracha na calha do rio Amazonas, a abertura da navegação internacional do rio Amazonas, a formação da República do Cunani, até a assinatura do Laudo Suíço definindo a fronteira entre Brasil e França; c) Final do século XX e início do século XXI, após a assinatura do Acordo-Quadro Brasil-França (1996).

- A fronteira amapaense entre 2004 e 2013 se encontrava em um processo de *transição de efeito-barreira para efeito-cooperação*, em um comportamento híbrido, pois a ponte não havia sido inaugurada, não havia normas e acordos diplomáticos, mas o eixo rodoviário Macapá/Oiapoque/Caiena mostrava um embrião de interação espacial pois em 2004 a conexão Caiena-Saint-George havia se efetivado. Acrescente-se, também, que ensaios de cooperação Brasil-França, representados pelo Amapá-Guiana Francesa, foram criados e estabelecidos.

- Quanto à integração física amapaense com a margem direita do rio Amazonas, esta não ocorrerá via rodoviária, mas pela integração do sistema isolado elétrico amapaense com o sistema integrado nacional pelo linhão de Tucuruí. As usinas hidrelétricas em construção no Estado do Amapá exportarão sua produção para o Centro-Sul brasileiro. As torres do linhão também serão usadas para conectar a internet banda larga entre o Guiana Francesa - Amapá - sistema nacional brasileiro.

- Ainda não se identificou um sentimento de pertencimento transfronteiriço, mas comportamentos embasados em orientações fronteiriças, sem construção conjunta de organização território. Os comportamentos ainda são detentores de sentimento de desconfiança.

Com essas reflexões e ao se resgatar as questões orientadoras estabelecidas para esta obra, conclui-se:

Sobre a primeira questão (Como explicar a organização do espaço amapaense como desigual, contraditória e solidária?), ressalta-se a organização do espaço amapaense é resultado: de fenômenos geográficos construídos sob condições geopolíticas, políticas, econômicas e sociais externas que permitiram maior densidade e intensidade de conexões de redes; do acionamento de suas potencialidades quanto à sua articulação na economia-mundo, à intensidade do uso de seu território e à configuração de seu espaço relacional; das suas articulações com a economia-mundo, que colaborou para a construção geográfica desigual interna do território amapaense; da necessidade de se criar, construir e implantar ajustes espaciais capazes de estimular práticas exploratórias de origem externas às dinâmicas locais; da superação de barreiras espaciais, visando acionar novos espaços e acessar de seus recursos disponíveis; e de construções externas e de adaptações humanas estimuladas pelo capital estrangeiro.

Quanto à segunda (Como se comportou a transição do espaço amapaense de periférico para estratégico e seus reflexos para a reformatação de sua condição fronteiriça para se construir a transição de relações fronteiriças para interações transfronteiriças?), a transição ocorreu mediante: a eventos com ações de acontecer solidário e contraditório nas escalas nacional e internacional; à recomposição do território amapaense em tempos distintos quanto ao seu uso, cujas ações remetem para além das ações de uso do território nos vieses econômico, político, social, geográfico.

Como reflexos destacam-se: a transição das relações fronteiriças para interação transfronteiriça amapaense é decorrente do uso tardio do seu território; deverão ser redesenhadas as ações destinadas a espaço amapaense e as suas relações com a fronteira, cujo processo de criação/construção e instalação deverá ser mediante a estímulos conjunto e dialogado de uso do território transfronteiriço, consolidando uma fronteira-rede do/no Platô das Guianas; a ampliação do entendimento do uso do território amapaense como um grande negócio, não mais focado no fornecimento de *commodities*, mas estruturado com vitrine de produtos industrializados, inserido no contexto da oferta de serviços ambientais e conectado à um representante da União Europeia.



REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. S. **(Des)envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo**: Limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá. Belém: NAEA/UFPA, 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, 2010.
- ABRANTES, J. S.; FERNANDES, A. V. Amapá Produtivo: Possibilidades e desafios do desenvolvimento do Estado. **T&C Amazônia**, 6 (14):83-90, June, 2008.
- ARAÚJO, M. W. R. **Configuração do espaço amapaense**: Um mosaico de territorialidades. Macapá: UNIFAP/PPG/MDR, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, 2010.
- ARBARET-SCHULZ, C. et. al. **La frontière, un objet spatial en mutation**. EspacesTemps.net, Textuel, 29.10.2004. <http://espacestemp.net/document842.html>. Acesso em 11/07/2013.
- AROUCK, R. C. **Brasileiros na Guiana Francesa**: fronteiras e construções de alteridades. Belém: NAEA/UFPA, 2002.
- BALDUS, W. **The postage stamps of the Republic of independent Guyana: Republic of Counani - Amazonia Locals**. Disponível em http://www.philateria.com/html/story_amazonie.html. Acesso em 11/08/2013.
- BANIN, R. L. **Situação legal das terras repassadas pela União ao Amapá após o parecer da Procuradoria Geral**. Scot Consultoria, 22/05/2012. Disponível em <http://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/24306/situacao-legal-das-terras-repassadas-pela-uniao-ao-amapa-apos-o-parecer-da-procuradoria-geral.htm>. Acessada em 16/07/2013.
- BARRETO, C. **Pássaros máquinas no céu do Amapá**. s.l.: s.ed., 2000.
- BECKER, Bertha K. El uso politico do territorio: consideraciones a partir de una vision del Tercer Mundo. In: **Revista Geográfica de América Central** (17-18): 13-26. Segundo semestre de 1982/primer semestre de 1983. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3014>. Acessado em 25/06/2013.
- BENEVIDES, Marijeso. **Os novos Territórios Federais (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguaçú)**: geografia história e legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- BRASIL. Ministério da Integração. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais - Brasília, 2005.
- BRASILEIRO, V. M. M. **Plebiscito para a criação do Território Federal do Marajó**. Câmara dos Deputados, Ago. 2003. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/pdf/2003-568.pdf>. Acesso em 11/07/2013.
- BRITO, D. C. **Mineração, desenvolvimento e impacto socioambiental**: uma experiência de exploração do manganês na Amazônia. Papers do NAEA, Belém, n. 38, p. 1-13, 1994.
- _____. **A modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPa/NAEA/PDTU. 2001.

BRITO, D. M. C. **A construção do espaço público na gestão de unidades de conservação**: o caso da APA do Rio Curiaú /AP. Macapá, 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2003. (Convênio com a Universidade Federal do Amapá).

BRUXELAS. **Programa Operacional Amazônia 2007-2013**: França – Guiana. MEMO/08/387, jun 2008.

CAPES. **Estudos de desenvolvimento regional (Territórios Federais)**. Rio de Janeiro: CAPES, 1957.

CARDOSO, C. F. S. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas**: Guiana Francesa e Pará (1750 - 1817). Rio de Janeiro: Graal, 1984. 201 p.

CARDOSO, F. S. S. **Entre conflitos, negociações representações**: O Contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: UNAMAZ/NAEA-UFPA, 2008.

CARVALHO, D. F. O ciclo da economia brasileira e a Amazônia na dinâmica regional centro-periferia. In: **Paper do NAEA**: 120. mai, 1999.

CARVALHO, J. G.; ALMEIDA, A. W. B. (Org.). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil da Pan- Amazônia**. Belém: MPEG, 2009.

CARVALHO, R. L. **Crônica e história**: A companhia de Jesus e a construção da história do Maranhão (1698-1759). Niterói: PPGHIS/UFF, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

_____. **Geografia e política**: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, M. L.; PORTO, J. L. R. Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multi-escalar. **Oikos**, v. 1, p. 51-75, 2007.

CE. Comissão Europeia. **Primeiro Fórum da ultraperiferia europeia**. Bruxelas, mai, 2010. Disponível em: ec.europa.eu/regional_policy/conferences/rup2010.

CEM – Conselho Empresarial da Madeira. **Estudo sobre PME, ultraperiferia e artigo 299º da Tratado da União Europeia. Relatório Final**. Fund Europa, fev 2005. Disponível em: www.aicopa.pt. Acesso em: 17 de abr de 2011.

CEROM. **Guiana Francesa- Amapá**: Melhor estruturar os territórios para intensificar os intercâmbios. Disponível em http://www.cerom-outremer.fr/IMG/pdf/cerom_guyane-amapa_-_mieux_structurer_les_territoires_pour_intensifier_les_echanges_-_08.2011_version_portugaise.pdf. Acessado em 17/07/2013.

CHAGAS, M. A. **Amapá**: A mineração e o discurso da sustentabilidade - de Augusto Antunes a Eike Batista. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**. (24): 5-15, set.-dez. 2003.

CHELALA, C. **A magnitude do Estado na sócio-economia amapaense**. Macapá: MDR/UNIFAP, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, 2008.

CHELALA, C.; ANDRADE, E. B.; PORTO, J. L. R. **O pensamento ambiental e as modalidades de unidades de conservação no Amapá**. Macapá, 2007. 15 p. (Mimeo).

COUTO, M. E. A.; PORTO, J. L. R. **Transformações espaciais amapaenses após a estadualização – 1990 a 2005**. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do 2º Seminário de Iniciação Científica da UNIFAP, área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

COUTO, M. E. A.; MELO, L. R. P.; MONTEIRO, R. M. G.; PORTO, J. L. R. **Os ajustes espaciais e a expansão das redes geográficas**: a inserção de próteses tecnológicas no espaço amapaense. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do Colóquio de Iniciação Científica da Faculdade Seama, área Ciências Humanas).

CURADO, P. R. F. **O Estado brasileiro e a integração física e produtiva da Amazônia continental (1996-2006)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Dissertação de Mestrado.

DELGADO, P. Conceitos de segurança e defesa: Implicações para a ação externa e interna do governo. In: PINTO, J.R.; ALMEIDA, A.J; ROCHA, R.; R; SILVA, D. P. (Orgs.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília : Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

DNPM. **Principais depósitos minerais do Brasil**. Brasília: DNPM/CVRD/CPRM, 1988.

DORFMAN, A. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, D. M.; PORTO, J. L. R. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2013.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. A. P. **O Amapá nos tempos do manganês**: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1975.

FLORES, M. C. **Defesa Nacional na ordem do século XXI**. In: Centro Brasileiros de Relações Internacionais. Dossiê. 2 (1), 2003.

FORTUNA, M. A problemática das regiões ultraperiféricas. In: COSTA, J.S.; NIKAMP, P. **Compêndio de Economia Regional**. Cascais: Principia, 2009. Vol. 1.

FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo : Radical Livros, 2009.

FRANÇA. Coopération Territoriale Européenne 2007–2013. **Programme de Coopération. Transfrontalière. Amazonie**. Programme opérationnel. Document de travail. Version 17 Août 2007. Disponível em: www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf.

FREITAS, A. **As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil**. Boa Vista, 1991.

GEA, Governo do Estado do Amapá. Secretaria Especial do Desenvolvimento Econômico. **Plano de Desenvolvimento Integrado – Amapá Produtivo**. Macapá: SEDE, 2005.

_____. **ProAmapá**: Gestão responsável mudando sua vida. Macapá: GEA, 2012. Disponível em: <http://www.agenciaamapa.com.br/site/infra-estrutura/238>. Acessado em 20/07/2013.

GOMES, F. S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte**: Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX. Belém: EDUFPA, 1999.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRANGER, S. **Guiana**: da rivalidade à cooperação. La Roche Gravée, Caiena, n. 3, 1999.

_____. **O Contestado Franco-Brasileiro**: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. Revista Cantareira. (17): 21-39, ju./dez., 2012a.

_____. **La Guyane et le Brésil, ou la Quête d'Intégration Continentale d'un Département Français d'Amérique**. Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine/Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, 2012b. Thèse de doctorat de Géographie-Amenagement.

GRAZZIOTIN, V. **Estudo sobre a redivisão territorial do Amazonas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

GRIMSON, A. **Los procesos de fronteirización**: Flujos, redes e historicidad. In: Frontera territorios y metáforas. Medellín: Hombre Nuevos Ed./INER/Universidad de Antioquia, 2003.

HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In: **Revista Lutas Sociais**. Vol. 13/14, 1o sem. 2005a. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf.

_____. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b.

_____. **Spaces of Global Capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

_____. **O Neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo, Boitempo, 2013.

HERMES, J. S. F; BASTOS, M. M. **Limites do Brasil**: Descrição geográfica de linha divisória. Rio de Janeiro: Laemmert, 1940.

HOUTUM, H. V. **The development of cross-border economic relations**. Amsterdam: Thelathesis, 1998. Disponível em: <http://repository.uhn.ru.nl/bitstream/2066/74494/1/74494.pdf>. Acessado em 23/07/2013.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1957. XIV vol.

_____. **Atlas do Amapá**. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

JACQUES, P. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense. 1977.

KOHLHEPP, G. A Amazônia frente a um novo desafio: o desenvolvimento sustentável e o programa Avança Brasil. In: **Cadernos Adeunauer**. Ano II, n.4, 2001, p 9-38.

LEMOS, L. N.; PEREIRA, J. D. B.; SILVA, R. A.; MARSARO JR., A. L. Vulnerabilidade da faixa de fronteira do Brasil: Introdução de espécies invasoras exóticas. In: PORTO, J. L. R.; SOTTA, E. D. **Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas**: (re)territorialidades de cooperações em construção. Rio de Janeiro: Publit, 2011. p. 119- 142.

LIMA, R. A. P. **Antropización, dinámicas de ocupación del territorio y desarrollo en la Amazonia brasileña**: el caso del estado de Amapá. Bellaterra, 2004. 250 f. Tese (Doctorado en Geografía Humana) – Universidad Autónoma de Barcelona, 2004.

_____.; PORTO, J. L. R. **Ordenamento territorial amapaense**: dinâmicas de um estado brasileiro na fronteira Amazônia. Trabalho apresentado no I Seminário Amazônia e Desenvolvimento, em Macapá, em 12 de novembro de 2007. 27 p.

LINS, C. **Jari**: 70 anos de história. Rio de Janeiro: Dataforma, 1991.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI**: Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MARQUES, A. A. **Concepções de defesa nacional no Brasil**: 1950-1996. Campinas IFCH/UNICAMP, 2001. Dissertação de mestrado. Orientador: Eliézer Rizzo de Oliveira.

MARTINS, C. C. **Relações bilaterais Brasil/França**: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global. Brasília: PPGCS/UNB, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2008.

MAYER, L. R. A natureza jurídica dos Territórios Federais. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 125. p. 15-41. Jul./set. 1976.

MEDEIROS, O. **Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

- _____. **Administração territorial** (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**: contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. 10a ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- MENDES, A. D. **A invenção da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 1974.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agência Nacional de Águas. **A Navegação interior e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Brasília, MMA, 2005. Disponível em www.ana.gov.br/pnrh_novo/documentos/05%20Navega%E7%E3o/VF%20Navegacao.pdf.
- MORTARA, G. Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites. **Boletim Geográfico**. 2 (16) Jul., 1944.
- MUNIZ, D. Em busca do ouro quase perdido: estado [do Amapá] quer reter minério para reparar dano ambiental. **Jornal Tribuna Amapaense**, Caderno Fatos e Relatos, p. 4-5, Macapá, 31 jan. a 06 fev. 2009.
- PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade Natureza** (Online). Vol.22. no 2, Uberlândia, Aug. 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132010000200009>.
- PEREIRA, R. B. R. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. 7 (2): 187-246, 1945.
- PIERMATEI FILHO, O. **Plano Estratégico Nacional de Defesa**: Algumas considerações. Site <http://www.defesa.ufff.br/fts/PENDAP.pdf>. Acessado em 02/06/2008.
- PINTO, J.R.; ALMEIDA, A.J; ROCHA, R.; R; SILVA, D. P. (Orgs.): **Reflexões sobre defesa e segurança**: uma estratégia para o Brasil. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.
- PINTO, L. F. **Toda verdade sobre o Jari**. São Paulo: Record, 1987.
- PINTO, M. J. S. **O Fetiche do Emprego**: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. São Paulo SP: Ed. Iglu, 2011.
- POLICE, G. **€udorado** : le discours brésilien sur la Guyane française. Ibis Rouge, Matoury, 2010.
- PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e sua evolução no Brasil. **Presença** (Porto Velho), Porto Velho, n. 16, 2000.
- _____. **Amapá**: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000. Macapá: SETEC, 2003.
- _____. **Aspectos da ação do estado na fronteira amazônica**: A experiência do Território Federal/Estado do Amapá. Macapá: Jadson Porto, 2005a. (Série Percepções do Amapá, v. 2).
- _____. **Transformações espaciais e institucionais do Amapá**: Conflitos e perspectivas. Projeto Percepções do Amapá. Macapá: Jadson Porto, 2005b.
- _____. **(Re)construções amapaenses**: 60 anos de transformações espaciais. Macapá: Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4).
- _____. A construção de condicionantes no espaço amapaense. In: PORTO, J. L. R.; CHELALA, C.; SILVA, G. V.; COUTO, M. E. A. **Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses**. Macapá: Jadson Porto, 2007. (Série Percepções do Amapá, 5).
- _____. A condição fronteira amapaense: Da defesa nacional à integração (inter)nacional. In: NASCIMENTO, D. M. **Amazônia e Defesa**: dos fortes às novas conflitualidades. Belém (PA): (NAEA/UFPa), 2010a.

_____. A condição periférico-estratégica da Amazônia setentrional: A inserção do Amapá no platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2010b.

_____. Reinvenções do uso do território amapaense. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA/UFPA, 2010c, v. 1, p. 91-113.

_____. Expectativas da fronteira da Amazônia setentrional: A busca pela interação do Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. N. **Dinâmicas Periférico-Estratégicas da Fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial**. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2013.

_____. **O Pensamento OBFRON sobre os estudos fronteiriços da Amazônia setentrional**. Blumenau, PPGDR/FURB, 2013. Atividade de pós-doutoramento sob a tutela do Dr. Ivo Marcos Theis.

PORTO, J. L. R.; BIANCHETTI, A. Dinâmicas urbanas amapaenses: conflitos e perspectivas de um estado em construção. In: **Anais do Congresso Internacional em Planejamento e Gestão Ambiental**. Brasília, Pontifícia Universidade Católica, 11-15 set. 2005.

PORTO, J. L. R.; COUTO, M. E. A.; BARROZO, J. M.; SANTOS, M. M.; THALEZ, G. M. Do Território Federal a Estado: Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá – Brasil. In: BRASIL, W.; MIRTIL, E.; MACIEL, F. (Orgs.). **35 anos de colonização da Amazônia: Rondônia**. Porto Velho: EDUFRO, 2007. p. 188-198.

PORTO, J. L. R.; LIMA, R. A. P.; BRITO, D. G. (Org.). **Amapá: Aspectos de uma geografia em construção**. Macapá: Jadson Porto, 2005. 90 p. (Série Percepções do Amapá, v. 1).

PORTO, J. L. R.; MENDONÇA, M.; AZEVEDO, L. R.; ARAÚJO, M. W. R. **Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção**. In: Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideú, 2009.

PORTO, J. L. R.; SANTOS, P. G. S. Reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá Guiana Francesa. In: SILVEIRA, E. D.; CAMARGO, S. A. F. De (Orgs.). **Sócio-ambientalismo de Fronteiras**. 1ed. Curitiba: Juruá, 2012, v. 1, p. 101-112.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; SILVA, G. V.; Novos usos do Território amapaense: Políticas públicas, desenvolvimento, ajustes espaciais na fronteira da Amazônia Setentrional. In: SILVA, A. Z. B; FERKO, G. P. S.; FERREIRA, S. M. **Gestão Pública e Política Regional**. Boa Vista: EDUFRR, 2014.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; TOSTES, J. A.; SOTTA, E. D. A reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores e ambientais. In: PORTO, J. L. R.; SOTTA, E. D. **Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. A fronteira tardia no platô das Guianas: O desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa (1943-2013). PPDR/FURB, Datil. 2013. **Anais do XIV Congreso Internacional sobre Integración Regional, Fronteras y Globalización en el Continente Americano / IV Seminário Reforma do Estado e Território**, em Porto Alegre (RS).

PORTO, J. L. R. ; TOSTES, J. A. ; GONÇALVES, E. M. P. ; ALENCAR, O. A. . ; ISACKSON, S. C. C. . Pólos turísticos amapaenses: Novas dinâmicas territoriais em um Estado em construção. In: **Anais do 4º Congresso Latino Americano de Investigación Turística**. Montevideú : Universidad de la República, 2010.

PROENÇA Jr. D. Evolução do Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança - Uma Estratégia Para o Brasil. In: PINTO, J.R.; ALMEIDA, A.J; ROCHA, R.; R; SILVA. D. P. (Orgs.): **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

QUEIROZ, J. M. História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas. In: GOMES, Flávio dos santos (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX**. Belém: EDUFPA, 1999.

_____; GOMES, F. **Amazônia, fronteiras e identidades**: Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas - séculos XVIII-XIX). In: Lusotopie. 2002/1. p. 25-49. Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/queriroz-gomes.pdf>. Acessado em 13/07/2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. C. F. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

_____. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Belém: SECULT, 1993. 2 v. (Série Lendo o Pará; 15).

_____. **A política de Portugal no vale amazônico**. Belém: Novidade, 1940.

REITEL, B.; ZANDER, P. **Espace transfrontalier**. Disponível em: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article207>. Acessado em 24/05/2013.

REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: A Definição das Fronteiras. São Paulo: PPGH/FFLCH/USP, 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, E. **Territórios Federais do Rio Branco e Alto Solimões**. Brasília. Câmara dos Deputados, 1996. 27 p.

RIPPERT R. UPACCIM: La stratégie d'entente des ports ultramarins. In: **Revue le Développement**. n. 89. novembre 2003. p. 14-15 Cayenne : Chambre de Commerce et d'Industrie de la Guyane. 2003.

ROCHA, S. **Oiapoque**: Território Federal. Brasília: Senado Federal, 2001. 18 p.

ROMANI, C. **“Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil”!**: Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927). São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2013. Tese (Doutorado de História).

ROSA, R. Dos Territórios Federais. **Boletim Geográfico**. 23 (181) jul/ago, 1972.

RÜCKERT, A. Políticas territoriais, crise europeia e fronteiras: Perspectivas comparadas entre a União Europeia e Brasil. In: NASCIMENTO, D. M.; PORTO, J. L. R. (Orgs.). **Fronteiras em Perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPa, 2013.

_____; DIETZ, C. I. Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão. In: **Revista Confins**. 17 (17). 2013. Disponível em <http://confins.revues.org/8216> . Acessado em 28/06/2013.

_____; GRASLAND, C. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul – União Europeia. In: **Revista de Geopolítica**. 3(2): 90-112, jul./dez.2012. Disponível em: http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/artigo_revista_geopolitica_revisado.pdf. Acessado em 24/05/2013.

RÜCKERT, A. A. ; RAMBO, A . **Metodologia das escalas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil**. Confins (Paris), v. 8, p. 01-30, 2010

SANTIAGO, J. R.; CARVALHO, I. G. A. Teoria do desenvolvimento geográfico desigual: Uma reflexão sobre as condicionalidades de David Harvey. In: **Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento – XII Encontro Regional de Economia**. Fortaleza: BNB/ANPEC, 2008. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/teoria_do_desenvolvimento.pdf

SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do “mundo” das águas às florestas protegidas. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

SANTOS, M. O retorno do território? In: SANTOS, M. et al (Orgs). **Território**: globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

- _____. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2a ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, P. G. S. **A (ultra)periferia do Platô das Guianas**: Novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa (1987-2012). PPGMDR/UNIFAP, Macapá, 2013. Dissertação de mestrado.
- SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.
- SARNEY, J.; COSTA, P. **Amapá**: terra onde o Brasil começa. Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção Brasil 500 anos).
- SCHEIBE, E. F. **Integração física e integração regional**: a iniciativa para integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA) como instrumento multiescalar de integração. Porto Alegre: PPG/UFRGS, 2013. (Dissertação de mestrado).
- SILVA, G. V. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira**: entre os ditames globais e a articulação local. Porto Alegre: PPG/UFRGS, 2008. 180 f., il., anexos. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- _____. **Uma nova página na geopolítica franco-brasileira**: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI. UFRJ/PPGGEO, Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Geografia).
- _____; PORTO, J. L. R. **O comércio internacional do Estado do Amapá**: condições, construções e adaptações. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudantes de Geografia – ENEG. Salvador / BA, 2005.
- _____; RÜCKERT, A. A. **Uma avaliação comparativa de subordinação desigual de territórios transfronteiriços periféricos**: Os casos amapaense e gaúcho. Projeto Percepções do Amapá - Macapá, 2005.
- SILVA, J. C. **O Oiapoque e o Amazonas** – uma questão brasileira e francesa. IFCH/UNICAMP, São Paulo, 2010.
- SILVA, R. A.; LEMOS, W. P. ; ZUCCHI, R. A. (Eds). **Moscas-das-frutas na Amazônia brasileira**: diversidade, hospedeiros e inimigos naturais. Macapá: Embrapa Amapá, 2011. 299p.
- SILVEIRA, R. M. Segurança e defesa – a visão do exército brasileiro. In: PINTO, J.R.; ALMEIDA, A.J; ROCHA, R.; R; SILVA. D. P. (Orgs.): **Reflexões sobre defesa e segurança**: uma estratégia para o Brasil. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.
- SIMÕES, H. C. G. Q. **Avaliação da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais no Estado do Amapá**. Macapá: PPGGIO/UNIFAP, 2008. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade) – Universidade Federal do Amapá, 2008.
- SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Gestão socioambiental, políticas públicas e movimentos sociais na região do rio Jari – Amapá, Pará**. Belém: Editora do NAEA; F. Ford, 2010.
- SOARES, A. P. A. **Travessia**: análise de urna situação de passagem: Oiapoque e Guiana Francesa. São Paulo: USP/FFLCH/ Departamento de Geografia, 1995. Dissertação de Mestrado.
- SOUZA, M. A. A. O Retorno do território. In: **OSAL – Observatório Social de América Latina**. 6 (16): 251- 261, jan./abr.. 2005. Buenos Ayres. CLACSO.
- SUPERTI, E. Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. **Novos Cadernos Naea**, v. 2, n.14, 2011, p.32-48.
- _____; PORTO, J. L. R.; MARTINS, C. C. Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá. In: **Anais do Circuito de Debates Acadêmicos - CODE 2011**. Brasília: IPEA, 2011.
- TEIXEIRA SOARES, A. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.
- THEIS, I. M. **Notas para uma Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, de David Harvey**. Blumenau. NPDR/FURB, Datil. 2006. Disponível em <http://npdr.files.wordpress.com/2007/10/tdgd-harvey-2006.pdf>
- THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**. 19, 2005. www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24079.pdf acesso em 16/06/2011.

TEMER, M. **Território Federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.

URECH, E. **Esboço do Plano de Industrialização do Território Federal do Amapá**. Macapá: s. ed., 1955.

VIDAL, L. **Mazagão**: A cidade que atravessou o Atlântico. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.